

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL

EVANDRO SÉRGIO PACHECO MARTINS

**PAGO, NÃO NEGÓ. VIVO QUANDO PUDER:  
ENDIVIDAMENTO E MAGISTÉRIO ESTADUAL GAÚCHO**

PORTO ALEGRE

2021

EVANDRO SÉRGIO PACHECO MARTINS

Pago, não nego. Vivo quando puder: endividamento e magistério estadual gaúcho

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Psicologia Social e Institucional.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Inês Hennigen

PORTO ALEGRE

2021

#### CIP - Catalogação na Publicação

Martins, Evandro Sérgio Pacheco  
Pago, não nego. Vivo quando puder: endividamento e  
magistério estadual gaúcho / Evandro Sérgio Pacheco  
Martins. -- 2021.  
115 f.  
Orientadora: Inês Hennigen.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Programa  
de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social,  
Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Endividamento. 2. Magistério. 3. Subjetivação.  
4. Neoliberalismo. 5. Biopolítica. I. Hennigen, Inês,  
orient. II. Título.

EVANDRO SÉRGIO PACHECO MARTINS

**PAGO, NÃO NEGO. VIVO QUANDO PUDER:**  
ENDIVIDAMENTO E MAGISTÉRIO ESTADUAL GAÚCHO

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Psicologia Social e Institucional.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Inês Hennigen

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Inês Hennigen  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Jaqueline Tittoni  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

---

Prof. Dr. Johannes Doll  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Karla Schuck Saraiva  
Universidade Luterana do Brasil - ULBRA

Porto Alegre, 26 de abril de 2021.

Aos meus pais, Walter e Maria, que sempre acreditaram (e me ensinaram) que a educação é o melhor caminho.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pública, gratuita e de qualidade, por me proporcionar a possibilidade de cursar o mestrado em Psicologia Social e Institucional.

À querida professora Inês Hennigen, pela orientação, paciência, ensinamentos, acolhimento, risadas e afetos que me desacomodaram e permitiram não só a troca de ideias, como o surgimento de possibilidades que eu desconhecia. Muito obrigado pelo zelo e qualidade no orientar e ensinar. Aprendi muito mais do que almejava aprender.

À minha companheira Patrícia, que fez dessa jornada um caminho mais leve e tranquilo, bem como à Bruna, Valquíria e Iara, que sempre compreenderam minha ausência nesse período, apoiando e ressaltando a importância desse momento.

Como toda escrita é um processo coletivo, agradeço ao pessoal do grupo de pesquisa Leituras do Contemporâneo e Processos de Subjetivação - Lecopsu: Ana, Bruno, Cristiano, Edson, Fernanda, Isabel, João, Luana, Maria Lúcia, Nychollas, Otávio e Patrícia por todas as contribuições e ideias durante o percurso da dissertação. Um agradecimento especial a meu amigo Adriel Christ, pelo amparo no percorrer de escrita e pelas gargalhadas durante as intempéries acadêmicas.

Aos professores Jaqueline Tittoni, Johannes Doll e Karla Schuck Saraiva pela disponibilidade, carinho, leitura atenta e contribuições.

Aos professores e colegas do PPGPSI, por compartilharem saberes e experiências.

À secretaria do PPGPSI, sempre atenta e prestativa, por sanar as dúvidas dos processos burocráticos.

À Deise Andréia Enzweiler, pelo incentivo e apoio para que eu ingressasse no processo de seleção do mestrado.

Ao Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS/Sindicato) pelo apoio e material.

À Maria Lucia Sampaio, por gentilmente ceder seu tempo e compartilhar as imagens das charges de seu tio Sampaulo.

Aos professores entrevistados, por disponibilizarem seu tempo e suas vivências para a realização dessa dissertação.

Aos amigxs queridxs, que estão sempre ao nosso lado, mesmo distantes.

Por fim, agradeço a todos que contribuíram, de qualquer forma, para o meu caminho até aqui. Sigamos na luta.

## RESUMO

Esta dissertação procura discutir o endividamento dos professores estaduais de Porto Alegre utilizando como principal ferramenta metodológica a análise arqueogenealógica, visando compreender, através de uma rede conceitual foucaultiana, os efeitos decorrentes do endividamento e os possíveis impactos das políticas salariais nesse processo. Para essa compreensão, inicialmente apresenta as concepções sobre dívida, endividamento e subjetividade que orientam esta dissertação, bem como discorre sobre a percepção estereotipada do servidor público como “parasita” e “ineficiente”. Ao trazer os resultados e discussões dessa pesquisa, investiga as condições de emergência e possibilidades que se articularam para a composição atual do magistério e, correlativamente, da estrutura educacional, bem como a constituição histórica da categoria do magistério, abrangendo a questão da remuneração, do gênero e da feminização da profissão, suas articulações com investimentos em educação, as políticas salariais, lutas sindicais e greves dos docentes. Em seguida, com o objetivo de compreender a dívida enquanto biopolítica, examina a governamentalidade neoliberal, a financeirização da sociedade, o acesso facilitado ao crédito, as políticas públicas decorrentes da dívida e a presente política de austeridade. Posteriormente, apresenta as vivências dos professores com o objetivo de conhecer as condições e percepções dos professores em relação ao endividamento. Ao final, analisa as questões relativas à precarização, adoecimento e desvalorização dos docentes, subjetivação do endividamento dos professores e formas de resistência e combate à situação da dívida.

**Palavras-chave:** Endividamento; Magistério; Subjetivação; Neoliberalismo; Biopolítica.

## ABSTRACT

This dissertation discusses the indebtedness of state teachers of Porto Alegre using as main methodological tool the archaeogenealogical analysis, aiming to understand, through a Foucaultian conceptual network, the effects of indebtedness and the possible impacts of wage policies on that process. For this understanding, initially presents the conceptions about debt, indebtedness and subjectivity that guide this dissertation, as well as discusses the stereotyped perception of the public servant as "parasite" and "inefficient". By bringing the results and discussions of this research, it investigates the emergency conditions and possibilities that articulated to the current composition of the teaching profession and, correlatively, the educational structure, as well as the historical constitution of the magisterium category, covering the issue of remuneration, gender and feminization of the profession, its articulations with investments in education, wage policies, union struggles and strikes by teachers. Then, with the aim of understanding debt as biopolitics, it examines neoliberal governance, the financialization of society, facilitated access to credit, public policies stemming from debt and the present austerity policy. Later, it presents the teachers' experiences in order to know the conditions and perceptions of teachers in relation to indebtedness. In the end, it analyzes the issues related to the precariousness, illness and devaluation of teachers, subjectivation of teachers' indebtedness and ways of resisting and fighting the debt situation.

**Keywords:** Indebtedness; Magisterium; Subjectivation; Neoliberalism; Biopolitics.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Homenagem ao dia do funcionário público.....	30
Figura 2 – Charge de Sampaolo – 15 de junho de 1956 .....	45
Figura 3 – Charge de Sampaolo – 21 de junho de 1956 .....	46
Figura 4 – Charge de Sampaolo –10 de outubro de 1958 .....	47
Figura 5 – Charge do jornal Magister – abril de 1980 .....	49
Figura 6 – Charge de Marco Aurélio – 30 de junho de 1985.....	50
Figura 7 – Charge de Sampaolo – 11 de março de 1987 .....	51
Figura 8 – Charge de Schröder – 03 de março de 1987.....	51
Figura 9 – Panorama do cumprimento das leis do piso nas redes estaduais.....	53
Figura 10 – Calendário de pagamento dos servidores do executivo.....	56
Figura 11 – Evolução da dívida gaúcha entre 1998 e 2018.....	66
Figura 12 – Charge de Iotti.....	67
Figura 13 – Publicidade do Crédito 1 Minuto.....	74
Figura 14 – Charge de Tacho sobre os professores .....	82

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Contato com os professores entrevistados.....	33
Quadro 2 – Dados demográficos dos professores entrevistados.....	80

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tabela de vencimentos do magistério.....	29
Tabela 2 – Tabela de subsídios do magistério estadual para 20 e 40 horas – 2020.....	55

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	10
1.1 Dívida e endividamento .....	13
1.1.1 A política da dívida .....	17
1.2 Efeitos subjetivos – subjetividade e subjetivação .....	18
1.3 Estudos anteriores sobre o endividamento de professores .....	21
1.4 Servidor público: privilegiado que causa déficit público? .....	26
<b>2. QUESTÃO DE PESQUISA E ABORDAGEM METODOLÓGICA.....</b>	<b>31</b>
<b>3. RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	<b>38</b>
3.1 Religiosos, práticos e senhoras: a constituição histórica do magistério .....	38
3.1.1 Sindicalização, magistério e as lutas salariais .....	44
3.2 A dívida como biopolítica: neoliberalismo, financeirização e acesso ao crédito .....	56
3.2.1 A racionalidade neoliberal .....	57
3.2.2 Financeirização e a dívida pública .....	63
3.3 Na pele e no sangue do funcionalismo: a facilidade de acesso ao crédito e o endividamento .....	68
3.4 “Como é que eles vão ensinar a gente a vencer na vida?” Experiências e percepções sobre a realidade do professor e o endividamento .....	78
3.5 “Pago, não nego. Vivo quando puder”: precarização da vida ou realidade neoliberal? .....	85
3.6 Endividamento, precarização, adoecimento e desvalorização: subjetivações do ser professor .....	91
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>102</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>105</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>114</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Atualmente leciono em uma escola pública estadual da zona norte de Porto Alegre, em um bairro onde vivem famílias que se pode inferir que estão na classe D<sup>1</sup>, nos turnos da manhã e tarde. A sala dos professores é ponto de partida do compartilhamento de experiências das pluralidades existentes na escola, das vivências da docência e do cotidiano público/privado dos professores, bem como de debates sobre as tensões decorrentes da docência. Entre conversas e desabafos na sala dos professores, dois temas se destacam permanentemente: o comportamento dos alunos e a questão salarial dos professores.

“Os professores estão sempre reclamando dos salários”. Escutei esta afirmação, em geral dita pelos pais dos alunos em dias de paralisação ou épocas de greves (mas também dita por professores contrários aos movimentos grevistas), diversas vezes durante meu percurso como professor, sob a forma de repreensão a quem buscava reposição das perdas econômicas, melhores condições de trabalho, bem como a implantação do piso salarial. A frase também reflete uma triste realidade: o magistério nunca foi uma classe valorizada em seus vencimentos, sendo vista como uma vocação (quase um sacerdócio), ao invés de uma profissão.

Minha formação acadêmica foi constituída por três graduações: as licenciaturas plenas em História e Geografia e o bacharelado em Psicologia. No decorrer de vinte anos exercendo o ofício do magistério no sistema estadual de educação, percebi que a “profissão professor” era permeada por vários sentidos provindos do senso comum: a pessoa que dá aula (onde o verbo “dar” tem uma ambiguidade: aquele que dá/doa o conhecimento e aquele que dá/doa seu trabalho), a pessoa que prepara/auxilia na construção do futuro (um futuro nunca bem especificado, mas que remete a ideia de um futuro rentável àquele que seguir se aperfeiçoando), a pessoa que ganha mal, mas escolheu o seu trabalho por ser uma vocação (sentido utilizado constantemente nas palestras pedagógicas de retorno dos professores no início do ano letivo), a pessoa que disciplina crianças e adolescentes (e que deve ensinar as crianças a viver na sociedade), entre outros. A frase “a gente ganha pouco, mas se diverte” era recorrente nas conversas entre professores durante o intervalo do turno ou nas reuniões pedagógicas, em geral dita por algum docente após contar alguma casualidade ocorrida na sala de aula, de forma a descontrair o ambiente. As perguntas que eu me fazia (e por algumas vezes externei, causando certo desconforto) eram: é divertido ganhar pouco por seu trabalho? Ter um trabalho “divertido” compensa não ser remunerado adequadamente?

---

<sup>1</sup> A classe D, segundo o IBGE, abrange a renda familiar de 02 a 04 salários-mínimos. Em 2020, com o salário-mínimo vigente de R\$ 1045,00, a classe D abrangia a faixa de R\$ 2090,01 a R\$ 4180,00.

Ao mesmo tempo em que causava desconforto, por vezes suscitava debates consonantes em torno da questão salarial e das condições de trabalho o qual eram submetidos os professores, como excesso de trabalho, falta de recursos e material por parte do governo, ausência de recursos humanos na escola e desvalorização social e econômica da profissão. “Mesmo ocorrendo o debate (por vezes, acalorado), havia os que se conformavam e não questionavam o tema: “A gente já sabia que iria ganhar mal quando escolheu ser professor”; “Não adianta reclamar, entra governo e sai governo e nada muda”; “Só estou pelas cinco da tarde” (horário de término das aulas do currículo por atividades). O embate conformismo e não conformismo se revelava em épocas de convocações de greve pelo CPERS/Sindicato<sup>2</sup>, onde a questão “entrar em greve ou não” era justificada pelas falas do comodismo citadas anteriormente (para quem não desejava entrar em greve) e por falas como “Se não lutarmos, ninguém luta por nós!” por aqueles que desejavam aderir às greves.

Com a política de austeridade implantada no governo de José Ivo Sartori<sup>3</sup>, a partir de 2015 a pauta de reivindicação dos professores, que era a implementação do piso salarial nacional e reposição de perdas salariais, passa a ser o pagamento do salário em dia<sup>4</sup>, condição que abordo mais adiante. O parcelamento/atraso salarial não afeta somente o magistério, como todo o Executivo do funcionalismo estadual. Cabe ressaltar que os servidores do Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública não foram atingidos pelo parcelamento/atraso de salários, visto que os poderes são independentes e fazem a gestão de sua própria folha de pagamento.

Integrando a categoria do funcionalismo público estadual, sou atravessado pela crise financeira do estado do Rio Grande do Sul, onde os governantes, recorrentemente, culpabilizam os vencimentos do funcionalismo<sup>5</sup> (ativos e inativos) como responsáveis pela má situação financeira do estado. Contudo, fundamental já pontuar, esta situação é uma consequência, entre outros fatores, da gigantesca dívida pública acumulada pelo estado nos últimos sessenta anos, sobre a qual tratarei de modo específico mais adiante.

Na última década, o parcelamento ou o atraso no pagamento do salário do funcionalismo estadual tem sido constante em alguns estados brasileiros<sup>6</sup>, como Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Goiás, decorrentes dos ajustes

---

<sup>2</sup> Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul

<sup>3</sup> Governo José Ivo Sartori (2015-2019)

<sup>4</sup> <https://www.sul21.com.br/breaking-news/2015/07/servidores-prometem-paralisacao-geral-na-segunda-se-houver-parcelamento-de-salarios/> Acesso em 22 de junho de 2019

<sup>5</sup> <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/582771-o-discurso-do-estado-gastador-nao-explica-a-crise-economica-do-rs>. Acesso em 22 de junho de 2019

<sup>6</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/04/cem-dias-apos-posse-estados-em-crise-parcelam-salarios-e-paralisam-obras.shtml> Acesso em 22 de junho de 2019

fiscais impostos pelos governantes em nome da austeridade na gestão das contas públicas.<sup>7</sup> Alguns desses estados decretaram situação de calamidade financeira em 2016<sup>8</sup>, o que permitiu que os governos parcelassem ou atrasassem pagamentos de dívidas. No estado do Rio Grande do Sul, a já não tão recente prática do atraso/parcelamento de salários teve início em julho de 2015 e tornou-se frequente a partir de fevereiro de 2016, com alternâncias entre parcelamento e atrasos, sendo a última modalidade imposta como condição a partir de agosto de 2017, quando o governo estadual passou a pagar os salários por faixas. Vale recordar que esta prática não constitui uma novidade, visto que, nas últimas décadas, apenas as gestões de Pedro Simon (1987-1990), Olívio Dutra (1999-2002) e Tarso Genro (2011-2014) não atrasaram ou parcelaram a folha de pagamento dos servidores públicos.<sup>9</sup> Mesmo que a partir de 2015 esse atraso tornou-se constante, visto que anteriormente o atraso era considerado uma radicalização nas finanças estaduais, essa “velha” prática dos governantes, antes de 2015, não atingia as camadas que recebiam os salários mais baixos<sup>10</sup>, onde se incluía boa parte do magistério.

Inserido nessa realidade, percebi que com a ausência de reposição/valorização salarial, muitos professores recorriam a outras formas de gerir suas contas, buscando o aumento de renda através da ampliação da carga horária de trabalho no magistério (sob a forma de aulas particulares, convocações em seu provimento<sup>11</sup>, *freelancers* em cursos pré-vestibulares ou preparatórios), do trabalho autônomo em outras áreas (motoristas de aplicativo, cuidadoras de idosos, babás, costureiras, doceiras, garçons), da venda de salgados e doces, de roupas e de produtos de beleza de catálogos (Avon, Natura, Hinode) na sala dos professores, entre outros. Porém, nas conversas na sala dos professores e em outras áreas de encontros nas escolas, a principal maneira apontada de “administrar” as contas era a busca de crédito e empréstimos junto aos bancos. Este endividamento passava a ser visto como “natural” entre os membros do magistério, bem como uma “saída” para a crise financeira, ou um recurso a ser investido para poder buscar novas fontes de renda (que vai desde adequar o carro conforme as normas que

---

<sup>7</sup><https://www.sul21.com.br/areazero/2015/04/sartori-diz-que-100-dias-do-seu-governo-foram-de-trabalho-e-austeridade/> Acesso em 22 de junho de 2019

<sup>8</sup><http://www.osul.com.br/socorro-nao-resolve/> Acesso em 22 de junho de 2019

<sup>9</sup><https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Maioria-das-gestoes-parcelou-ou-atrasou-folha/4/34444> Acesso em 22 de junho de 2019

<sup>10</sup> Durante a gestão de Yeda Crusius (2007-2011), em março de 2007, os servidores com vencimentos acima de R\$ 2.500,00 receberam os salários somente no dia 10 de abril; em novembro de 2007, foi estabelecido um teto de R\$ 1950,00, com os servidores acima desse teto recebendo no dia 10 de dezembro. No mesmo período, segundo artigo de Barbosa Filho e Pessoa (2011), a média salarial de um professor da rede estadual do RS com regime de 40 horas era de R\$ 1186,00.

<sup>11</sup> A convocação é um regime de substituição temporária na ausência de recursos humanos para determinado setor ou regência, podendo ser de 10 ou 20 horas, de acordo com a necessidade da escola. É um ampliação da carga horária do professor nomeado, porém com tempo determinado de vigência.

exigem aplicativos como Uber e 99POP até compra de produtos de catálogos para revenda). Ao mesmo tempo, as reclamações sobre dívidas e como lidar com elas tornavam-se também constante no universo do magistério.

Na presença desse cenário, construí a seguinte pergunta de pesquisa: **como se dá e quais efeitos subjetivos o endividamento gera na categoria do magistério público estadual do Rio Grande do Sul?** Para iniciarmos o percurso em busca dessa compreensão, é pertinente trazer as concepções sobre dívida, endividamento e subjetividade que orientarão esta dissertação, alguns estudos anteriormente realizados sobre endividamento e a percepção estereotipada do servidor público como “parasita” e “ineficiente”. Após, retomo a questão de pesquisa, abordagem metodológica e seus objetivos.

### 1.1 Dívida e endividamento

A dívida é uma relação que acompanha o ser humano em toda a sua existência. “Fico te devendo essa”, diz um amigo ao receber um favor. “Estava devendo essa visita a vocês” diz o parente que há muito não lhe visitava. “Perdoai-nos as nossas dívidas assim como nós perdoamos aos nossos devedores” é o que diz uma das versões da oração do Pai-Nosso. Em alguma ocasião da vida, somos devedores ou credores de algo, seja de forma moral, seja de forma econômica. O compromisso de devolver algo que lhe foi confiado está inserido no cotidiano, seja no âmbito familiar, escolar, religioso ou financeiro.

Conforme Carneiro (2016), a palavra dívida tem sua etimologia advinda do latim *debita*, “algo que se deve” e deriva do verbo *debere* “dever”, que tem sua origem em *de habere* “em espera”. O termo dívida é, no senso comum, frequentemente atribuído ao endividamento financeiro individual, contraído com parentes, amigos, pessoas físicas ou instituições financeiras. Apesar da multiplicidade de situações em que é utilizada a palavra dívida, como apresentada anteriormente, a dívida financeira individual é consenso para que alguém se considere endividado, excluindo-se do cenário a dívida pública. De fato, a dívida financeira individual é palpável no cotidiano do indivíduo, que se vê restrito em relação ao consumo de bens e serviços por repartir parte de seus vencimentos com o pagamento de dívidas, ou que possui o “nome sujo na praça” por ter seu nome registrado nas listagens dos órgãos de proteção ao crédito ao deixar de pagar uma dívida; a dívida também afeta saúde do endividado, causando-lhe estresse, sobrecarga de trabalho, ansiedade, problemas metabólicos e cardíacos, problemas familiares, depressão (Davis, Montgomerie e Wallin, 2015; Soares,

Cavalheiro e Trevisan, 2017; Warth et al, 2019) podendo culminar no suicídio<sup>12</sup>. Porém, a dívida e o processo de endividamento são temas muito complexos, não se restringindo somente ao âmbito da dívida financeira individual. A dívida afeta também organizações sociais e empresas, acarretando em concordatas e falências, bem como municípios, estados e nações, através da dívida pública (externa e interna), conduzindo a crises locais e globais que perduram por anos ou décadas, impedindo investimentos em setores de desenvolvimento socioeconômicos dessas regiões.

Para a realização desse estudo, tomarei como foco três formas de dívida: a dívida financeira individual/familiar, a dívida pública e a dívida moral.

A dívida financeira individual/familiar é a dívida contraída por uma pessoa ou uma família através de empréstimos ou de crédito concedido por pessoa física ou jurídica, com data ou prazos estipulados em comum acordo para o pagamento. O crédito tem sua origem no latim *credo*, que tem o significado de acreditar, confiar, assim, *creditum* significa ter confiança em, acreditar em. Conforme Ana Maria Martins (2007), os primeiros textos da Língua Portuguesa, escritos em galego-português, referem-se a contrato de dívidas: Notícia de Fiadores de Paio Soares Romeu, de 1175, e Nómima de Manda e de Dívidas de Pedro Viegas, de 1184. A concessão de crédito e, por consequência, a dívida, é algo que perpassa a história da humanidade, bem como os registros sobre sua cobrança, estando presentes desde os primeiros conjuntos de leis escritas, como o Código de Hamurabi, na Mesopotâmia, e a Lei das XII Tábuas, na Roma Antiga, até nos atuais códigos comerciais dos países e no Código de Processo Civil brasileiro.

Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor de dezembro de 2020, realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o percentual de famílias que declaravam ter dívidas era de 66,3%, dívidas relativas a cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal, prestação de carro e de casa, representando um aumento de 0,7 ponto percentual em relação a dezembro de 2019. Isto indica que a maioria das famílias brasileiras se encontra endividada de alguma forma. Desse percentual, 25,2% possuem dívidas ou contas em atraso e 11,2% declararam que não terão condições de pagar as dívidas. Em relação ao nível de endividamento, dos 66,3%, 14% das famílias se declaram muito endividadas e 24,1% se consideram mais ou menos endividadas. Os principais tipos de dívidas referem-se ao cartão de crédito (79,4%) e aos carnês (16,5%).

---

<sup>12</sup> <https://cpers.com.br/precisamos-falar-sobre-o-suicidio-de-educadoras-no-rio-grande-do-sul/> Acesso em 27 de janeiro de 2021.

Dívida pública é o endividamento de municípios, estados ou nações que realizam empréstimos juntos a órgãos nacionais ou estrangeiros (investidores, bancos, entidades financeiras) para financiar gastos que não são cobertos pela receita arrecadada com impostos e tributos.

O portal oficial do governo federal Tesouro Transparente<sup>13</sup> é um canal de informações criadas ou consolidadas pelo Tesouro Nacional, funcionando como uma biblioteca pública oficial das finanças públicas brasileiras. Segundo o portal, dívida pública é a

dívida contraída pelo governo com o objetivo de financiar gastos não cobertos com a arrecadação de impostos. São compromissos de entidade pública decorrentes de operações de créditos, com o objetivo de atender às necessidades dos serviços públicos, em virtude de orçamentos deficitários, caso em que o governo emite promissórias, bônus rotativos, etc., a curto prazo, ou para a realização de empreendimentos de vulto, em que se justifica a emissão de um empréstimo a longo prazo, por meio de obrigações e apólices. Os empréstimos que caracterizam a dívida pública são de curto ou longo prazo. A dívida pública pode ser proveniente de outras fontes, tais como: depósitos (fianças, cauções, cofre de órgãos, etc.) e de resíduos passivos (restos a pagar). A dívida pública classifica-se em consolidada ou fundada (interna ou externa) e flutuante ou não consolidada. (BRASIL, 2020)

A dívida pública é composta de dívida interna (quando o pagamento é realizado em moeda nacional) e externa (quando o pagamento é realizado em moeda estrangeira). Segundo Costa e Gallas (2014), a dívida externa não assume mais a característica de ser exterior ao país, visto que muitos brasileiros podem transferir divisas para o exterior e comprar títulos nacionais:

A dívida interna, teoricamente, seria aquela nominada em Reais e devida ao “povo brasileiro”. No entanto, com a liberdade de fluxo de capitais, qualquer pessoa, em qualquer parte do mundo, pode comprar esses títulos. Assim, mesmo a dívida interna pode ser em grande parte, externa. (COSTA e GALLAS, 2014, p. 05)

A captação de recursos pelas nações, estados e municípios podem ser realizadas através da emissão de títulos públicos, que são adquiridos por bancos credenciados (*dealers*) ou pessoas físicas, representando a dívida mobiliária, e de contratos, em geral com bancos e organizações multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, caracterizando as dívidas contratuais. A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) estabelece limites em relação ao equilíbrio de receitas e despesas da União, estados e municípios, bem como das dívidas públicas.

A dívida moral tem seu embasamento teórico nas proposições de Friedrich Nietzsche em *Genealogia da Moral*. Ao analisar essa obra, Andrade (2010) elenca quatro figuras da dívida: a primeira era entre comunidades, onde a noção de justiça dá pelo equilíbrio de

---

<sup>13</sup> <https://www.tesourotransparente.gov.br/> Acesso em 07 de janeiro de 2021.



forças, que é a justiça por equivalência. Ela se dava pelas relações de troca entre comunidades, onde a posição de credor e devedor não era individual, mas entre comunidades de estirpe, como clãs e tribos.

A segunda figura era entre comunidades e indivíduo, que se manifesta “quando um membro da comunidade comete uma infração, um ‘rompimento de contrato’ com a comunidade” (p.287), sendo-lhe aplicada uma punição como forma de pagamento. Conforme Andrade (2010, p. 288),

temos, pois, o sofrimento como compensação para a dívida, de modo que o *fazer sofrer* torna-se mais gratificante do que a reparação pecuniária. Notamos, por fim, que a origem desse conceito, a dívida, deu-se na esfera das obrigações legais, mas foi nesse ambiente de crueldade que se efetuou o entrelaçamento entre as ideias “dívida” e “sofrimento”, do que foi possível a origem do conceito de “sentimento de culpa” (*Schuldgefühl*).

A terceira figura era entre a comunidade e os ancestrais, onde a razão credor-devedor é transposta para “uma dívida em relação àqueles que tornaram possível o desenvolvimento e a força da comunidade atual” (p.289). Andrade (2010) afirma que a dívida com os antepassados é proporcional ao poder de uma comunidade, podendo os antepassados serem alçados à condição de deuses ou se transfigurarem em um único Deus, uma divindade máxima que traz o máximo sentimento de culpa.

A quarta figura é a dívida moral, onde Andrade (2010) afirma que “esta última é entendida a partir da interiorização do sentimento de dever (*schulden*). É dessa interiorização que se origina a má consciência, como fenômeno tipicamente moral” (pag. 289).

Nietzsche (1998) afirma que a natureza impôs ao ser humano a capacidade de ser um animal que pode fazer promessas, desenvolvendo em si uma faculdade oposta ao esquecimento, que é a memória. Da memória, e da capacidade de fazer promessas, surgiria a responsabilidade, no qual o homem saberia que pode fazer promessas e ter a capacidade de cumpri-las. Diante desse suposto, cria-se um conjunto de regras que formará uma sociedade de iguais, onde todos tem a capacidade de fazer promessas e cumpri-las. Àqueles que a fizerem e não cumprirem é reservada uma punição, um castigo, para que fique na memória que o homem deve cumprir as regras e as suas promessas, ou seja, uma memória de arrependimento. Segundo Nietzsche “o castigo teria o valor de despertar no culpado o *sentimento de culpa*, nele se vê o verdadeiro *instrumentum* dessa reação psíquica chamada “má consciência”, “remorso” (p.70)”.

O homem, então, marcado na memória pelo castigo, desenvolveria a noção de consciência e, com ela, a noção moral de culpa, que ele denomina *má consciência*. Para

Nietzsche (1998), “o grande conceito moral de ‘culpa’ teve origem no conceito muito material de ‘dívida’”. Ele afirma que

o sentimento de culpa, da obrigação pessoal [...] teve origem, como vimos, na mais antiga relação pessoal, na relação entre comprador e vendedor, credor e devedor: foi então que pela primeira vez defrontou-se, *mediu-se* uma pessoa com a outra. (1998, p. 59, grifos do autor)

Nietzsche (1998) traz o conceito de *schuld*, que no alemão pode ser traduzido tanto para “dívida” quanto para “culpa”. A dívida traz, imbricada consigo, o sentimento de culpa, e o devedor ao interiorizar esse sentimento, se sente moralmente culpado por dever a alguém. Para Nietzsche, a má consciência conduziria a um remorso da dívida. Conforme Hennigen e Borges, que entrevistaram pessoas em situação de superendividamento, “a culpa, a vergonha, a autopenitência da privação do lazer, a eventual “compreensão” das cobranças e reprovações, entre outros aspectos, são basilares para a produção de sujeitos em dívida – financeira e moral”. (2014, p. 233)

Nesta abordagem, trataremos a dívida moral não somente relativa ao âmbito financeiro, mas também ao âmbito familiar, laboral e social. Nesse aspecto, a dívida moral envolve expectativas não alcançadas em relação às necessidades ou desejos da vida, que, em uma sociedade atravessada pela cultura do consumo, implica obter crescentes somas de dinheiro; bem como em relação ao sentimento de impotência diante dos percalços, às escolhas realizadas ou conduzidas onde o ser humano se encontra culpado por não poder cumprir suas promessas, aos prejuízos internos causados por uma relação credor-devedor com a vida.

### 1.1.1 A política da dívida

Ao trazer a figura do homem endividado, Lazzarato (2015) afirma que se no passado as dívidas eram contraídas com a comunidade, com deuses e antepassados, atualmente, o endividamento se dá junto ao “deus” Capital. Neste sentido, Lazzarato (2019) nomeia política da dívida a modalidade de governamentalidade<sup>14</sup> da sociedade contemporânea em seu conjunto, visto que entende ser esse termo o mais exato no que se refere à atual sociedade. O autor afirma que todas as dimensões da vida moderna são marcadas pela dívida, que atinge todas as classes sociais, não se restringindo somente ao âmbito econômico. Mesmo que uma pessoa não tenha contratado uma dívida individual, não possua cartão de crédito, não possua

---

<sup>14</sup> Entendo por governamentalidade o conceito teórico desenvolvido por Michel Foucault (2008b) como o conjunto de instituições, procedimentos, cálculos e estratégias que permitem conduzir as condutas dos indivíduos e das populações. Retomarei o conceito mais adiante.

financiamento de uma casa ou um carro e, até mesmo, não possua uma conta bancária, ela é afetada pela dívida, visto que nós todos compartilhamos o endividamento através da dívida pública.

Vale (2016), que também analisa a política da dívida a partir das contribuições de Lazzarato, afirma que “a dívida possui uma força subjetiva que modela, organiza, condiciona a capacidade para criarmos a nossa subjetividade, isto é, para nos produzirmos enquanto sujeitos, para criarmos o nosso lugar – o nosso mundo – no mundo” (p. 05).

Para Lazzarato (2019), a dívida promove a desterritorialização, agindo além das fronteiras do Estado-Nação, atingindo a sociedade contemporânea, ao mesmo tempo em que reterritorializa através de suas políticas, capturando as resistências de trabalhadores e outros segmentos ao capitalismo e sua lógica neoliberal. Através da dívida, captura-se, condiciona-se e modula-se a subjetividade dos indivíduos. O autor coloca que a dívida é “o motor econômico e subjetivo da economia contemporânea”:

La deuda no es, pues, una desventaja para el crecimiento; constituye, al contrario, el motor económico y subjetivo de la economía contemporánea. La fabricación de deudas, es decir, la construcción y el desarrollo de la relación de poder entre acreedores y deudores, se ha pensado y programado como el núcleo estratégico de las políticas neoliberales. Si la deuda es tan decisiva para comprender y por lo tanto combatir el neoliberalismo es porque este, desde su nacimiento, se articula en torno a su lógica. (LAZZARATO, 2013, p.31)

Lazzarato (2012) afirma que a relação credor-devedor é uma relação entre quem dispõe ou não de dinheiro, uma relação organizada em torno da propriedade, de quem possui ou não possui, desde os meios de produção aos títulos de propriedade de capital. O autor diz que dentro da política da dívida não há distinções entre trabalho imaterial ou material, entre assalariados ou não assalariados, pois somos governados a partir da dívida e estamos todos endividados.

## **1.2 Efeitos subjetivos – subjetividade e subjetivação**

Neste estudo, compreendo a subjetividade como algo que não é inerte, que não é pré-estabelecido, que não é imutável, mas como uma construção em permanente mutabilidade, em constante processo, através de múltiplos elementos que a constituem.

Silva (2008) ressalta que os modos de produção de experiência subjetiva são o objeto da Psicologia Social, onde a relação consigo e com o mundo é produzida através de um determinado conjunto de práticas sociais e que está em constante transformação. Sobre o conceito de subjetividade, afirma que

[...] o conceito de *subjetividade* corresponde à criação de um determinado território existencial que não é nem fixo nem imutável, mas em constante processo de produção: estamos sempre construindo novos territórios e desmanchando aqueles que não dão mais conta da nossa experiência no mundo. (2008, p.41)

Conforme Silva (2008), o constante processo de produção questiona a ideia tradicional de subjetividade como “algo da ordem de uma interioridade e de uma suposta ‘natureza humana’”, trazendo consigo a ideia de uma subjetividade concebida através dos “processos de subjetivação característicos de uma determinada formação histórica.” (p.41). Ao tratar do conceito de subjetividade, a autora também traz o conceito de subjetivação, referindo-se “ao modo pelo qual se constituem determinadas formas de relação consigo e com o mundo em um contexto histórico específico” (p.40).

Com base na mesma perspectiva teórica, Mansano (2009) destaca a contribuição de Felix Guattari ao conceito de subjetividade, explicando que é uma produção permanente que ocorre através dos encontros que vivemos com o outro social, bem como com a natureza, invenções, acontecimentos e tudo o que pode produzir “efeitos nos corpos e nas maneiras de viver” (p. 111). É um processo de produção onde participam múltiplos componentes. Conforme Mansano,

essa produção de subjetividades, da qual o *sujeito é um efeito provisório*, mantém-se em aberto uma vez que cada um, ao mesmo tempo em que acolhe os componentes de subjetivação em circulação, também os emite, fazendo dessas trocas uma construção coletiva viva. (2009, p.111, grifos meus)

Mansano (2009) acrescenta que “a difusão desses componentes se dá a partir de uma série de instituições, práticas e procedimentos vigentes em cada tempo histórico” (p.111), pois os processos de subjetivação se formam a partir da interação com linguagens, tecnologias, mídias, trabalho, instituições, entre outros componentes, de acordo com o tempo histórico social vigente, e continuamente se modificam, se reinventam ou são abandonados: “Pode-se dizer, então, que os múltiplos componentes de subjetividade difundem-se como fluxos que percorrem o meio social, dando-lhe movimento” (p.111).

Hardt e Negri (2014) afirmam que o neoliberalismo e sua crise, além de redefinirem os termos da vida política e econômica, trouxeram novas figuras de subjetividade: o endividado, o mediatizado, o securitizado e o representado, reiterando que estas figuras constituem o campo social sobre o qual e contra o qual deveriam agir os movimentos de resistência e rebelião, criando novas formas de subjetividade:

A hegemonia das finanças e dos bancos produziram o endividado, o controle das informações e das redes de comunicação criaram o mediatizado. O regime de segurança e o estado generalizado de exceção construíram a figura oprimida pelo

medo e sequiosa de proteção: o securitizado. E a corrupção da democracia forjou uma figura estranha, despolitizada: o representado. (HARDT e NEGRI, 2014, p. 21).

Ao tratar da figura subjetiva que nos interessa (o endividado), Hardt e Negri (2014) colocam que a rede de segurança social transformou-se de um sistema de bem-estar social (*Welfare State*) para um sistema de endividamento, pois a dívida (através dos empréstimos) tornou-se o principal meio de satisfazer as necessidades sociais. As pessoas sobrevivem à base do endividamento, carregando consigo o peso da responsabilidade em relação à dívida. A dívida passa a controlar os ritmos e escolhas de trabalho: se a pessoa está endividada, ela aceitará qualquer emprego para saldar suas dívidas, não se preocupando com questões como direitos trabalhistas, férias ou precariedade do trabalho. A dívida a faz trabalhar incessantemente, com o objetivo de saldar a responsabilidade moral que a consome internamente. “A dívida exerce um poder moral cujas armas principais podem rapidamente se transformar em objeto de obsessão” (p.23).

Apesar de ser professor e circular por diferentes espaços escolares, até me deparar com essas reflexões teóricas, não havia me dado conta de como a dívida controlava os ritmos e escolhas de trabalho. A partir dos referenciais teóricos, percebi que a produção subjetiva do endividado e o ritmo de trabalho ditado pela dívida também compõe o mundo do magistério: muitos professores trabalham cerca de 60 horas semanais com o objetivo de saldar dívidas, pois o salário não dá conta de seus gastos. A dívida também dita a desmobilização de movimentos de classe em razão do medo de perder o salário ou o emprego. A frase “Não vou entrar em greve, pois tenho contas a pagar”, ouvida na escola em períodos de greve, é representativa dessa modulação da subjetividade em torno do endividado. Em momentos de greve ou paralisação por conta das reformas do governo, muitos professores decidem não aderir aos movimentos sindicais com medo de corte do ponto e, conseqüentemente, redução ou não pagamento do salário ao final do mês, uma vez que se encontram endividados. Há também o caso de professores contratados que temem o rompimento de seus contratos de trabalho e o conseqüente desemprego. “Eu até gostaria de entrar em greve, mas tu sabes né, eu sou contratado. Se eu perder o emprego, quem vai pagar minhas contas?” é outra frase ouvida nos corredores da escola. O corte de salários, bem como a ameaça de demissão, são estratégias utilizadas pelos governos de forma a conduzir e modular o magistério a aceitar as reformas trabalhistas e previdenciárias sem protestar. Conforme Hardt e Negri (2014), a dívida torna-se uma arma para “manter e controlar a relação de produção e exploração” (p.25). As relações de trabalho se modificaram, sendo que o capitalista acumula riqueza por meio da renda, ao invés do lucro, tendo a dívida como seu principal artifício. Hardt e Negri

colocam que “hoje a exploração se baseia principalmente não na troca (igual ou desigual), mas na dívida, ou seja, no fato de que 99 por cento da população está sujeita - deve trabalho, deve dinheiro, deve obediência - ao 1 por cento restante” (2014, p.25).

Inspirado nas contribuições de Deleuze e Guattari, Lazzarato (2010) afirma que a produção de subjetividade opera através de dispositivos de sujeição social, que nos dota de uma subjetividade ao estabelecer papéis sociais como identidade, nacionalidade, corpo, profissão, gênero, e de dispositivos de servidão maquínica, que desconstrói a subjetividade do sujeito através da máquina social, processo que o “dessubjetiva” como uma engrenagem dessa máquina capitalística. Este autor afirma que é no ponto de intersecção dos dispositivos de sujeição social e de servidão maquínica que se dá a produção de subjetividade do capitalismo. “Portanto, é essencial entender que a subjetividade e as subjetivações que o capitalismo produz são feitas para a ‘máquina’” (p. 18). Para Lazzarato (2010), o capitalismo produz subjetividades que reafirmam a necessidade de proteger os proprietários do capital e, dessa forma, produz o homem endividado.

### **1.3 Estudos anteriores sobre o endividamento de professores**

Ao iniciar o processo da pesquisa, realizei uma busca em alguns catálogos online sobre estudos que tratassem do endividamento de professores estaduais do Rio Grande do Sul. A busca foi realizada nos catálogos do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SABI-UFRGS), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS Brasil), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google Acadêmico. No sistema SABI-UFRGS foi utilizado o termo “endividamento”, obtendo 196 resultados de livros e artigos referenciados. O mesmo termo foi utilizado na busca na BVS-Brasil, com 29 resultados (sendo 06 deles repetidos). Na Scielo foi utilizado o termo “endividamento” no critério “assunto”, sendo encontrados 28 artigos catalogados. No Google Acadêmico, devido à imensa resposta (17.100 resultados), foi realizado um corte no período, pesquisando-se somente os vinte primeiros resultados publicados entre 2010 e 2019, utilizando-se a palavra “endividamento” associada aos termos “magistério”, “professores”, “professoras”, “funcionalismo público”, “funcionários públicos”, “servidores públicos”, sendo encontrado um total de 160 resultados.

A partir da leitura do título e do resumo dos materiais encontrados nas quatro bases de pesquisa, foi possível identificar diferentes formas de abordagem da temática endividamento. O primeiro grupo de artigos não possuía nenhuma relação direta com o tema<sup>15</sup> proposto para a

---

<sup>15</sup> Endividamento de professores estaduais do Rio Grande do Sul

pesquisa, pois eram artigos que tratavam de endividamento público, endividamento de empresas, endividamento de estados e municípios, endividamento setoriais, entre outros. Ao iniciar o processo, os temas não pareciam tão relacionados ao objetivo da pesquisa e, por essa razão, não foram considerados relevantes. Posteriormente, foi percebida a importância que os temas endividamento público e endividamento de estados e municípios possuíam em relação à pesquisa, sendo a dívida pública um ponto essencial para a compreensão do endividamento dos professores.

O segundo conjunto de artigos tinha algum tipo de relação com o tema da pesquisa, porém tratava do endividamento de forma muito ampla (endividamento familiar, endividamento pessoal, endividamento do brasileiro, endividamento de jovens, endividamento feminino, entre outros); por não possuírem uma relação direta com tema, não foram considerados pertinentes para uma contribuição substancial ao estudo.

O terceiro grupo de artigos possuía uma relação direta com o tema da pesquisa, pois tratava de endividamento de servidores/funcionários públicos, endividamento de professores federais, estaduais fora do Rio Grande do Sul e municipais, empréstimos consignados. Neste grupo foram encontrados os estudos sobre empréstimos consignados de Marisco e Fernandes (2012), Fortes (2014), Lira (2014), Soares, Cavalheiro e Trevisan (2015), Leão, Fernandes e Martins (2016), e Camargo (2017); sobre endividamento de servidores públicos federais os de Flores, Vieira e Coronel (2014), Guimarães, Gonçalves e Miranda (2015), Souza (2015) e Alves (2016), sobre educação financeira de servidores públicos municipais os de Moreira e Carvalho (2013), Silva, Teixeira e Beiruth (2017) e Souza et alli (2018). O trabalho de Neto (2016), apesar não envolver diretamente endividamento, foi incluído por tratar de precarização do trabalho docente na rede estadual do Rio Grande do Sul, abordando as condições laborais de professoras com contrato de trabalho temporário na zona norte de Porto Alegre. Tratarei a respeito de alguns desses trabalhos mais adiante.

Em relação a artigos que comporiam um quarto conjunto de artigos, possuindo relação específica com o tema da pesquisa, foi encontrado somente o trabalho de Peixoto (2018), que aborda a questão do parcelamento de salários do funcionalismo público, ainda que sob um viés da educação financeira. Apesar de não ser especificamente sobre os professores do Rio Grande do Sul, foi considerado por tratar do parcelamento dos servidores estaduais gaúchos, articulando-se com a pesquisa que se pretendia desenvolver.

Ainda que tenha sido apresentado quatorze trabalhos com relação direta ao tema, além de um específico sobre os professores estaduais do Rio Grande do Sul, as buscas revelaram que a produção científica brasileira sobre o tema de endividamento do funcionalismo público

ainda é escassa, em especial quando se trata sobre o endividamento de professores e professoras.

Hennigen (2010) afirma que um dos aspectos que pode contribuir para a falta de interesse acadêmico pela temática do endividamento é o modo com que se faz sua apresentação nos meios de comunicação, onde é caracterizado como decorrente de má-gestão orçamentária do indivíduo e de sua incapacidade para traçar previsões econômicas corretas, ou como decorrente de uma psicopatologia pessoal (compulsão por comprar). Trabalhos como o de Peixoto (2018), Moreira e Carvalho (2013), Alves (2016), entre outros, analisam a situação do endividamento sob essas perspectivas.

Cabe trazer alguns aspectos discutidos nos trabalhos localizados na pesquisa bibliográfica referida anteriormente que, de algum modo, se articularam com a pergunta de pesquisa.

Soares, Cavalheiro e Trevisan (2017) conduziram uma pesquisa censitária com os servidores públicos estaduais de Santa Catarina, com o objetivo de diagnosticar os problemas associados ao endividamento excessivo, observando que um elevado número de servidores possuía operações de crédito consignado. Dentro do estudo foi constatado que, dentre os servidores afastados pelo CID<sup>16</sup> tipo F (Transtornos mentais e do comportamento), havia uma prevalência quatro vezes maior naqueles que possuíam empréstimo consignado do que entre os servidores que não possuíam crédito consignado.

Souza (2015) dissertou sobre o endividamento dos servidores públicos da Fundação Universidade de Brasília através do crédito consignado, constatando uma correlação negativa entre empréstimos e o nível de escolaridade e de renda, no qual quanto maior a escolaridade ou maior a renda, menor é a demanda por crédito consignado. Souza afirma que a facilidade de acesso ao crédito associado à incapacidade de administrar dinheiro são males que podem causar o endividamento pessoal e familiar.

Moreira e Carvalho (2013) estudaram perfil de professores da rede municipal de Campo Formoso, na Bahia, analisando questões de consumo, crédito e endividamento dos professores da Escola José de Anchieta. Em sua análise, afirmam que o crédito consignado responde por 39% das opções de créditos utilizado pelos professores. Se somado ao crédito pessoal, este percentual sobe para 54%. Também aborda que 43% não faz um planejamento para o orçamento familiar. Apesar de propor uma educação financeira nas escolas, o texto coloca que os professores não praticam educação financeira e utilizam o crédito de forma

---

<sup>16</sup> Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, publicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS).



indiscriminada, sendo necessária sua reeducação econômica.

Peixoto (2018) analisou os impactos do parcelamento de salário nos funcionários públicos estaduais do Rio Grande do Sul, através de um estudo quantitativo, descritivo e de levantamento. Este estudo atentou-se aos métodos de controle de gastos utilizados pelos servidores, bem como os principais instrumentos utilizados para enfrentar o parcelamento de salários e a necessidade. Ressaltou que, apesar de haver uma preocupação dos servidores quanto à necessidade de aperfeiçoar seus planejamentos financeiros, há uma falta de iniciativa para que este desejo se realize.

Alves (2016) escreveu sobre o endividamento dos servidores públicos da Universidade do Rio Grande do Sul, avaliando a necessidade de implantação de um programa de educação financeira no âmbito da universidade. O estudo analisou o crescente índice de endividamento financeiro dos servidores e a consequente perda do poder aquisitivo resultante dos altos custos financeiros dessas operações. O foco da pesquisa foi direcionado às questões de educação e planejamento financeiro e observou que o endividamento é motivado pelo crédito facilitado aliado ao consumo desenfreado e a inexperiência de um planejamento em seus orçamentos.

Camargo (2018) analisou a situação do crédito consignado e o endividamento de auxiliares administrativos vinculados ao Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino Privado de Ijuí (SINTEEP/Ijuí). Trago à luz este trabalho por tratar do crédito consignado e endividamento de trabalhadores da iniciativa privada, tendo como resultado da análise conclusão semelhante ao de pesquisas realizadas com servidores públicos. Para a autora, as principais causas do endividamento é que as pessoas não acompanham seus orçamentos, não realizam planejamento financeiro, desconhecem ou não acompanham suas despesas passo a passo.

Com exceção dos estudos de Soares, Cavalheiro e Trevisan (2017), que aborda a relação entre endividamento e adoecimento, e de Souza (2015), que traz uma correlação entre endividamento, escolaridade e renda, as outras análises compreendem o endividamento sob uma ótica individualizante, onde o endividado é fruto de uma má gestão de suas finanças, do desconhecimento da educação financeira e da incapacidade de planejamento financeiro, aliadas ao crédito facilitado. As análises, decorrentes de estudos da área de Administração, Ciências Contábeis e Economia, propõem, em geral, uma reeducação por parte do endividado de seus hábitos econômicos.

Apesar de haver escassas produções nacionais sobre efeitos subjetivos do endividamento, existem estudos internacionais que tratam do tema, principalmente dentro da comunidade europeia.

Um exemplo é o artigo de Ribeiro, Frade, Coelho e Ferreira-Valente (2015) que trata das alterações de práticas familiares cotidianas quando associadas à crise econômica e ao endividamento em Portugal. Segundo os autores, com o aumento do endividamento, se agudizam os problemas emocionais, familiares e laborais, como ansiedade, sentimentos de vergonha e estigmatização, humilhação e fracasso moral, depressão, hostilidade, aumento do conflito e instabilidade conjugal.

O estudo de Davis, Montgomerie e Wallin (2015) analisa os efeitos do endividamento na saúde mental da população britânica. Segundo os autores, o aumento de problemas de saúde mental como a depressão não pode ser entendido somente em termos estritamente médicos, mas em seu contexto político-econômico, no qual uma economia impulsionada pelo endividamento terá predisposição para taxas crescentes de depressão. O endividamento traz problemas psicológicos, como sentimentos de culpa, vergonha e ansiedade; piora da saúde mental e da depressão decorrente da cobrança da dívida; prejuízo nas relações e na vida familiar.

As produções científicas nacionais e internacionais, quando articuladas com o tema do superendividamento, revelam questões concernentes a esta pesquisa, ainda que o superendividamento não seja o foco deste trabalho,

Um estudo recente publicado por Warth et al (2019), intitulado *Over-indebtedness and its association with sleep and sleep medication use* revela que as pessoas superendividadas sofrem grave estresse e são propensas a experimentar a exclusão social e a estigmatização consequente da dívida, decorrendo em distúrbios do sono. Diante da condição, patologias como acidentes e lesões ocupacionais, ganho de peso e obesidade, hipertensão arterial, hiperlipidemia<sup>17</sup>, diabetes, acidente vascular cerebral, ataque cardíaco, mortalidade e redução da qualidade de vida são associadas à má qualidade do sono, decorrentes da dívida, que traz ao endividado sentimentos de vergonha, fracasso e desesperança, induzindo altos níveis de estresse.

Doll e Cavallazzi (2016), ao analisar o superendividamento de idosos, apontam que existe uma diferença em relação à saúde de quem contrata crédito consignado. As pessoas que contrataram crédito consignado avaliam sua saúde pior do que pessoas que não contrataram. Apesar de escreverem que não se pode dizer qual é a causa e o efeito (na relação crédito consignado e saúde), não descartam a hipótese que as preocupações com o crédito pioram a situação de saúde dos idosos. Analisam também o fato da dificuldade dos idosos, em sua

---

<sup>17</sup>Alto nível de gorduras no sangue (colesterol e triglicérides).

maioria com escolaridade baixa, em compreender a linguagem do contrato bancário e do crédito que assinam, alinhavados com a baixa remuneração que recebem, colocando-os em uma vulnerabilidade financeira. Conforme os autores, a inclusão dos idosos no mundo de consumo é "um excelente negócio para os bancos" (p.340), que utilizam de um marketing agressivo para captar a população idosa.

Hennigen e Borges (2014), ao realizar estudo com consumidores em situação de superendividamento, revelam que estes traziam uma gama de sentimentos em relação à situação de estar endividado, como ansiedade, estresse, vergonha, sentimento de impotência, culpa, humilhação, pânico, entre outros, bem como sofrimentos como depressão, insônia, afetação das relações familiares e falta de perspectiva de vida. A dívida produzia uma marca moral, acarretando um estigma de mau-caráter, de caloteiro, aquele que é marginalizado.

Apesar dos estudos de Doll e Cavallazzi (2016) e Hennigen e Borges (2014) tratarem de implicações subjetivas da condição do endividado, problematizando certas condições e os efeitos do endividamento, a maioria dos estudos nacionais analisados emprega uma ótica de individualização do endividamento. Estudos sobre o endividamento do magistério estadual do Rio Grande do Sul são praticamente inexistentes, tanto pela contemporaneidade do cenário (que opera há menos de uma década), quanto pelo estigma da situação do endividado como mau gerenciador de suas finanças e da visão estereotipada e depreciativa do funcionalismo público como “parasitário”<sup>18</sup>. Assim, a ausência dessa produção de trabalhos justifica a necessidade de uma pesquisa que aborde o tema.

#### **1.4 Servidor público: privilegiado que causa déficit público?**

A visão do funcionário público como um parasita é resultante de um estereótipo criado por um discurso que coloca o setor privado como mais eficiente que o setor estatal e que desvaloriza o servidor público, desqualificando-o como alguém que é descomprometido com seu trabalho, amparado pela estabilidade<sup>19</sup> funcional. O funcionário público é visto como um “peso” para o Estado<sup>20</sup>, onde uma antiquada visão sobre os privilégios<sup>21</sup> percorre os discursos atuais, talvez em parte decorrentes de práticas antigas como o “pistolão” e o nepotismo; tais

<sup>18</sup> <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/02/07/paulo-guedes-compara-servidores-publicos-com-parasitas.ghtml>. Acesso em 08/01/2021

<sup>19</sup> A estabilidade do funcionário foi estabelecida pela Constituição de 1934. Conforme Maxhemilyano Marques (2018, p. 63), a “função da estabilidade no dispositivo da burocracia era estratégica, consistindo na manutenção de núcleo permanente de funcionários destinados a assegurar a continuidade das ações administrativas, mesmo com a frequente alternância de poder”.

<sup>20</sup> <https://www.mises.org.br/article/2814/como-os-funcionarios-publicos-se-tornaram-uma-casta-privilegiada-e-quase-intocavel> Acesso em 08de janeiro de 2021.

<sup>21</sup> <https://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/ruth-de-aquino/noticia/2016/06/os-privilegios-dos-servidores.html> Acesso em 08de janeiro de 2021.

práticas foram combatidas pela Constituição de 1934, que determinava que os cargos públicos fossem acessíveis a todos os brasileiros, nomeados em virtude de concursos de provas e dos atributos exigidos ao cargo – o que segue na Constituição atual, de 1988, artigo 37:

A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração. (BRASIL, 1988)

Atualmente, o “apadrinhamento” ainda ocorre, através das nomeações para cargo em comissão (popularmente conhecidas como “cargo de confiança”), no qual o ocupante do cargo não necessita ser servidor público concursado, sendo regido pela CLT e de livre nomeação e exoneração e, conforme a Constituição, destinado apenas às atribuições de chefia, direção e assessoramento. Apesar do texto constitucional não permitir que outros cargos sem essas atribuições sejam permitidos, a lei possibilita que os cargos em comissão estejam submetidos aos interesses políticos, não necessitando compatibilidade ao cargo. Conforme Marques (2018), “há um feixe de continuidades em relação às práticas patrimonialistas, pois é por meio do cargo comissionado que o político seduz apoiadores.” (p.85). A questão do apadrinhamento político a um indivíduo em cargo de chefia que não possua atribuições técnicas ao cargo, mas que possui fidelidade a quem o nomeou, uma vez generalizada para todos os âmbitos do serviço público, traz ao imaginário popular a ideia de que o funcionário público é privilegiado, recebendo um alto vencimento em troca de apoio político.

Apesar dos princípios trazidos pelo artigo 37 demonstrarem o interesse da administração pública em focar em legalidade, impessoalidade, eficiência e transparência, o estigma do funcionário público que não trabalha, ou que tem privilégios permanece, mesmo que os princípios constitucionais sejam assegurados através de mecanismos como o concurso público e o estágio probatório, devendo o funcionário público, através desses instrumentos, provar que é compatível ao cargo. Conforme afirma Marques (2018, p. 26):

[...] o discurso do “funcionário público que não trabalha” não tem início, meio e terá um fim, mas que atravessa os tempos e vem sendo repetido/ressignificado/atualizado em diferentes práticas discursivas de domínios discursivos distintos. (...) É possível ver materializado na Internet, reiterado em piadas, em charges, produções televisivas, na entrevista na TV do usuário do serviço público após um atendimento

considerado insatisfatório, a irrupção do discurso de que o funcionário público é relaxado, preguiçoso.

Em uma reportagem publicada no portal do jornal O Globo em 12 de março de 2018<sup>22</sup>, periódico de expressiva amplitude nacional, o colunista Hélio Gurovitz afirma que “(...) poucas [palavras] parecem tão adequadas para qualificar a situação do funcionalismo no Brasil quanto ‘privilégio’”. Entre outras afirmações, coloca como privilégio a “estabilidade garantida pela Constituição, mesmo para atividades em que não faz sentido – de bibliotecário a faxineiro”, atualizando o discurso no qual o servidor público é privilegiado e que “não há como o Estado brasileiro entrar no eixo sem enfrentar a distorção absurda de remuneração entre os setores público e privado”.

Ao analisarmos a distorção entre as remunerações dos setores público e privado do magistério na cidade de Porto Alegre, observamos que não existem privilégios para o setor público. Conforme o site do Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS<sup>23</sup>, a variação do valor da hora-aula do Ensino Fundamental – anos iniciais é de R\$ 17,47 a R\$ 43,86, do Ensino Fundamental – anos finais é de R\$ 18,62 a R\$ 47,94 e do Ensino Médio é de R\$ 24,80 a R\$ 59,06, conforme as escolas que pagam menores e maiores vencimentos em Porto Alegre. Tendo como base esse números e conforme o cálculo realizado através do site do Sinpro<sup>24</sup>, o **valor líquido** dos salários do ensino privado, para 40 horas trabalhadas, varia entre R\$ 3.036,62 e R\$ 6.927,79 (séries iniciais), R\$ 3.213,15 e R\$ 7.548,97 (séries finais), R\$ 4.107,26 e R\$ 9.241,99 (Ensino Médio), calculados para o professor que possui somente licenciatura plena. Quando o professor possui especialização, mestrado ou doutorado ocorre um acréscimo nos valores de acordo com sua titulação.

No magistério público estadual gaúcho não existem variações nos vencimentos conforme o nível de escolaridade do público-alvo. Ele é calculado a partir da formação do profissional (nível médio, licenciatura curta, licenciatura plena, pós-graduação *latu sensu*, mestrado e doutorado) e dos níveis/classe (de A a F). Os níveis/classe se referem a promoções por antiguidade ou merecimento. A maioria do magistério gaúcho se encontra no nível A, tendo a última promoção de membros do magistério ocorrida em julho de 2014. Conforme a nova tabela de subsídios do magistério, alterada pela Lei 15.451/2020, o **valor bruto** para o nível III (licenciatura plena) – 40 horas varia entre R\$ 3.030,53 (nível A) a R\$ 3.979,02 (nível F).

---

<sup>22</sup> <https://g1.globo.com/mundo/blog/helio-gurovitz/post/2018/03/12/os-privilegios-do-funcionalismo.ghtml>  
Acesso em 09 de janeiro de 2021.

<sup>23</sup> <https://www.sinprors.org.br/salario/ranking-salarial/> Acesso em 12 de janeiro de 2021

<sup>24</sup> <https://www.sinprors.org.br/salario/calculou-seu-salario/> Acesso em 12 de janeiro de 2021

**Tabela 1** – Tabela de vencimentos do magistério.

Vencimentos do Magistério (2020) – 40 horas		
	Mínimo	Máximo
Ensino privado – EF anos iniciais – valor líquido	R\$ 3.036,62	R\$ 9.241,99
Ensino privado – EF anos finais – valor líquido	R\$ 3.213,15	R\$ 7.548,97
Ensino privado – Ensino Médio – valor líquido	R\$ 4.107,26	R\$ 9.241,99
Ensino público estadual – Educação Básica – valor bruto	R\$ 3.030,53	R\$ 3.979,02

Conforme podemos observar na tabela 1, os vencimentos brutos da maioria do magistério público estadual no RS são inferiores aos menores vencimentos líquidos das escolas privadas de Porto Alegre. Quando analisamos o maior vencimento, verificamos que existe uma distorção, mas bem diversa da que se alardeia, pois os vencimentos da escola privada são 2,3 vezes maiores que os da escola pública. Tais dados não deixam dúvidas sobre a não valorização do magistério em nosso estado – e total inadequação do discurso sobre “privilégios”.

A racionalidade neoliberal insistentemente apregoa que, através da privatização dos serviços públicos, prevalecerá uma lógica de eficiência e economia, visto que a concorrência entre os serviços privados trará eficácia na administração. A partir desse discurso, naturaliza-se a privatização e a terceirização de serviços como uma opção mais econômica ao Estado devido à concorrência. Não se questiona, porém, que a lógica empresarial de privatização de serviços possa acarretar em custos à população, seja sob a forma de gastos pelo Estado na contratação de empresas que realizarão o serviço, seja nos baixos salários e condições precárias que caracterizam o trabalho terceirizado. Segundo Severo (2019) afirma, a terceirização é utilizada para reduzir custos e aumentar a capacidade de exploração do trabalho pelo capital.

Na contrapartida desse discurso, os sindicatos buscam divulgar e exaltar a importância do funcionalismo público, bem como denunciar políticas de austeridade – que vem sendo carro-chefe das políticas neoliberais contemporâneas supostamente para fazer frente a situações de déficit público – que implicam na redução de direitos e sucateamento da máquina pública. Um exemplo que vemos na publicação do 39º Núcleo do CPERS em comemoração ao dia do funcionário público no ano de 2014.

**Figura 1 - Homenagem ao dia do funcionário público.**



Fonte: 39º Núcleo do CPERS

Na imagem percebemos que, ao redor da mensagem que afirma a importância do funcionário público e a contribuição para formar uma sociedade melhor, aparecem as mãos de várias etnias, representando um suporte à sociedade e uma heterogeneidade em sua composição, além das palavras dedicação, eficiência, compromisso, zelo e respeito. A heterogeneidade pode ser lida como resultado de acessibilidade de todos os brasileiros aos cargos públicos através de concurso, como também da impessoalidade do cargo.

Não há como negar que situações como o arrocho salarial que os servidores públicos estaduais vivenciam, a falta de valorização socioeconômica da categoria do magistério e, recentemente, o parcelamento/atraso de vencimentos, têm afetado as finanças e a vida dos professores, fazendo com que a busca de crédito e empréstimos junto aos bancos sejam percebidas e adotadas como saídas para gerir suas contas, fato comum de se escutar por professores não somente nas dependências da escola onde atuo como em outros cenários do magistério público estadual.

## 2. QUESTÃO DE PESQUISA E ABORDAGEM METODOLÓGICA

Na introdução, apresentei a seguinte pergunta de pesquisa: **como se dá e quais efeitos subjetivos o endividamento gera na categoria do magistério público estadual?**

Em um primeiro momento, minha percepção sobre o endividamento e os efeitos subjetivos que eram gerados ficava mais circunscrita ao endividamento individual e familiar e às particularidades relacionadas a como os professores lidavam com suas dívidas e como ela se refletia em seu cotidiano. Para a proposta de pesquisa, pensava ser necessária a elaboração de um questionário de pesquisa com questões objetivas de múltipla escolha e a possibilidade de uma lacuna em branco em cada para o caso em que algum entrevistado julgasse que sua resposta não se encontrava dentro das alternativas, tendo como modelo estudos online de mestrado e doutorado dos quais fiz parte como participante.

Após leituras, estudos e discussões dentro do grupo de pesquisas Leituras do Contemporâneo e Processos de Subjetivação (Lecopsu), do qual faço parte, percebi que esse tipo de questionário não abarcaria os subsídios necessários para realização e análise da pesquisa, visto que o processo de endividamento percorre caminhos mais complexos e fluídos dentro da sociedade. Em função disso, a questão de pesquisa – e as escolhas metodológicas – foram adquirindo novas conotações e percursos. A partir das reuniões de orientação e dos encontros do grupo de pesquisa, foi sugerido trabalhar com entrevista, instrumento que permitiria captar as vivências, memórias e percepções dos professores sobre o endividamento e as condições produtoras e produzidas da sua natureza subjetiva como endividado.

Para a condução da pesquisa, foi desenvolvida uma entrevista aberta, organizada a partir de um roteiro com questões norteadoras (anexo I). Busquei conhecer, através da entrevista, as condições que permitiram o endividamento do magistério gaúcho e compreender os impactos do endividamento percebidos pelos docentes nas esferas socioeconômicas, laborais e psicológicas, bem como visibilizar as falas dos docentes em torno de suas práticas e estratégias em relação à dívida.

### *Questões éticas da pesquisa e procedimentos das entrevistas*

O estudo contou com a participação de professores de escolas estaduais de Porto Alegre, através de entrevista no primeiro semestre de 2020. Por tratar-se de pesquisa que envolveu a participação de seres humanos, se aplicaram as Resoluções 196/1996 e 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Por esse motivo, o projeto de pesquisa, após analisado e tendo recebido aprovação da banca de qualificação de mestrado, foi submetido, via Plataforma Brasil/CONEP, ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da



UFRGS (CEP-PSICO) para análise das questões éticas envolvidas, a fim de obter aprovação.

Em função disso, no modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo II), buscou-se, a partir de uma linguagem objetiva, caracterizar a forma geral de participação dos professores na pesquisa. Ressalto que, quando das entrevistas, todos os esforços foram feitos para bem descrevê-las a quem foi convidado, respondendo quaisquer questionamentos que foram colocados, de modo que a adesão fosse realizada após pleno esclarecimento. Foram esclarecidos os objetivos e benefícios da pesquisa, a garantia de sigilo das identidades pessoais, informações e posições externadas, a voluntariedade da participação (revogável a qualquer tempo) e sua não remuneração. Todos que manifestaram o desejo de tornar-se um participante da pesquisa receberam, na sequência, o TCLE para assiná-lo e formalizar o início da sua participação.

O propósito inicial era entrevistar, no mínimo, seis professores que se considerassem em situação de endividamento. Em reunião com a orientadora, pensamos que seria adequado trabalhar com esse número devido às experiências anteriores em pesquisa sobre endividamento, consumo e superendividamento da equipe do Lecopsu. A proposta de um mínimo de seis participantes decorre da dificuldade em encontrar indivíduos que se dispusessem a se apresentar como pessoas endividadas, em função do estigma do endividado, uma condição moralizante da dívida, em que o devedor se sente constrangido ao assumir que não consegue pagar suas despesas.

O estigma do endividado, conforme Hennigen (2012) é pautado socialmente como a pessoa imprevidente, que não sabe gerir seu orçamento, que é impulsiva ou que age de má fé. Isso acarreta em dificuldade de encontrar pessoas que queiram falar de sua situação como endividado, pois o fenômeno é individualizado e traz consigo um descrédito social. Conforme a autora (2014), as dívidas passam a desabonar a própria pessoa devido às visões pejorativas que são socialmente associadas aos devedores.

Através de contatos pessoais, após a aprovação da pesquisa pelo CEP-PSICO, convidei professores para participarem da pesquisa, resultando em quatro contatos iniciais que concordaram em conceder entrevistas. Após o contato inicial, três professores desistiram ao saber que as entrevistas seriam gravadas, pois imaginavam que a entrevista seria sob a forma de um questionário, sem identificação. Mesmo sendo informados que os registros em áudio seriam utilizados somente para fins de pesquisa e a identidade dos participantes seria mantida em absoluto sigilo, os professores revelaram o medo de represálias por parte da Secretaria de Educação e do Governo do Estado por participarem da pesquisa.

Com a dificuldade em encontrar professores dispostos a gravar entrevistas, foi

realizado um contato com o CPERS, que através de seu departamento de Comunicação, entrou em contato com duas professoras dispostas a serem entrevistadas. Conforme a proposta inicial, foram gravadas três entrevistas presenciais captando o áudio para análise. Outra ferramenta utilizada para angariar entrevistados foi divulgar a pesquisa através do grupo do Facebook chamado “Eu Apoio os Professores do RS”, sugestão do setor de comunicação do CPERS, onde mais dois professores se dispuseram a conceder entrevistas. Porém, com o advento da pandemia de COVID-19, as entrevistas dos professores passaram a ser online, através de vídeo-chamadas, com captação do áudio para transcrição e análise. Um professor concordou através de um contato pessoal e outro foi indicado pela primeira entrevistada. O oitavo professor preferiu não realizar entrevista, porém enviou um e-mail onde relatava sua condição diante da questão do endividamento.

A pesquisa foi realizada com oito professores, docentes do ensino fundamental – séries finais – e do ensino médio do magistério estadual do Rio Grande do Sul, pertencentes à Primeira Coordenadoria Regional de Educação – Porto Alegre. Três professoras trabalham em escolas no extremo norte da cidade, três no extremo sul, uma na zona leste e outra na parte central da cidade. Para manter o sigilo do participante, os nomes não serão citados e os professores serão identificados por letras (de A a H). O quadro abaixo demonstra como os contatos foram obtidos:

**Quadro 1** – Contato com os professores entrevistados.

Professores	Forma no qual se buscou o entrevistado
Professora A	Contato pessoal do pesquisador
Professora B	Indicação através do CPERS
Professora C	Indicação através do CPERS
Professora D	Indicação da primeira professora entrevistada
Professora E	Contato pessoal do pesquisador
Professora F	Contato através do grupo Eu Apoio os Professores do RS
Professor G	Contato através do grupo Eu Apoio os Professores do RS
Professora H	Contato através do grupo Eu Apoio os Professores do RS. Não gravou entrevista, relatando sua experiência através de e-mail.

Os sete docentes que concederam a entrevista responderam, além dos dados demográficos<sup>25</sup> (que abordarei mais adiante), às seguintes questões norteadoras:

<sup>25</sup> Idade, gênero, estado civil, número de dependentes, escolaridade e vínculo com o estado (se nomeado ou

- Quais memórias você tem sobre como lidar com dinheiro, contas e crédito e/ou empréstimos?

- Além da docência estadual, tem outro emprego formal ou trabalho informal; se sim, em que área, por que o buscou, quando?

- Qual é a renda líquida familiar (quem a compõe e quantas pessoas dependem dela)? Quanto do salário/renda pessoal/familiar é comprometido com despesas fixas (moradia, alimentação, transporte, etc.)?

- Como você percebe sua condição financeira atual? Como você chegou a tal situação financeira – o que contribuiu para seu estado atual; já havia vivenciado isso antes?

- Você sente sua situação financeira afetar sua vida – tanto pessoal quanto profissionalmente; se sim, em que sentidos e/ou âmbitos?

- Quais são suas perspectivas futuras?

A partir das questões norteadoras e conforme os caminhos que a entrevista percorria, eram realizadas outras perguntas de forma a compreender os processos que conduziram os professores ao endividamento.

### ***Abordagem metodológica***

Conforme referido anteriormente, ao analisar os estudos que tratavam do endividamento de professores e servidores públicos, percebi que os trabalhos se caracterizavam sob uma ótica individualizante, onde se apresentava o endividado como fruto de má gestão de suas finanças, do desconhecimento da educação financeira e da incapacidade de planejamento financeiro, bem como da facilidade de acesso ao crédito.

Interessado em não me restringir à individualização do endividado, inicialmente procurei discutir o endividamento dos professores estaduais de Porto Alegre utilizando como principal ferramenta metodológica a análise de inspiração arqueogenealógica, visando compreender, através de uma rede conceitual foucaultiana (Foucault, 2012), os efeitos decorrentes do endividamento e os possíveis impactos das políticas salariais nesse processo. No decorrer desse percurso de pesquisa foi-se abrindo a necessidade de trabalhar aquilo que foi se afigurando como algumas outras condições de emergência relacionadas ao endividamento do magistério, como as questões da remuneração, do gênero e da feminização da profissão, os baixos investimentos em educação ao longo da história no Brasil, a formação do sindicato de professores no Rio Grande do Sul e seus movimentos de resistência.

Posteriormente, o estudo dessas questões conduziu a novas demandas, como a problematização da racionalidade neoliberal, a financeirização da sociedade, os impactos das políticas de austeridade e a noção de política da dívida como biopolítica.

Cabe lembrar que Foucault (2014, p.88) afirma que “enquanto a arqueologia é o método próprio à análise da discursividade local, a genealogia é a tática que, a partir da discursividade assim descrita, ativa os saberes libertos da sujeição que emergem dessa discursividade”. Veiga-Neto (2017, p.59) coloca que “pode-se entender a genealogia como um conjunto de procedimentos úteis não só para conhecer o passado, como também, e muitas vezes principalmente, para nos rebelarmos contra o presente.”.

A princípio, utilizar a concepção arqueogenealógica como fundamentação teórica para a pesquisa permitiria – através da análise das materialidades (como reportagens veiculadas nos jornais de grande circulação, conteúdos disponibilizados pelo site do CPERS e de sua publicação oficial (Sineta), artigos, dissertações e teses que abordassem a temática do endividamento) e dos dados produzidos nas entrevistas – entender as condições que possibilitaram o atual cenário de endividamento do magistério público estadual, bem como conhecer os efeitos subjetivos decorrentes desse endividamento. Conforme Foucault (1999), a genealogia é o “acoplamento dos conhecimentos eruditos e das memórias locais, acoplamento que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização desse saber nas táticas atuais”.

Portanto, para responder à questão de pesquisa, era pertinente utilizar arcabouços conceituais elaborados por Michel Foucault, como arqueologia, genealogia, governamentalidade e biopolítica, a fim de compreender as condições que viabilizaram o processo da dívida e do endividamento e a construção e transformação dos saberes sobre o endividamento.

Buscar um ponto de origem do endividamento dos professores seria uma tarefa impossível, visto que as condições que levam uma pessoa a buscar recursos além dos ordinários são complexas, abarcando configurações político-econômicas da sociedade e diversidades familiares, laborais e financeiras. Resultaria em uma tentativa fracassada para identificar uma suposta verdade acerca das práticas e processos que conduzem os educadores a contraírem suas dívidas. Acerca de uma origem absoluta, Foucault afirma:

Não se deve mais procurar o ponto de origem absoluta, ou de revolução total, a partir do qual tudo se organiza tudo se torna possível e necessário, tudo se extingue para recomeçar. Temos de tratar de acontecimentos de tipos e de níveis diferentes, tomados em tramas históricas distintas; uma homogeneidade enunciativa que se instaura não implica de modo algum que, de agora em diante e por décadas ou

séculos, os homens vão dizer e pensar a mesma coisa; não implica, tampouco, a definição, explícita ou não, de um certo número de princípios de que todo o resto resultaria como consequência. As homogeneidades (e heterogeneidades) enunciativas se entrecruzam com continuidades (e mudanças) linguísticas, com identidades (e diferenças) lógicas, sem que umas e outras caminhem no mesmo ritmo ou se dominem necessariamente. Entretanto, **deve existir entre elas um certo número de relações e interdependências cujo domínio, sem dúvida muito complexo, deverá ser inventariado.** (FOUCAULT, 2012, p 178-179 – grifos meus)

A partir das leituras realizadas durante o processo de escrita, da análise de reportagens e publicações produzidas pelos meios de comunicação sobre o magistério estadual, e da transcrição das entrevistas realizadas com os professores, houve uma ressignificação do que compreendia como endividamento. Temáticas como a racionalidade neoliberal, a financeirização da sociedade, a dívida pública suscitaram questões de ordem molar que não haviam sido contempladas anteriormente, como “o que é a política da dívida?”, “como se constituiu a categoria dos professores?”, bem como de ordem molecular como “o que é a dívida para você?” e “como a dívida pública te afeta?”

Percebi a necessidade de ampliar o conhecimento sobre o endividamento como um dos mecanismos da racionalidade neoliberal, bem como a normalização do endividamento no cotidiano dos professores e da população brasileira. A questão de pesquisa continuava a mesma, porém ganhava camadas e se desdobrava, adquirindo características rizomáticas, ramificando para campos não abordados no princípio da pesquisa e se reestruturando em sua metodologia inicial, estabelecendo uma nova rede de conexões, compreensões e produção de dados sobre o endividamento dos professores. Essa composição de territórios macros e micros, no que diz respeito ao endividamento, que se desenvolveram ao longo do processo de pesquisa, no decurso das primeiras análises das materialidades, acabaram por se desdobrar em uma hibridização entre uma abordagem metodológica de inspiração arqueogenealógica e um movimento cartográfico.

Conforme Zambenedetti e Silva (2011), a genealogia e cartografia não podem ser entendidas a partir da concepção tradicional de método, visto que não são métodos cristalizados e modelizantes. Fundamentados no processo cartográfico concebido por Gilles Deleuze e Felix Guattari, os autores afirmam que a cartografia é um dos princípios do rizoma, que se ramifica em diferentes direções, crescendo de acordo com as múltiplas conexões que se realizam, caracterizando-se por uma rede não hierárquica. "O rizoma encontra-se sempre no meio, entre as coisas, produzindo novos e múltiplos agenciamentos" (p. 457). Para os autores,

a cartografia, enquanto um dos princípios deste campo de multiplicidades e de variação contínua que caracteriza o rizoma, é tomada como um mapa em constante processo de produção, instaurando um processo de experimentação contínua capaz de criar novas coordenadas de leitura da realidade, criando uma ruptura permanente

dos equilíbrios estabelecidos. Com este procedimento cartográfico colocam-se em questão as hierarquias e fronteiras que dividem os campos de conhecimento e propõe-se uma recriação permanente do campo investigado. (ZAMBENEDETTI e SILVA 2011. p.457)

Passos e Barros (2015, p.17) afirmam que “a cartografia reverte o sentido tradicional de método sem abrir mão da orientação do percurso da pesquisa”. Para Kastrup (2015), a cartografia visa acompanhar um processo, ao invés de representar um objeto, tratando-se de investigar um processo em produção. Ao pesquisar o endividamento de professores, que não se encontra pré-determinado e se reelabora cotidianamente em suas práticas, se faz necessário compreender as diferentes configurações que engendram esse processo modulatório.

Assim como na cartografia geográfica, as diferentes linhas no processo de cartografar se cruzam, transbordam e se complementam, traduzindo um complexo sistema de informações que é permanentemente dinâmico, compondo um território de multiplicidades ou uma multiplicidade de territórios. Rolnik (2011) apresenta o que chama de definição provisória da cartografia:

Para os geógrafos, a cartografia (...) é um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem. Paisagens psicossociais também são cartografáveis. A cartografia, nesse caso, acompanha e se faz ao mesmo tempo que o desmanchamento de certos mundos (...) e a formação de outros: mundos que se criam para expressar afetos contemporâneos, em relação aos quais os universos vigentes se tornam obsoletos. (ROLNIK, 2011, p. 23)

Assim, ao examinar a temática do endividamento, através das diferentes materialidades e das discursividades oriundas das entrevistas, analiso os efeitos subjetivos decorrentes do endividamento dos professores e suas composições com a governamentalidade neoliberal, a financeirização da sociedade, o estímulo ao crédito, a precarização da vida, as vulnerabilidades condicionadas pela dívida, bem como as estratégias que os professores delineiam como formas de resistência e de combate à situação da dívida.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao trazer os resultados e discussões dessa pesquisa, analiso as condições de emergência e possibilidades que se articularam para a composição atual do magistério e, correlativamente, da estrutura educacional. Nesse sentido, com o objetivo de discutir a falta de valorização da categoria magistério - e seus efeitos atuais na forma de arrocho salarial, parcelamentos e atrasos de pagamentos dos vencimentos – inicialmente analisarei a categoria do magistério e sua constituição histórica, abrangendo a questão da remuneração, do gênero e da feminização da profissão, suas articulações com investimentos em educação, bem como as políticas salariais, lutas sindicais e greves do magistério.

Em seguida, com o objetivo de compreender a dívida enquanto biopolítica, analiso a governamentalidade neoliberal, a financeirização da sociedade, o acesso facilitado ao crédito, as políticas públicas decorrentes da dívida e a presente política de austeridade.

Posteriormente, apresento as vivências dos professores com o objetivo de conhecer as condições (pessoais, familiares, financeiras, remuneratórias e laborais) e percepções dos professores em relação ao endividamento. Encerro esta dissertação analisando as questões relativas à precarização, adoecimento e desvalorização dos docentes, subjetivação do endividamento dos professores e formas de resistência e combate à situação da dívida.

#### 3.1 Religiosos, práticos e senhoras: a constituição histórica do magistério

*Foi uma escolha minha. E eu sabia o que é uma vida de um professor.*  
(professora E)

Tradicionalmente no Brasil, o magistério se constituiu como uma profissão formada, em sua maioria, por mulheres, principalmente nos anos iniciais e anos finais do ensino primário. Ao analisarmos esta questão sob um prisma histórico, percebemos que ela se evidencia a partir do início do século XX. Para que se entenda a situação do magistério atual, deve-se considerar a questão de gênero como um dos componentes para a sua constituição.

A escolarização se inicia no Brasil em 1551, com a chegada da Companhia de Jesus à colônia e a missão de catequizar os nativos, bem como educar os colonos. Segundo Nova (2019), a educação jesuítica se manteve de forma autossuficiente, a partir de terras, rebanhos e do trabalho escravo. Conforme Azevedo (2018) o ensino dos indígenas era conduzido pelos padres em escolas improvisadas nas missões, construídas pelos próprios indígenas; já a educação dos filhos de portugueses era ministrada nos colégios, locais mais estruturados.

Durante o século XIX, o magistério continuou sendo uma profissão eminentemente

masculina, na figura dos preceptores, que lecionavam aos meninos das famílias mais abastadas em suas casas, e dos professores de liceus e colégios. Segundo Caetano e Neves (2009), ao homem pobre era negado o direito à instrução e às mulheres cabiam somente os afazeres domésticos. Com a proclamação da República, em 1889, o ideário positivista sob a égide de ordem por base e progresso por fim, bem como frente à necessidade de se construir unidade nacional, a educação escolarizada tornou-se uma questão primordial para a constituição de uma mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho diante de um capitalismo industrial nascente.<sup>26</sup> As escolas precisavam “educar” e “disciplinar” o trabalhador de forma que este “contribuísse para o avanço da nação sem perturbar a sua ordem”; conforme Caetano e Neves:

[...] como os homens tinham certo acesso à escolarização, foram agregados ao sistema de instrução pública como mestres-escola. Eles recebiam baixos salários, justificados pela desqualificação do seu saber (prático), trabalhavam em péssimas condições e não lutavam por melhorias porque o mercado de trabalho encontrava-se estagnado. (2009 p.04)

Com a necessidade de mão de obra e oferta de melhores salários no crescente comércio e na ainda incipiente indústria, ao final do século XIX os homens deixaram o magistério para trabalhar nesses setores urbanos, enquanto as mulheres assumiam a esfera docente, aceitando os baixos salários e as precárias condições de trabalho. Para Caetano e Neves (2009), com o ideal de professora que levaria mais cuidados maternos que intelectuais para a sala de aula e o aumento da procura de mulheres por essa profissão, foram criadas as condições para a feminização do magistério.

Penteado e Souza Neto (2019), ao analisarem os contextos da educação escolar na Europa e no Brasil, colocam que, entre os séculos XVII e XIX, na “idade do ensino como vocação”, o ensino era pautado no caráter moral e pedagógico das ordens religiosas, tendo práticas baseadas na disciplina dos corpos e controle das crianças. A concepção da educação cristã conferia ao trabalho docente a característica de vocação, fundamentada no professor como modelo de virtude e perfeição, e no ensino como missão e dedicação com as crianças. A visão vocacional da docência caracterizava condutas de submissão, doação e abnegação. Conforme os autores,

[...] essa visão vocacional impregnou o trabalho e a cultura docente, as práticas de ensino, as interações, os saberes docentes e os processos de formação, socialização e identidade profissional, no âmbito das escolas e das comunidades religiosas daqueles tempos. Essa visão passou a ter influência profunda e durável sobre as

---

<sup>26</sup> Apesar da expectativa da criação de um sistema nacional de educação pública, somente em 1942 ocorre a regulamentação de um sistema nacional para o ensino primário.



concepções posteriores da docência e do trabalho docente e perdura até os dias atuais. (PENTEADO e SOUZA NETO, 2019, p.149)

A feminização do magistério constituiu-se numa prática onde o ideal da profissão de professora era uma extensão das relações mãe-filho, do ensino de valores morais e sociais, de cuidado materno, constituindo-se as normalistas como segunda mãe ou tia. Porém, apontar a feminização do magistério como responsável pela precarização das condições de ensino e pelos baixos rendimentos seria incorreto, visto que essas condições já existiam no século XIX, quando a educação era majoritariamente masculina. Segundo Caetano e Neves (2009), o baixo salário dos professores no século XIX ocorria devido um tipo de saber, o saber prático, que era menos valorizado que o saber teórico das elites que possuíam acesso aos cursos superiores existentes (como médicos, engenheiros, farmacêuticos ou advogados).

Conforme Santos (2008), para justificar a saída dos homens do magistério, começaram a aparecer discursos que procuravam tornar “natural” a inclinação das mulheres para a docência. Afirmava-se que elas tinham aptidão para tal profissão, pois a escola era vista como uma extensão do lar, camuflando uma vigilância e controle sobre a mulher.

Sobre a feminização do magistério, Tambara (1998) argumenta que o trabalho feminino no ambiente externo ao lar, ao ser realizado em meio turno, era tido como não essencial, como algo complementar, justificando uma remuneração menor ao trabalho docente. Guacira Louro (2004) afirma que o trabalho como professora era visto como de caráter provisório ou transitório, sendo aceitável para “moças solteiras” até o casamento ou para viúvas, o que contribuía para que os salários se mantivessem baixos, visto que era um trabalho de “um só turno”. Como nas primeiras décadas do século XX o sustento da casa era visto como obrigação do marido, o trabalho em um turno se constituiria em mais um argumento para o salário reduzido, supostamente, “um salário complementar” (Louro, 2004, pág. 453), não se considerando as situações em que o salário das mulheres era única fonte de renda para as despesas domésticas, como no caso das viúvas.

Com a gratuidade do ensino primário, manifestado nas Constituições de 1934 e 1937 e sua obrigatoriedade pela Constituição de 1946, a necessidade de professoras aumentou, contribuindo para a proliferação das Escolas Normais no país. O magistério passa a se constituir como profissão eminentemente feminina no ensino primário, apontado como uma vocação das mulheres. Segundo Bruschini e Amado (1988), o conceito de vocação foi um dos mecanismos mais eficientes para induzir as mulheres a escolher as profissões menos valorizadas socialmente.

A Constituição de 1934 estabelecia alguns direitos específicos aos professores, como o

provimento de cargos através de concurso público e a estabilidade no cargo, conforme o artigo 158 prescrevia (grafia da época):

Art. 158. É vedada a dispensa do concurso de títulos e provas no provimento dos cargos do magisterio official, bem como, em qualquer curso, a de provas escolares de habilitação, determinadas em lei ou regulamento.

§ 1º Podem, todavia, ser contractados, por tempo certo, professores de nomeada, nacionaes ou estrangeiros.

§ 2º Aos professores nomeados por concurso para os institutos officiaes cabem as garantias de vitaliciedade e de inamovibilidade nos cargos, sem prejuízo do disposto no Título VII. Em casos de extinção da cadeira, será o professor aproveitado na regencia de outra, em que se mostre habilitado. (BRASIL, 1934)

A partir da Reforma Educacional de 1971, as escolas normais transformam-se um curso do chamado Ensino de 2º Grau, denominado curso técnico com habilitação para o Magistério, garantindo um perfil profissional à professora das séries iniciais, bem como uma exigência dos concursos públicos para o cargo de professora. Com a promulgação da terceira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, inicia-se o processo de valorização do curso de Pedagogia para lecionar na Educação Básica, sendo a formação superior exigida em determinados concursos públicos.

Trago este recorte para explicar que não foi a feminização a responsável pelos baixos salários pagos ao magistério, visto que a má remuneração já existia antes das mulheres tornarem-se maioria na categoria. Todavia, conforme explicitado anteriormente, conceitos como vocação, trabalho de um turno e “trabalho de mulher”, atrelados a políticas que não valorizavam a remuneração do magistério, contribuíram para a manutenção dos baixos salários. Conforme afirma Rabelo (2010), a professora tem remuneração bem próxima de profissões para as quais são necessárias habilitações acadêmicas muito menores, bem como um salário muito menor em relação ao que recebem outros profissionais com habilitação de ensino superior.

É importante salientar, também, as políticas públicas voltadas à educação no Brasil. Se analisarmos por um prisma histórico, perceberemos que os investimentos voltados à educação pública sempre foram insuficientes para atender às demandas do país, principalmente às classes mais pobres.

Gonçalves (2013) afirma que, com a expulsão dos jesuítas em 1759, desestruturou-se o modelo educacional existente. Com a reforma promovida pelo Marquês do Pombal, a educação na colônia passou a ser controlada pelo Estado, sendo criado o Subsídio Literário, imposto incidido sobre vinho, aguardente, vinagre e carne verde, que tinha o objetivo de financiar o ensino primário e médio. De acordo com Gonçalves (2013), não havia regularidade na cobrança desse imposto e os professores passavam longos períodos sem

receber seus vencimentos. “Os professores eram geralmente mal preparados para a função, já que eram improvisados e mal pagos. Eram nomeados por indicação ou sob concordância de bispos e se tornavam proprietários vitalícios de suas aulas régias.” (Gonçalves, 2013, p 35).

Azevedo (2018) afirma que nesse período as aulas eram ministradas nas residências dos professores, o que impedia o acesso dos alunos, devido à pulverização dos locais de ensino. Gonçalves (2013) ressalta que os indígenas e as regiões suburbanas ficaram excluídas em relação ao ensino, visto que estudavam anteriormente nas escolas jesuítas, pois era priorizado atendimento educacional às crianças portuguesas.

Com a chegada da família real portuguesa em 1808, criaram-se as primeiras instituições voltadas ao ensino superior no Brasil, como a Escola de Cirurgia da Bahia (1808) e o curso de Medicina no Rio de Janeiro (1809). Segundo Azevedo (2018), os cursos de ensino superior tinham como alvo os filhos da nobreza portuguesa e da aristocracia brasileira, focando o seu preparo acadêmico.

Conforme Gonçalves (2013), com a independência do Brasil em 1822 e a Constituição de 1824, impôs a necessidade de um mínimo de estudos e de gratuidade de instrução primária, exceto aos índios e escravos. Porém o governo não conseguiu efetivar essa norma pela falta de recursos para a implementação da educação popular, ficando esta a cargo das famílias e das igrejas.

O Ato Adicional à Constituição do Império de 1834, conforme Nova (2019), concedeu às províncias a autonomia para a cobrança impostos sobre o consumo, com o intuito de aplicá-los na educação pública, enquanto governo imperial custearia as escolas da Corte, no Rio de Janeiro. Apesar dessa concessão, Gonçalves (2013) ressalta que as províncias não possuíam condições para implantar o sistema educacional. De acordo com Marcílio (2005, p.89, apud Gonçalves, 2013, p. 37),

a maioria dessas autoridades não tinha preparo algum para estabelecer um sistema de educação de base mais estruturado. Gastavam muito para resultados medíocres. Na imensidão de um território mal povoado e debilmente urbanizado (...), a escola não constituía um bem de primeira necessidade para a imensa maioria da sociedade. (MARCILIO, 2005, p.89)

Após a proclamação da República (1889), não houve significativa mudança no ensino público brasileiro, exceto pela feminização da profissão, conforme tratado anteriormente. Segundo Azevedo (2018), manteve-se a dualidade do sistema escolar da época imperial, com um pequeno número de boas escolas para as elites e escolas de qualidade duvidosa para a maioria da população. Enquanto o governo federal destinava suas escolas bem preparadas aos mais ricos, “sobravam para as camadas mais pobres os colégios do sistema estadual, (...)”

locais com estrutura carente e composto por professores de baixa qualificação” (Azevedo, 2018, online).

Somente com a Constituição de 1934 seria estabelecida uma vinculação dos impostos aplicados à educação, através do artigo 156. Conforme a Constituição:

A União e os Municípios aplicarão nunca menos de dez por cento, e os Estados e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento, da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos.

**Parágrafo único** - Para a realização do ensino nas zonas rurais, a União reservará no mínimo, vinte por cento das cotas destinadas à educação no respectivo orçamento anual. (BRASIL, 1934)

Com o Estado Novo e a Constituição de 1937, essa vinculação foi abolida, retornando através da Constituição de 1946, com aplicação pela União de 10% e dos estados, municípios e Distrito Federal de 25% de sua renda resultante de impostos. Segundo Gonçalves (2013) a vinculação era discricionária, visto que não havia sanções para o descumprimento dessa lei pela União, estados, municípios e Distrito Federal.

A Lei de Diretrizes e Bases de 1961 é uma tentativa de legislar e unificar o ensino no Brasil, em uma estrutura que não conseguia abarcar a demanda da população. Conforme Gonçalves (2018, p.45), “havia procura por escolas, mas estas eram insuficientes em quantidade e qualidade”.

Com o golpe militar de 1964, de acordo com Nova (2019), “a vinculação de impostos federais para a educação deixou de existir na Constituição de 1967, permanecendo nos estados e municípios”; a partir da Emenda Constitucional 14, de 1983, a União passa a vincular 13% de seus recursos à educação.

Com a Constituição de 1988, a União passa a destinar no mínimo 18% de sua arrecadação ao investimento em Educação. Aos estados e municípios, mantém-se o vínculo de 25% da arrecadação.

Atualmente, o Fundo de Manutenção da Educação Básica e de Valorização do Magistério (FUNDEB) garante a redistribuição de recursos destinados à educação, de acordo com o número de alunos da educação básica pública. Atende a educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos.

Aos observarmos esse histórico, percebemos que a obrigatoriedade de destinar uma porcentagem da arrecadação de recursos aos investimentos em educação proporcionou uma universalização do ensino, permitindo o acesso da maioria da população à escola. Porém, ao mesmo tempo, percebe-se que esse investimento mínimo não é a garantia de uma educação de qualidade, pois torna-se justificativa para que os governos invistam somente o mínimo,

sucateando a máquina pública e desvalorizando a classe do magistério que, assim como no final do século XVIII, continua com baixos salários e, muitas vezes, com atraso em seus vencimentos.

### 3.1.1 Sindicalização, magistério e as lutas salariais.

Para a educação? Eu fui lá no CPERS e não assinei o documento exigindo um compromisso de pagar ou resgatar o salário, vamos dizer...como é que diz mesmo? O piso! O piso eu vou lá no Tumelero<sup>27</sup> e eles te dão um piso melhor, né? Ali tem piso bom, né? (José Ivo Sartori, então candidato ao governo do RS, em entrevista ao portal Globo - 20/10/2014)<sup>28</sup>

*E vai baixando a autoestima também, a gente vai tendo uma sensação de impotência... depois de experiências de luta também, de greves que acabam não indo até o final, sabe, não aglutinando a força necessária pra... pra superar isso aí tudo, enfim... (professor G)*

A diferença entre a frustração apresentada na fala do professor G com a greve e a zombaria do governador José Ivo Sartori (2015-2019) declarada na entrevista demonstra a contínua desconsideração dos governantes pela classe do magistério e pelo sindicato que os representa. Não é de hoje que provocações aos docentes estaduais existem: em charge do desenhista Sampaolo (figura 2), de 1956, o magistério é retratado “bailando”, pois a promessa de aumento realizada no ano anterior pelo então governador Ildo Meneghetti não havia sido cumprida.

---

<sup>27</sup> Rede de lojas de material de construção de Porto Alegre.

<sup>28</sup> Em vídeo, Sartori recomenda que professores busquem piso em loja de material de construção - reportagem do portal O Globo - 21/10/2014 -<https://oglobo.globo.com/brasil/em-video-sartori-recomenda-que-professores-busquem-piso-em-loja-de-material-de-construcao-14310901>

**Figura 2** - Charge de Sampaolo para o jornal A Hora – 15 de junho de 1956.



Na charge o governador Ildo Meneghetti, que havia prometido reposição salarial ao magistério em 1955. Fonte: <http://sampaolocartunista.blogspot.com/search?q=greve>

As assimetrias das relações de poder são demonstradas na charge, com o governador sorrindo na sacada do Palácio Piratini, com um pacote em uma vara pescando o desejo das professoras de um salário justo, demonstrando que o aumento é uma “miragem” sempre lançada, mas nunca alcançada (apesar das lutas do sindicato). A charge remete à figura do condutor de carroça que, através de uma vara, mostra uma cenoura aos animais de tração para que estes, iludidos, sigam em busca de alcançá-la.

A charge também apresenta uma forma com as professoras são retratadas à época: mulheres jovens, de corpos delineados, bem vestidas e de salto alto, representando a figura da docente de então como mulheres que tinham no magistério uma atividade ou um hobby, um trabalho de meio turno, do qual não dependiam do salário para viver. Esse trabalho era considerado, para a sociedade, uma renda complementar. Conforme Ferreira (1998):

O fato de as professoras receberem salários baixos é visto pela sociedade como "natural", já que não dependem diretamente da sua renda para sobreviver. A remuneração serve apenas como um complemento da renda familiar, pois, por trás, está amparando-a sempre o "provedor", o homem, que será o responsável

financeiramente pela família, mantendo o equilíbrio hierárquico das relações entre os sexos, bem de acordo com a herança patriarcal (p.51)

Cabe assinalar que o atual CPERS/Sindicato tem sua origem na criação do Centro dos Professores Primários Estaduais (CPPE), em 21 de abril de 1945. Entre 1950 e 1955, segundo o portal do CPERS<sup>29</sup>, o magistério mobiliza-se contra os cortes nas gratificações e abonos da categoria. Esses embates são apresentados nas charges dos jornais importantes da época, demonstrando que o magistério passava a ser uma classe organizada em busca de seus direitos, diferente da visão existente à época que mostrava a professora como um ser abnegado que aceitava o que lhe era imposto sem questionar, pois essa era a sua vocação. Ainda que a figura do CPPE como sindicato não apareça nas charges, sendo o coletivo escrito como professoras (o que identifica como uma classe predominantemente feminina), é a partir da fundação do Centro de Professores que se constitui um jogo de forças entre o governo e a corporação docente.

**Figura 3** – Charge de Sampaolo para o jornal A Hora – 21 de junho de 1956.



Na charge o governador Ildo Meneghetti recebe um cavalo de Tróia das professoras, referente à possibilidade do CPPE de realizar uma paralisação grevista.

Fonte: <http://sampaolocartunista.blogspot.com/search?q=greve>

Nesta outra charge do desenhista Sampaolo (figura 3), feita com diferença de seis dias

<sup>29</sup> <https://cpers.com.br/historia/>

em relação à charge anterior, a professora é representada como desprovida de atributos de beleza, com um rosto irritado e, por vezes, um sorriso maligno, ao mesmo tempo em que o governador é desenhado como uma figura ingênua, recebendo um cavalo de Tróia com uma bomba como presente das professoras. Assim, ao serem retratadas como participantes das mobilizações, outra representação das professoras aparece: não é mais a professorinha supostamente “bem casada” ou que está prestes a casar, que não está em privação, mas a figura de professoras ativas, talvez viúvas ou solteironas, que dependem de seu salário para sua sobrevivência.

No ano de 1956, as professoras realizaram um ato público em frente ao Palácio Piratini, debatendo a possibilidade de uma paralisação grevista. A atividade docente, que era considerada uma vocação natural, devido ao caráter de cuidado e de maternidade atribuídos à mulher, começa, lentamente, a tomar ares de uma profissão.

**Figura 4** – Charge de Sampaolo - jornal Diário de Notícias - 10 de outubro de 1958.



Fonte: <http://sampaolocartunista.blogspot.com/search?q=greve>



Outra charge significativa da época é de 1958, feita pelo mesmo cartunista, onde a figura da professora é representada como uma mulher irritada com privação decorrente do “calote” do governo, que pode ser entendido tanto como uma visão dos parcos salários do magistério quanto na falta de investimento na educação. Ao mostrar a bandeira do Brasil e afirmar: “... E o amarelo representa o dinheiro que estes governos de araque nos caloteiam!”, a professora não somente denuncia os baixos salários, como denota que o governo está em dívida com a classe docente e, conseqüentemente, com a educação. O desenho apresenta o funcionário público como vítima do “calote” do estado, posição que se inverterá nos discursos com o passar dos anos e o aumento da dívida pública estadual, onde o funcionalismo público passará da figura de vítima do estado à figura de “entrave” do estado, como visto anteriormente na seção 1.4, sendo, muitas vezes, responsabilizado como “privilegiado” e causador do aumento da dívida pública.

Conforme Correa (2006), nos primeiros 25 anos o CPPE tinha como pauta de reivindicações a aposentadoria aos 25 anos (conquistada em 1953) e atualização salarial, tomando como valor de referência o salário mínimo (obtida em 1962). Em 1966, o CPPE muda sua nomenclatura para CPPERS - Centro dos Professores Primários do Estado do Rio Grande do Sul.

A partir de 1973, o CPPERS incorpora em seu quadro societário os professores do Ensino de 2º Grau (atual Ensino Médio), modificando o estatuto e o nome para CPERS. Em 1974, através da Lei nº 6.672, de 22 de abril de 1974, se estabelece o Plano de Carreira do Magistério Público do Rio Grande do Sul, que vigorará até janeiro de 2020. Conforme Luft (2006), a partir de 1976 o CPERS passa a tornar públicas suas reivindicações, através de notas na imprensa.

A primeira greve do magistério gaúcho ocorre em 1979. Correa (2006) afirma a importância dessa greve, rompendo com a imagem de sacerdócio/vocação exercida pelos professores, com a categoria manifestando-se como um grupo de trabalhadores com reivindicações por melhores salários e melhores condições de trabalho.

A greve de 1980 ocorre devido ao não cumprimento do acordo estabelecido em 1979, que era a nomeação de vinte mil concursados e 70% de reajuste salarial parcelado. A charge de 1980 (Figura 5) demonstra a visão que o governo e a sociedade tinham do magistério: um sacerdócio, onde o professor deveria se dedicar ao exercício de sua missão, não importando as vicissitudes que dele decorrem. A escola representada parece ser uma “brizoleta<sup>30</sup>”, prédio de

---

<sup>30</sup> Nome popularmente dado às escolas construídas durante a gestão do governador Leonel Brizola

estrutura simples, construída em madeira com um alpendre à frente, constituída por três ou quatro salas de aula. A utilização da imagem de uma brizoleta e não de um colégio (como o Instituto de Educação ou o Colégio Júlio de Castilhos) não é mero acaso: ela reforça a ideia de descaso do governo com o magistério, que recebe um baixo salário (o qual pode se conjecturar que é retratado na charge como esmoas), trabalhando em escolas de madeiras que tiveram sua origem em uma campanha de alfabetização (o que representa seu caráter emergencial), remetendo à precariedade das condições do magistério e da educação. A greve dura 21 dias e tem como consequência a garantia de reajustes em 1981 e um piso de 2,5 salários mínimos aos professores

**Figura 5** – Charge do jornal Magister, do CPERS, representando a figura do magistério como sacerdócio - nº 63 – p.03 – abril de 1980.



Fonte: Pereira (2020, p.106)

### *A sineta como símbolo*

(1959-1963), a partir do Projeto Nenhuma Criança Sem Escola no Rio Grande do Sul, quando foram criadas mais de cinco mil escolas de ensino primário.

Os embates pela melhoria salarial se fortaleceram nas primeiras greves no início dos anos 80, culminando nas greves de duração prolongada, entre 1985 e 1994.<sup>31</sup> É na greve de 1985, com duração de 60 dias, que um símbolo do cotidiano dos professores, a sineta, que marcava o início e o fim das atividades escolares, é incorporado nas manifestações. Conforme Marques (2017), “os rituais do dia-a-dia do trabalho foram incorporados à simbologia das lutas, como no caso das sinetas” (p.175), sendo oficialmente absorvido pelo CPERS e integrado ao logotipo do sindicato.

A partir dos “sinetaços” organizados pelo CPERS em frente ao Palácio do Governo, as charges passam a apresentar um governador pressionado pelo barulho das sinetas, naquela que era a maior greve do magistério até então e que faz com que a categoria fosse ouvida não somente pelo ruído intermitente de seu símbolo, mas pelo seu potencial como categoria. O uso estratégico do som das sinetas (que dificilmente pode ser evitado) não era somente dirigido ao governador do estado, mas também à Assembleia Legislativa, localizada próxima ao Palácio Piratini. Abaixo, três charges que demonstram a relação de forças entre os professores e governo na época:

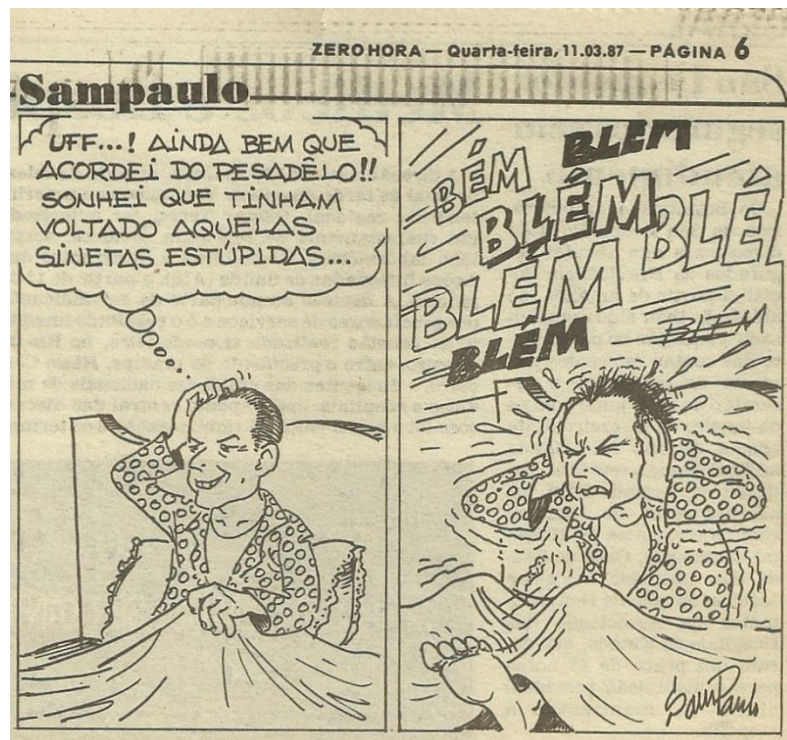
**Figura 6** – Charge de Marco Aurélio, jornal Zero Hora, de 30 de junho de 1985.  
Governador Jair Soares e o “sinetaço” do CPERS



<sup>31</sup> <https://cpers.com.br/historia/>

Fonte: Marques (2017, p.154)

**Figura 7** – Charge de Sampaolo, jornal Zero Hora, de 11 de março de 1987.  
Vice-governador Sinval Guazzelli e o som das sinetas



Fonte: <http://sampaolocartunista.blogspot.com/search?q=greve>

**Figura 8** – Charge de Schröder, jornal Correio do Povo, de 03 de março de 1987.  
Governador Pedro Simon pressionado pelas sinetas



Fonte: Marques (2017, p.223)

O ano de 1989 é importante para o CPERS, pois a entidade torna-se um sindicato, o que era proibido ao funcionalismo público conforme a Constituição de 1934 e fora revogado pela Constituição de 1988. A luta por reposição salarial e um plano de carreira para o funcionários de escola (agora sindicalizados no CPERS/Sindicato), plano promulgado em 2001, são as pautas reivindicatórias da categoria durante a década de 1990 e início dos anos 2000.

Se durante a década de 1980 e 1990 o magistério estadual lutava por aumento em seus vencimentos, a partir da metade dos anos 2000 esta reivindicação abarcou outras questões, como a luta pela implantação do piso salarial nacional<sup>32</sup>, reposição salarial de acordo com a inflação, manutenção de direitos (promoções, vantagens e gratificações), manutenção do Instituto de Previdência do Estado como público, e contra a retirada de direitos adquiridos e o sucateamento das escolas, bem como a continuidade do plano de carreira. O Plano de Carreira do magistério gaúcho, criado em 1974, torna-se alvo dos governos, que o colocam como empecilho ao aumento de vencimentos da categoria.

O piso salarial nacional do magistério foi instituído pela Lei 11.738/08, onde no artigo 2º, estipulava que o mínimo a ser pago aos professores com formação em nível médio seria de R\$ 950,00 para quarenta horas trabalhadas, representando uma pequena vitória aos docentes, visto que o salário mínimo nacional da época era de R\$ 415,00. O piso nacional é atualizado

<sup>32</sup><https://cpers.com.br/historia/>

anualmente, utilizando-se como padrão o percentual de crescimento do valor anual mínimo por aluno referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano. Conforme a lei, o valor mínimo por aluno é estipulado com base em estimativas anuais das receitas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Atualmente, o piso salarial de professores da educação básica é de R\$ 2.886,24<sup>33</sup>.

Apesar de existir desde 2009, a lei do piso salarial não é cumprida por todos os estados da União. No mapa do cumprimento da lei do piso salarial dos professores divulgado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), órgão no qual o CPERS/Sindicato é filiado, o Rio Grande do Sul é um dos sete estados que, após mais de uma década da lei, não cumpre o pagamento do piso salarial inicial aos docentes.

**Figura 9** - Panorama do cumprimento das leis do piso nas redes estaduais.

---

<sup>33</sup> <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/12-acoes-programas-e-projetos-637152388/84481-mec-divulga-reajuste-do-piso-salarial-de-professores-da-educacao-basica-para-2020> Acesso em 10 de outubro de 2020

**CUMPRIMENTO DA LEI DO PISO NAS REDES ESTADUAIS  
REFERÊNCIA: ABRIL/2019**

UF	CUMPRIU O VALOR NO INÍCIO DA CARREIRA? (NÍVEL MÉDIO)			CUMPRIU A JORNADA EXTRACLASSE (33,33% POR LEI) ?	
AC	Pagou proporcionalmente à jornada de 30h semanais			SIM	
AL	SIM			SIM	
AM	SIM			SIM	
AP	SIM			NÃO	
BA	SIM			SIM	
CE	SIM			SIM	
DF	SIM			SIM	
ES	NÃO			NÃO	
GO	NÃO			NÃO (30%)	
MA	SIM			SIM	
MG	NÃO			SIM	
MS	SIM			SIM	
MT	Pagou proporcionalmente à jornada de 30h semanais			SIM	
PA	NÃO			NÃO	
PB	SIM			SIM	
PE	SIM			SIM	
PI	SIM			SIM	
PR	NÃO			SIM	
RJ	SIM			NÃO	
RN	Pagou proporcionalmente à jornada de 30h semanais			SIM	
RO	SIM			SIM	
RR	Pagou proporcionalmente à jornada de 25h semanais			SIM	
RS	NÃO			NÃO (20%)	
SC	SIM			SIM	
SE	NÃO			SIM	
SP	NÃO			NÃO (20%)	
TO	SIM			SIM	
BR	15 cumpriram	4 pagaram proporcionalmente	8 não cumpriram	20 cumpriram	7 não cumpriram

Fonte: CPERS

Durante os anos entre 2009 e 2014, o foco das manifestações do CPERS/Sindicato foi a manutenção do Plano de Carreira e uma campanha permanente de denúncia contra o não cumprimento da lei do piso salarial, que culmina com um aumento salarial ao final de 2014, após sete anos sem reajuste.

A partir de 2015, a principal luta passa a ser o pagamento dos salários em dia e de forma integral, além da manutenção do Plano de Carreira.<sup>34</sup> A mais recente greve do magistério gaúcho, que reivindicava o fim do atraso de salários e a manutenção do antigo Plano de Carreira, durou 58 dias e se encerrou no dia 14 de janeiro de 2020, com a implantação de um novo Plano de Carreira, aprovado pela Assembleia Legislativa.

<sup>34</sup><https://correiodopovo.com.br/Noticias/Geral/2018/10/662834/Professores-e-funcionarios-da-rede-estadual-farao-greve-de-24-horas-nesta-quintafeira>

Segundo o Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul - CPERS/Sindicato (2019), os educadores correspondem a 61,6% dos vínculos do funcionalismo estadual, mas respondem somente por 29,7% da folha de pagamento do estado.<sup>35</sup> O sindicato ainda faz a comparação com os funcionários estaduais dos âmbitos legislativo, judiciário e do Ministério Público que, apesar de juntos corresponderem a somente 6,9% dos vínculos do RS, consomem 17,1% da folha de pagamento do estado. Esta associação de números/porcentagens revela uma disparidade entre os salários do Executivo e dos outros poderes, agravada pelo fato de que os servidores do primeiro recebem com atraso, enquanto os demais não são afetados pelo atraso/parcelamento, bem como indica a desvalorização dos que trabalham diretamente com o público, como educadores, trabalhadores da saúde, segurança e assistência social.

A disparidade salarial não ocorre somente entre as diferentes categorias do funcionalismo estadual: ela se faz presente também entre as redes municipal e estadual. Trein e Farenzena (2017), ao analisar as carreiras e os vencimentos dos docentes da rede pública estadual e municipal de Porto Alegre no segundo semestre do ano de 2016, afirmam que:

A diferença acentuada de remuneração nas duas redes é constatada ao comparar os dois valores estipulados como vencimento inicial nas carreiras: o valor recebido pelos profissionais do magistério estadual não só não alcança o valor estipulado pelo Piso Salarial Profissional Nacional, como constitui menos da metade do vencimento inicial da carreira dos profissionais do magistério municipal. Ao analisar o vencimento final das duas carreiras, chega-se a uma diferença de quase duas vezes no valor recebido pelo magistério municipal. (TREIN e FARENZENA, 2017, p.87)

Conforme as autoras, em 2016 existia uma diferença acentuada entre as redes, comparando tantos os valores iniciais quanto os valores finais de carreira: enquanto no magistério estadual, o vencimento inicial de carreira era de R\$ 630,10 e o final era de R\$ 1890,30 para a carga horária de 20 semanais, no magistério municipal o valor inicial era de R\$ 1355,38 e o final de R\$ 3693,30.

Com o novo plano de carreira do magistério, instituído a partir de 01 de março de 2020, o vencimento básico passou a ser R\$ 1.443,15 para vinte horas, em substituição ao vencimento inicial de R\$ 630,10, vigente desde 2014. Isto não implicou no aumento salarial real ao magistério, visto que somente se incorporou a complementação anteriormente paga ao vencimento básico, não havendo um reajuste dos vencimentos. Ao mesmo tempo, extinguiu-se o triênio (acréscimo salarial de 5% correspondente a cada três anos de serviço público, calculado sobre o vencimento da classe do educador), bem como se reduziu o número de

---

<sup>35</sup><https://cpers.com.br/41-meses-atraso-salarial-o-descaso-em-numeros/>



escolas que recebiam o adicional de difícil acesso (gratificação paga em relação à distância da escola para prefeitura municipal e periculosidade da região onde a escola está instalada), acarretando em perdas salariais aos educadores.

Com a alteração do plano de carreira, as disparidades entre os vencimentos iniciais do magistério público estadual e municipal diminuíram. Em dezembro de 2020, os vencimentos iniciais<sup>36</sup> do magistério estadual para 20 horas trabalhadas eram de R\$ 1.443,15, enquanto os do magistério municipal eram de R\$ 1.463,61. Já nos vencimentos ao final da carreira<sup>37</sup>, a diferença acentuada continuou: enquanto no estado o valor era de R\$ 2.524,78, no município o vencimento final alcançava R\$ 4.279,76.

**Tabela 2** – Tabela de subsídios do magistério estadual para 20 e 40 horas – 2020.

<b>Tabela de subsídios do magistério válida a partir de 1º de março de 2020 (20h) - em R\$</b>						
<b>Nível/Classe</b>	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>E</b>	<b>F</b>
I (Formação de nível médio)	1.443,15	1.457,54	1.472,12	1.486,84	1.501,71	1.516,73
II (Licenciatura curta)	1.471,98	1.486,70	1.501,56	1.516,58	1.531,74	1.600,67
III (Licenciatura plena)	1.515,27	1.591,03	1.670,58	1.754,11	1.859,36	1.989,51
IV (Pós-graduação lato sensu)	1.587,42	1.666,80	1.750,14	1.872,64	2.003,73	2.143,99
V (Mestrado)	1.731,74	1.835,64	1.945,78	2.062,52	2.186,28	2.317,45
VI (Doutorado)	1.876,05	1.988,61	2.107,93	2.234,40	2.368,46	2.524,78

<b>Tabela de subsídios do magistério válida a partir de 1º de março de 2020 (40h) - em R\$</b>						
<b>Nível/Classe</b>	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>E</b>	<b>F</b>
I (Formação de nível médio)	2.886,30	2.915,08	2.944,23	2.973,68	3.003,41	3.033,45
II (Licenciatura curta)	2.943,95	2.973,39	3.003,12	3.033,15	3.063,48	3.201,34
III (Licenciatura plena)	3.030,53	3.182,06	3.341,16	3.508,22	3.718,71	3.979,02
IV (Pós-graduação lato sensu)	3.174,84	3.333,59	3.500,27	3.745,28	4.007,45	4.287,98
V (Mestrado)	3.463,47	3.671,27	3.891,55	4.125,04	4.372,55	4.634,90
VI (Doutorado)	3.752,09	3.977,21	4.215,85	4.468,80	4.736,92	5.049,56

Fonte: CPERS<sup>38</sup>

A governamentalidade neoliberal, que abordo e discuto na próxima seção, vem impactando diretamente no cotidiano dos professores com arrocho salarial, condições de trabalho cada vez mais precárias e desmonte da escola pública, contudo a baixa remuneração do magistério não é um fator recente. Foi demonstrado anteriormente que o magistério, desde

<sup>36</sup> Vencimento inicial - Formação de nível médio

<sup>37</sup> Vencimento final - doutorado

<sup>38</sup> Disponível em <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2020/03/Tabela-de-subs%C3%ADdios-do-magist%C3%A9rio-v%C3%A1lida-a-partir-de-1%C2%BA-de-mar%C3%A7o-de-2020.pdf>

o século XIX, recebia baixos vencimentos, condições que foram perpetuadas pela visão do magistério como uma profissão feminina e uma vocação, bem como pelo histórico de baixos investimentos dos governos na educação pública.

A aprovação do novo Plano de Carreira do Magistério não pôs fim ao parcelamento e atraso dos salários, apesar dessa razão ter sido divulgada na imprensa oficial do governo para que as novas medidas fossem aprovadas pela Assembleia Legislativa. Conforme pode ser visto na figura 12, o parcelamento continuou por quase todo ano de 2020, tendo sido pago em dia somente no mês de novembro. O governo estadual, no ano de 2021, afirmou ter condições de manter a folha de pagamento em dia somente até abril do corrente ano.<sup>39</sup>

**Figura 10** – Calendário de pagamento dos servidores do executivo – Agosto de 2020.



Fonte: Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul<sup>40</sup>

### 3.2 A dívida como biopolítica: neoliberalismo, financeirização e acesso ao crédito.

Para entender a dívida como uma nova forma de biopolítica, penso que é necessário

<sup>39</sup> [https://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/economia/2021/02/780238-governo-do-rs-quita-salarios-de-fevereiro-em-dia-nesta-sexta-feira.html](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/economia/2021/02/780238-governo-do-rs-quita-salarios-de-fevereiro-em-dia-nesta-sexta-feira.html)

<sup>40</sup> Disponível em <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/08/29/governo-do-rs-comeca-a-pagar-folha-de-agosto-dos-servidores-estaduais-nesta-segunda-feira.ghtml>

entender a constituição da racionalidade neoliberal que passou a se difundir, sendo assimilada e operada por diferentes governos desde o final da década de 1970 no mundo e a partir dos anos de 1990 no Brasil. Tomo como base as contribuições de Foucault no âmbito da genealogia do liberalismo e do neoliberalismo para compreender a constituição dessa racionalidade, a fim de explicar a política da dívida como um dos resultados de uma arte de governar neoliberal, racionalidade essa que tem como princípio governar para o mercado, fomentar a competição e produzir sujeitos “empresários de si mesmo”, perpassando sociedades e governos de caráter conservador e de caráter progressista. Após, abordo a constituição da dívida pública e seus impactos na sociedade e finalizo com a facilidade de acesso ao crédito em geral e de modo específico por servidores públicos, e o endividamento, resultante da financeirização da sociedade.

### 3.2.1 A racionalidade neoliberal

Segundo Foucault (2008b), o liberalismo surge como uma reação à governamentalidade política da razão de Estado, prática existente no século XVIII, onde “governar segundo princípio da razão de Estado é fazer que o Estado possa se tornar sólido e permanente, que possa se tornar rico, que possa se tornar forte diante de tudo que pode destruí-lo (p.06). Nesse sentido, é importante retomar o conceito de Foucault sobre governamentalidade.

Por esta palavra ‘governamentalidade’, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por ‘governamentalidade’ entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de ‘governo’ sobre todos os outros - soberania, disciplina - e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes (FOUCAULT, 2008a, p. 143-144).

Batista (2019), sob a égide de Foucault, reitera que o princípio governamental proposto pelos liberais é o da não interferência do Estado, tão somente garantindo a propriedade privada e a vontade individual. É na passagem do século XVIII para o XIX que, juntamente com o liberalismo, surge uma nova tecnologia de poder que Foucault denominou de biopolítica. Conforme Foucault (1999)

São esses processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade que, justamente na segunda metade do século XVIII, juntamente com uma porção de problemas econômicos e políticos (...), constituíram, acho eu, os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica. (FOUCAULT, 1999, p. 290)

Segundo Revel (2005), Foucault utiliza o termo biopolítica para designar a forma pela qual o poder se transformou, para governar os indivíduos. Neste âmbito, são colocados a operar um conjunto de mecanismos de segurança e procedimentos disciplinares, se ocupando "da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade etc., na medida em que elas se tornaram preocupações políticas" (p.26). Segundo Foucault (1999), é a partir das informações sobre a população que a biopolítica irá extrair seu saber e definirá o campo de intervenção de seu poder.

Foucault (2008b) afirma que o liberalismo, como razão governamental, tinha como princípio da autolimitação o *laissez-faire*, o "deixai fazer", aonde o mercado conduziria a economia e a sociedade, limitando os poderes de intervenção do Estado. Para os liberais, conforme Foucault, o mercado era um lugar e um mecanismo de formação de verdade, visto que já era naturalmente regulado, a partir do qual se poderiam discernir quais práticas de governo eram corretas e quais eram erradas. O poder público interviria somente onde fosse útil, onde fosse necessário aos interesses: poderia atuar em determinados setores em tempos de crise, para auxiliar o mercado, ao passo que em épocas sem crises deixaria o mercado agir.

Com o advento da crise de 1929 e os efeitos mundiais da recessão econômica, o liberalismo clássico demonstrou que não conseguiria solucionar os problemas decorrentes do *crash* da bolsa de valores, como o desemprego em massa, a falência de grandes empresas, a restrição de investimentos e o decréscimo do comércio exterior. Coube ao Estado instituir mecanismos que pudessem reativar a produção e contivessem a crise. A ameaça de uma guinada ao socialismo, como ocorrido na Rússia em 1917, ou a ascensão de regimes totalitários, como na Alemanha e Itália, fizeram com que os governos democráticos ocidentais intervissem na economia de forma efetiva, conforme afirma Hobsbwan,

[...] a Grande Depressão obrigou os governos ocidentais a dar às considerações sociais prioridade sobre as econômicas em suas políticas de Estado. Os perigos implícitos em não fazer isso – radicalização da esquerda e, como a Alemanha e outros países agora o provavam, da direita – eram demasiado ameaçadores. (1996, p.99)

Estas intervenções se deram através da implantação da política do *New Deal* nos Estados Unidos, que consistia na geração de empregos através de obras públicas, criação de sistemas de seguridade social e regulação de setores da economia com o propósito de alavancar o crescimento econômico. Para Foucault (2008b), esses mecanismos que reagiram às ameaças que pesavam contra a liberdade (de propriedade privada e vontade individual) foram todos da ordem da intervenção econômica, "para evitar esse 'a menos' de liberdade que

seria acarretado pela passagem ao socialismo, ao fascismo, ao nacional-socialismo, instalaram-se mecanismos de intervenção econômica”.

As intervenções estatais no campo socioeconômico culminaram no *Welfare State*, ou Estado de Bem-estar Social, implantado na Europa ocidental ao final da Segunda Guerra Mundial, com base na teoria econômica keynesiana. Para Silva (2011), o *Welfare State* “constituiu um padrão de organização social que garantia o consumo de produtos de massa em agregados familiares nucleares” (p.45). O Estado regulava a economia e orientava as políticas relativas ao mercado de trabalho. Conforme Silva:

Sendo o Estado o principal investidor em infraestrutura e incentivador do consumo de massa, tornou-se óbvia a sua dominância reguladora e sua ligação com os interesses do capital e do trabalho organizado em um programa de pleno emprego e bem-estar social. (2011, p.46)

Para Silva e Ribeiro (2019), a regulação estatal, através dos sistemas de seguridade social, propostos pelo *Welfare State*, propiciava um ambiente favorável à produção capitalista ao controlar o grau de conflitos entre trabalhadores e empregadores, pois caberia ao Estado “assumir responsabilidades diante da situação de pobreza e precariedade dos trabalhadores” (p.02). Silva (2011) aponta que o processo de integração do movimento operário ao pacto keynesiano “acabou por colocar o operariado numa espécie de engrenagem dominada pelo poder do capital” (p.45).

Conforme Gimbo (2017), o pensamento neoliberal surge como proposta entre o período do entre guerras até o fim da Segunda Guerra Mundial, sendo associados ao colóquio Walter Lippman (1938) e a criação da sociedade Mont-Pelèrin (1947), nas formulações do ordoliberalismo alemão, do neoliberalismo austríaco de Von Mises e Hayek e do neoliberalismo estadunidense da Escola Econômica de Chicago.

Para Batista (2019), o ordoliberalismo, concebido pelos neoliberais ao final dos anos de 1930, e posto em prática na Alemanha Ocidental do pós-guerra, a sociedade deveria ser organizada pela economia de mercado e submetida a regulamentações jurídicas e institucionais, de modo que se garantisse a liberdade dos processos econômicos sem que se infringisse o equilíbrio social. Caberia a “tais dispositivos garantir a ordem e a competição justa, neutralizando as falhas do mercado” (p.149). Esse ordoliberalismo vem com o objetivo de reconstruir uma Alemanha destruída pela guerra e que necessitava de um dirigismo econômico, porém que não fosse da ordem de uma planificação estatal. Já o anarcoliberalismo, híbrido das escolas neoliberais austríaca e americana, defendia a retirada completa do Estado em relação à regulamentação econômica, de forma que se envolvesse

somente “em atividades que oportunizem as melhores condições para a movimentação do mercado” (p.150). Ao contrário do que pregava o Estado de Bem-estar Social e a política keynesiana, no neoliberalismo, para Foucault (2008b), era preciso que a liberdade de mercado voltasse a ser o “princípio organizador e regulador do mercado”. Ou seja, era necessário que existisse “um Estado sob a vigilância do mercado em vez de um mercado sob a vigilância do Estado” (p. 159).

Com a crise econômica dos anos 1970, surgem as condições para a emergência do neoliberalismo estadunidense, que se posicionava contra o dirigismo econômico estabelecido pelas políticas keynesianas do *New Deal*. Conforme Foucault (2008b), a economia do tipo keynesiana e os programas socioeconômicos se apresentavam como um corpo estranho, tanto quanto aos seus objetivos socializantes (que incomodava a direita americana ao soar socialista), quanto às suas bases de um Estado imperialista e militar (na qual o Estado governava demais). Foucault afirma que o liberalismo americano foi o “princípio fundador e legitimador do Estado”, sendo elemento de todas as opções políticas americanas desde a sua fundação como Estado:

[...] o liberalismo americano não é (...) simplesmente uma opção econômica e política formada e formulada pelos governantes ou no meio governamental. O liberalismo, nos Estados Unidos, é toda uma maneira de ser e de pensar. É um tipo de relação entre governantes e governados, muito mais que uma técnica dos governantes em relação aos governados. (FOUCAULT, 2008b, p. 301)

O liberalismo americano, para Foucault, amplia a racionalidade de mercado para campos que não são primordialmente econômicos. Para Brown (2019), Foucault compreende o neoliberalismo como uma racionalidade governamental, que gera tipos de sujeitos e formas de conduta. Sampaio (2019) reafirma o pensamento foucaultiano ao afirmar que o neoliberalismo produz o indivíduo e conduz seus desejos “por meio de uma matriz econômica de racionalidade”. Em outras palavras, “o governo da população terá como objetivo fazer com que a sociedade funcione como mercado” (p. 76).

Capitaneado pelos governos de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e de Margareth Thatcher, na Inglaterra, o neoliberalismo se expandiu mundialmente nas décadas de 1980 e 1990. Na América Latina, o Chile, comandado por Augusto Pinochet, foi pioneiro na adoção do neoliberalismo, através de suas políticas de austeridade fiscal, privatização de estatais e reformas tributárias.

Com uma economia dependente da agricultura e que recém instalava suas indústrias de base, o Brasil não teve, após o *crash* da bolsa de valores de 1929, bem como durante as décadas de 30 e 40, a instauração de um Welfare State, como ocorreu nos EUA ou os países

européus. Porém, a partir da década de 1930, ocorreram mudanças no campo dos direitos sociais. A Constituição de 1934 concebeu os direitos e garantias trabalhistas, como salário mínimo, limitação do trabalho a oito horas diárias, repouso semanal e assistência médica sanitária, bem como incluiu direitos sociais, como direito à educação e a obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário. O conjunto das leis trabalhistas no âmbito do serviço público e privado foi criado através do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União (Decreto-Lei nº 1713, de 28 de outubro de 1939) e da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5452, de 01 de maio de 1943), bem como uma Previdência Social unificada a partir da criação do Instituto dos Serviços Sociais do Brasil (Decreto-Lei nº 7.526, de 7 de Maio de 1945), de forma que houvesse garantias sociais aos trabalhadores urbanos.

As leis trabalhistas e a seguridade social também eram uma forma de garantir ao poder público um controle sobre os sindicatos e reivindicações dos trabalhadores por melhores condições, visto que normatizava o processo de trabalho sob a forma jurídica. Nas décadas seguintes, as leis trabalhistas e a seguridade social ampliaram alguns direitos para o trabalhador, mas nada que mudasse o status quo vigente, pois a fobia de um Estado socialista conduzia a ordem de todos os governos, especialmente durante a ditadura militar, quando as manifestações trabalhistas foram duramente reprimidas. Com o fim da ditadura militar, os direitos sociais foram reconhecidos como direitos fundamentais na Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, sendo assegurado em seu Preâmbulo como um dos valores supremos da sociedade.

Buscando limitar o poder do Estado e a inserção na nova lógica mercadológica da economia mundial, é no início da década de 1990 que o neoliberalismo aporta no Brasil, que deixa de ser um Estado intervencionista/assistencial e passa a ser um Estado regulador, instituindo medidas como a privatização de empresas estatais e bancos públicos, abertura do mercado nacional para o investimento estrangeiro através da retirada de medidas de protecionismo econômico, programas de demissão voluntária para o funcionalismo público, enxugamento da máquina pública e desmonte dos serviços públicos. O Estado neoliberal atinge as esferas federal, estadual e municipal, sujeitando-as à norma da concorrência e administrando-as como empresas. Conforme Gimbo:

O Estado-empresa reduz drasticamente seu papel na garantia de direitos, lançando aquilo que anteriormente era entendido como inegociável – educação e saúde, por exemplo – para o campo do mercado na forma de serviços. O desmonte do Estado de bem-estar e as políticas de privatização seguem essa lógica da eficiência, eficácia e economia, valores supostamente ausentes dentro das políticas estatais. (2017, p.55)

Mas por que o neoliberalismo transforma o Estado?

Para Foucault, se à época do liberalismo o princípio do mercado era definido pela troca, no neoliberalismo o princípio do mercado será definido pela concorrência. Conforme afirma Foucault (2008b), é necessário governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado. A economia de mercado se torna o indexador que regerá todas as ações governamentais. E o princípio da economia de mercado é a concorrência. “O essencial do mercado é a concorrência, isto é, que não é a equivalência, mas a desigualdade” (p.161). Sendo assim, uma política social que tivesse por objetivo a igualdade, reitera Foucault, seria uma política antieconômica, visto que a concorrência é o que garante o bom desempenho da economia. Gimbo (2017) reitera o pensamento de Foucault ao colocar que para o neoliberalismo “os valores modernos de igualdade e justiça não podem ser o objetivo da política”, pois é preciso deixar a desigualdade agir de forma a incitar o empreendedorismo e a produtividade, elevando o jogo econômico à posição de “único regulador geral da sociedade” (p.156).

Foucault (2008b) afirma que, no neoliberalismo, a concorrência se torna elemento fundamental não só da economia, mas também das relações políticas e sociais. A competitividade deixa de ser somente um mecanismo comum entre as empresas para estender-se ao ser humano e às suas relações sociais, tornando-o um sujeito empreendedor de si e conduzindo-o a ser um indivíduo competitivo. O *homo oeconomicus* é um empresário, e um empresário de si mesmo. Ele é o seu próprio capital, seu produtor e sua fonte de renda. Neste sentido, a noção de capital humano relaciona-se à capacidade que o indivíduo tem, através de suas habilidades, conhecimentos e competências, de produzir a sua própria renda. O salário, que na concepção marxista era o valor da força de trabalho, passa a ser, na concepção do *homo economicus* neoliberal, conforme Foucault (2008b), a renda atribuída a determinado capital no qual o indivíduo humano é o seu portador. A governamentalidade neoliberal fará com que o *homo economicus* invista em si continuamente, pois ele deve ser capaz, cada vez mais, de produzir sua renda e tornar-se um capital humano com maior valor. Segundo Carvalho (2020), a marca do capital humano é “o sujeito fazendo de sua subjetividade a matéria prima de seu autoempreendedorismo” (p.940).

Conforme Lazzarato (2015, p.128), "a governamentalidade, hoje, é uma técnica de ligação, um agenciamento, cuja tarefa principal consiste em articular, em nome do mercado, o relacionamento entre economia, política e o social"<sup>41</sup>.

Nesse sentido, conforme Soler (2016), o neoliberalismo não deve ser entendido

---

<sup>41</sup> “Governmentality is precisely a technique of assemblage, whose principal task is to articulate, on behalf of the market, the relationship between the economic, the political, and the social.” (LAZZARATO, 2015, p.128)



somente como um conceito econômico, mas como “um modo de vida responsável por identificar e propagar elementos gestuais”, ou seja, uma forma de inscrever nos corpos “os aspectos sepulcrais da crise como elemento constante dos modos de vida e da biopolítica de financeirização” (p.07).

É necessário para o neoliberalismo que, ao mesmo tempo em que o Estado se torne mínimo, não interferindo nos interesses do mercado, também sustente um amparo legal e governamental para que se crie e perpetue a concorrência como elemento fundamental da economia, bem como se desenvolvam condutas e mentalidades em uma determinada direção oposta ao bem-estar social. Essas condutas devem abarcar não somente os setores econômicos, mas todo o conjunto da sociedade.

### **3.2.2 Financeirização e a dívida pública**

Conforme Lazzarato (2017a), entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980, o neoliberalismo efetuou uma mudança estratégica decisiva através de uma hegemonia da renda financeira em detrimento do lucro, transformando a relação de capital-trabalho para a relação credor-devedor como centro da vida social, política e econômica. O capitalismo neoliberal, através da financeirização da sociedade, faz da dívida uma ferramenta de captura e compartilhamento da riqueza social, constituindo uma maioria de devedores e uma mínima parcela de credores.

Peters (2016) caracteriza a financeirização como "um termo que descreve um sistema ou processo econômico que tenta reduzir todo valor que é trocado (seja tangível, intangível, futuro ou presente, promessas, etc.) a um instrumento financeiro ou a um derivativo de um instrumento financeiro" (p.11). Para o autor, o objetivo da financeirização é reduzir produtos ou serviços decorrentes de um trabalho a um instrumento financeiro intercambiável.

Lavinas e Gentil (2018) se apoiam em Palley para definir por financeirização um novo regime de acumulação que tem suas políticas econômicas e sociais ditadas pela racionalidade do capital financeiro. Com a financeirização da sociedade, as atividades de produção dão lugar às operações financeiras como protagonistas do capitalismo, modificando práticas referentes ao Estado, ao setor financeiro, ao setor produtivo, às famílias e ao indivíduo. No contexto brasileiro, Lavinas, Araújo e Bruno (2014) explicam que entre 1969 e 1994, a acumulação bancária e financeira se dava sobre os ganhos inflacionários, e com o processo de financeirização no período entre 1995 e 2015 ocorreram significativas mudanças:

O período 1995-2015 traz novas características institucionais e macroeconômicas (...) a característica fundamental desse período é a substituição dos ganhos inflacionários pela elevada renda de juros e demais modalidades de ganhos

financeiros, tanto aqueles derivados do endividamento público interno quanto os provenientes do crescente endividamento das famílias e das empresas não-financeiras. O Brasil entra, assim, numa nova fase em que seu regime monetário se consolida para reproduzir as condições propícias à financeirização em massa. (LAVINAS, ARAÚJO e BRUNO, 2017, p.14)

Para Soares (2017), o Estado neoliberal estimulou a propagação do endividamento de duas formas: transformando o crédito, a partir dos anos 1990, num instrumento de política pública, permitindo a perpetuação da lógica de consumo para, pretensamente, contribuir para o desenvolvimento da economia; e atuando como agente responsável por salvar as instituições financeiras após a crise de 2008, garantindo, assim, a perpetuação da “lógica de financeirização e economia da dívida”.

O endividamento público é anterior à chamada financeirização, mas, como assinalam Lavinias, Araújo e Bruno (2014), passou a ser uma fonte inesgotável de ganhos financeiros, sendo a “suposta falência” dos estados e nação um enunciado recorrente quando se quer impor políticas de austeridade. Por isso, se faz necessário discutir a dívida pública gaúcha.

Para Ávila (2014), a dívida pública brasileira é conjunto da dívida externa e interna de um país que servem para “drenar recursos do orçamento público para os investidores estrangeiros e nacionais – principalmente os grandes bancos ou grandes investidores”.

Conforme Lavinias e Gentil (2018), o processo de financeirização no Brasil tem como o eixo principal da acumulação rentista o sistema de gestão da dívida pública interna, conectada a uma política monetária conservadora, que impulsiona “a concentração da riqueza nas mãos dos detentores dos títulos da dívida pública” (p.197).

A Cartilha da Dívida Pública do RS, elaborada pelo CEAPE-Sindicato<sup>42</sup>, em parceria com o portal Auditoria Cidadã da Dívida Pública<sup>43</sup>, afirma que “a dívida se transformou na maneira de vincular o Estado à forma mais avançada de ampliação do capital: a valorização financeira”, se reproduzindo “sem prestação real de serviços públicos à sociedade gaúcha” e servindo de alimentos aos banqueiros.

Segundo Garselaz (2000), ao final da década de 1950 e início da de 1960, a dívida estadual gaúcha começa a tomar vulto, devido à necessidade de implantar sistemas de infraestrutura viária, de transportes, energia e comunicação, em consonância com a onda desenvolvimentista nacional, diferentemente dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, onde tais obras foram bancadas pelo governo federal. Nos anos 1970, o estado do Rio Grande do Sul apela para a dívida flutuante, com altas taxas de juros, que constituirá, nos anos de 1980, um desafio para os administradores públicos, visto que anteriormente não

---

<sup>42</sup> Sindicato dos Auditores Públicos Externos do Tribunal de Contas do Estado do RS

<sup>43</sup> <https://auditoriacidada.org.br/>

havia a preocupação em comprometer os governos futuros, mas somente em apresentar obras.

Garselaz (2000) também afirma que, a partir dos anos 90, a dívida pública passa a crescer através das sucessivas operações de rolagem e financiamentos, que culmina no Programa de Reforma do Estado em 1996, que visou quatro aspectos: redução de gasto com pessoal, privatização de empresas públicas, equacionamento da dívida mobiliária (representada pela emissão de títulos públicos e responsável pela maior parte da dívida pública) e saneamento do sistema financeiro estadual. Tal reforma culminou no Programa de Demissão Voluntária (PDV), onde os funcionários públicos recebiam um valor de indenização para se desligar do estado, leilão público de partes das ações da Companhia Riograndense de Telecomunicações e da Companhia Estadual de Energia Elétrica, bem como a extinção da Caixa Econômica Estadual e saneamento financeiro do Banrisul. Para financiar o PDV e o saneamento e modernização do Banrisul, o estado realizou antecipação de receitas orçamentárias (ARO) junto ao sistema financeiro privado, bem como obteve três empréstimos com a Caixa Econômica Federal. Entre 1994 e 1998, a dívida cresceu o equivalente à R\$ 34,96 bilhões.

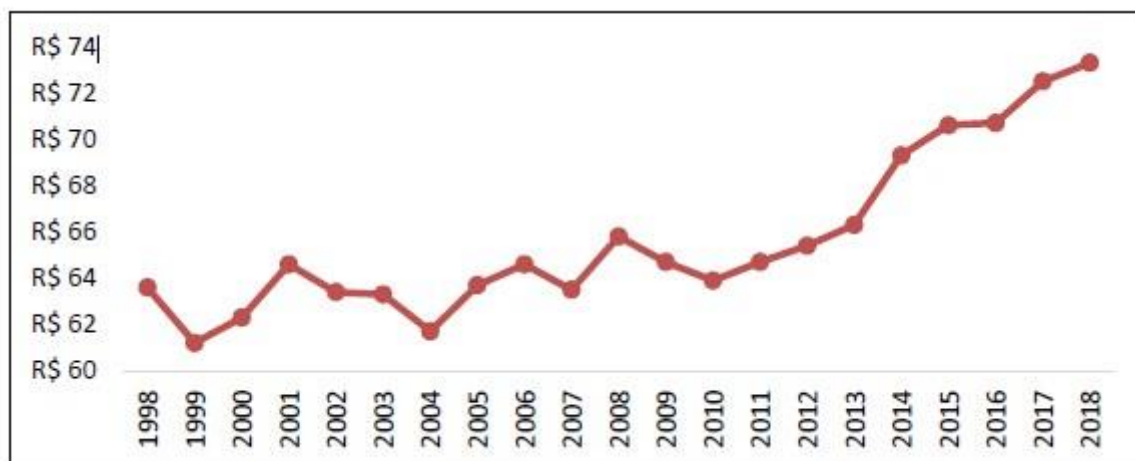
A partir de novembro de 1998, em um acordo com a União, a dívida mobiliária do estado é transformada em dívida contratual, com pagamento em 30 anos e juros de 6% ao ano, o que evita as rolagens e crescimento da dívida mobiliária. Ao mesmo tempo, o estado assume o pagamento de um encargo mensal à União referente à dívida, que consome uma expressiva parcela da receita estadual.

Conforme a Cartilha da Dívida Pública, no período entre 1991 a 1997, o serviço da dívida, composto por juros e amortizações de parcelas vencidas, consumia, em média, 8% da receita corrente líquida. No período entre 1998 e 2015, após o acordo com a União, o serviço da dívida dobrou, consumindo 16,63% da receita corrente líquida. Atualmente, conforme o site oficial<sup>44</sup> do tesouro do Rio Grande do Sul, a dívida pública gaúcha é composta de quarenta e oito contratos de empréstimos, sendo que 88% é decorrente do contrato firmado em 1998 com a União, cujo pagamento se encontra suspenso desde julho de 2017, não possuindo dívida mobiliária (constituída por emissão de títulos públicos).

**Figura 11** – Evolução da dívida gaúcha entre 1998 e 2018.

---

<sup>44</sup> <https://indicadorestesouro.sefaz.rs.gov.br/> Acesso em 13 de fevereiro de 2021



Fonte: Viegas, Filho e Carvalho (2019, p.92)

Apesar da renegociação que transformou uma dívida com juros flutuantes (mobiliária) em uma dívida contratual, o encargo assumido frente à União acabou por não sanar o problema da dívida pública. O acordo fez com que, percentualmente, o pagamento da dívida dobrasse, acarretando em uma significativa redução de orçamento para investimentos destinados à educação, segurança e saúde. Esse endividamento permanente torna-se a justificativa para as políticas de austeridade que afetam o funcionalismo público, resultando em arrocho salarial, e à sociedade gaúcha, através do sucateamento da máquina pública, da redução da presença do Estado nas áreas essenciais para a população, e da privatização de empresas e serviços públicos com o objetivo de sanar a impagável dívida pública do estado.

O discurso de austeridade dos recentes governos estaduais<sup>4546</sup> do Rio Grande do Sul, que traz a dívida pública como elemento restritivo para aplicação de recursos na área social, bem como a lógica de que “o que é público não funciona bem”, sendo necessária a sua privatização, são reflexos da governamentalidade neoliberal, que entende o Estado como uma empresa. Para que a empresa funcione, ajustes fiscais e tributários são realizados, resultando em medidas como o aumento de impostos, o corte de gastos públicos, o parcelamento/atraso do pagamento do salário do funcionalismo e privatização de empresas públicas.

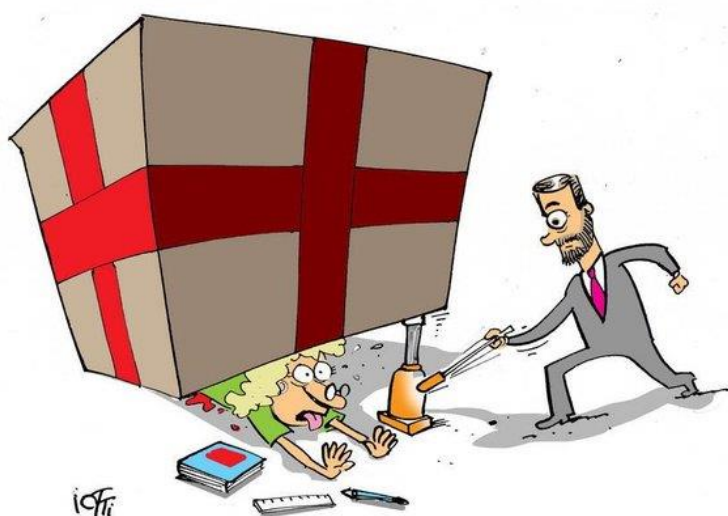
As políticas de austeridade, ancoradas na racionalidade neoliberal, culminaram,

<sup>45</sup> Primeiros 100 dias foram de ‘trabalho e austeridade’, diz Sartori - Reportagem do portal O Sul 21 - <https://www.sul21.com.br/areazero/2015/04/sartori-diz-que-100-dias-do-seu-governo-foram-de-trabalho-e-austeridade/> e Em balanço de 100 dias, Sartori cobra austeridade de secretarias contra crise - Reportagem do portal O Estado de Minas - [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2015/04/10/interna\\_politica,636374/em-balanco-de-100-dias-sartori-cobra-austeridade-de-secretarias-contr.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2015/04/10/interna_politica,636374/em-balanco-de-100-dias-sartori-cobra-austeridade-de-secretarias-contr.shtml)

<sup>46</sup> Deputados gaúchos aprovam pacote de austeridade de Eduardo Leite - Reportagem do portal ClicRBS - <https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2020/01/deputados-gauchos-aprovam-pacote-de-austeridade-de-eduardo-leite-ck629qlqm025u01nwunefh1wv.html>

conforme já colocado na seção 3.1.1, na reforma da Previdência estadual, em dezembro de 2019 e na aprovação do novo Plano de Carreira do Magistério em janeiro de 2020, que combinou as vantagens temporais e gratificações em um subsídio único. Essa mudança, propagada pelo governo estadual como um melhora para a condição do magistério, não representou, conforme analisado na seção 3.1.1, em um aumento salarial real aos professores.

**Figura 12** - Charge de Iotti sobre o pacote de medidas para o magistério e as mudanças no plano de carreira.



Fonte: Jornal Zero Hora – 13 de dezembro de 2019

A charge de Iotti, apresentando uma professora amassada aos poucos pelo “pacotão” do governador Eduardo Leite, vai ao encontro da percepção de uma das professoras em relação ao presente momento: “[...] *depois que o Eduardo Leite entrou, na minha opinião, a situação piorou ainda mais, com o governo do PSDB*” (professora C). A perda do antigo Plano de Carreira e as constantes e extensas greves com poucos resultados fizeram com o que a classe docente se desmobilizasse e o sindicato perdesse a força que possuía em tempos anteriores, conforme afirmou o professor G no início dessa seção: “*não aglutinando forças para superar*”.

A racionalidade neoliberal, em geral, não é problematizada, tanto pelos professores quanto pelo movimento sindical, personificando no indivíduo político as questões impostas por uma governamentalidade a que todos estamos sujeitos, que se apresenta de forma aberta em governo conservadores e de forma discreta em governos progressistas. “*(...) mas daí agora ele cortou também né, o governador cortou*” (professor G, ao falar da redução de

gratificação do difícil acesso); “*Depois de mais ou menos uns seis meses que o governador começou o parcelamento salarial, eu já não consegui mais manter as contas*” (professora C). A personificação da racionalidade neoliberal na figura do governador X ou Y também pode ser tomada como resultante da produção de subjetividades na governamentalidade neoliberal: o governador também é um *homo oeconomicus* que deve fazer com que seu capital humano tenha valor, sendo a eleição ou reeleição vista como sucesso do investimento em si mesmo.

No modelo do *homo oeconomicus*, o professor que não recebeu o salário e está endividado, não soube gerir seu capital humano adequadamente; logo, é responsável pela sua própria desvalorização. Ele tem que dar conta da produção de seu capital. Diante da necessidade e da concorrência que o neoliberalismo produz, surgem estratégias de sobrevivência. “*Cheguei a me inscrever no IFood para fazer entrega, pra tu ter uma ideia, mas ainda não...não pratiquei, sabe?*”, revela o professor G.

A professora E diz: “*Se meu salário fosse um salário compatível com o meu nível de formação, eu não sairia da escola básica, porque eu acho que é lá que a gente pode mudar alguma coisa*”. Ainda reverbera o discurso que o magistério deve ser visto, antes de tudo, como uma vocação. E como vocação, deve estar sujeito às vicissitudes de um trabalho vocacional, de quase um sacerdócio, onde o ônus da má remuneração e da precariedade do trabalho é compensado pelo bônus do aprendizado dos educandos e sua contribuição para o futuro deste, bem como o futuro da nação. “Os professores estão sempre reclamando dos salários”. Ao escutar esta afirmação, em geral dita em tom de reprovação pelos pais dos alunos em dias de paralisação ou épocas de greves, percebo como o discurso se articula para que o *status quo* permaneça, para que a governamentalidade atue.

### **3.3 Na pele e no sangue do funcionalismo: a facilidade de acesso ao crédito e o endividamento**

*Então a gente vê o Banrisul batendo recordes de lucros, esse ano de novo, foi a instituição financeira que mais lucrou no Brasil, e em cima desses juros que eles cobram também do salário, do empréstimo, ou seja, na pele e no sangue do funcionalismo. Isso é bem difícil* (professora B)

Segundo Bertran (2017), as cadernetas de vendas, onde o varejista anotava as compras que o adquirente se comprometia a pagar, é provavelmente o mecanismo originário de concessão de crédito da sociedade brasileira, ainda configurada de forma rural, no século XIX e primeira metade do século XX. Bertran traz também a figura dos mascates viajantes, que permitiam o pagamento da conta dois ou três meses depois, quando retornassem à localidade. Ao perguntar sobre memórias como lidar com o dinheiro, contas, créditos ou empréstimos, a

caderneta surgiu como relato através da professora D: *“Tinha a livreta, me lembro perfeitamente. Meu pai trabalhava em lavoura (...) lá ficava e só voltava no fim do mês (...) Ia lá e pagava, e daí começava tudo de novo, né”*. A caderneta de vendas, ou livreta, funcionava como um “cartão de crédito”. Bertran (2017) afirma que, apesar dessa prática caracterizar uma forma inaugural de serviço de crédito, seu objetivo principal era a conveniência, e não propriamente um mecanismo pensado para facilitar o endividamento.

Ainda que a frase “*Ia lá e pagava, e daí começava tudo de novo*” ter em seu sentido um ciclo ininterrupto de contração de dívida, havia um elemento diferente na caderneta de vendas: o término da dívida. Ou seja, o crédito (ou criação de uma nova dívida) só era permitido após saldar a antiga dívida (ou boa parte dela). Não se configurava tendo o endividamento como um fim, mas sim a fidelidade e a conveniência da clientela.

O objetivo de manutenção da clientela diferenciava a caderneta de vendas da agiotagem, que tinha por fim a cobrança de juros por meio de empréstimos. Conforme Bertran (2017), a agiotagem se desenvolve pela falta de alternativas (bancos, financeiras) para empréstimos pessoais. A disseminada prática de agiotagem, segundo a autora, estimulou a criação da Caixa Econômica e Monte de Socorro em 1861, que se transformaria na Caixa Econômica Federal, que operava com o penhor, podendo se afirmar que desde essa época existe o empréstimo pessoal no Brasil. O objetivo era combater as “casas de macaco” ou “casas de prego”, que eram casas de penhor de agiotas que cobravam juros abusivos. Para isto, foi criada a “Lei da Usura”, através do decreto nº 22.626, de 7 de abril de 1933, que vedava estipular juros superiores ao dobro da taxa legal. O monopólio do “penhor civil” passa para a Caixa Econômica Federal a partir de 1934<sup>47</sup>. O penhor, conforme afirma Bertran (2017), era praticamente a única forma de a população pobre obter empréstimos emergenciais lícitos (sem juros abusivos) até a década de 1960.

No romance *Os Ratos*, de Dyonélio Machado, publicado em 1935, se encontram todas as formas de crédito e empréstimo concedidas à população pobre na época. O personagem Naziazeno Barbosa é – provavelmente não imaginado aleatoriamente – um funcionário público que está com um sério problema: deve 53 mil réis ao leiteiro do bairro e dispõe apenas de um dia para saldar a dívida, caso contrário, o leiteiro ameaça lhe cortar o fornecimento do leite. O leiteiro funciona como a caderneta de vendas, com o fim de conveniência e preferência da clientela. Para conseguir o dinheiro, através do auxílio de amigos, recorre a agiotas e ao penhor. Ao final do romance, em que a busca varia desde a

---

<sup>47</sup> Decreto Nº 24427, de 19 de junho de 1934, capítulo IV, seção VIII, art.60: “Fica assegurado às Caixas Econômicas o privilégio das operações sobre penhor civil, com caráter permanente e de continuidade”.

negativa de empréstimo por conhecidos até a negativa por agiotas, Naziazeno consegue o valor ao reaver o anel penhorado do amigo Alcides de um agiota e renová-lo com outro agiota. A dívida de uma despesa ordinária é paga através da contração de outra dívida, uma realidade que, nas décadas seguintes, se configurará como elemento fundamental da sociedade financeirizada.

Segundo Bertran (2017), eram penhoráveis joias, pedras preciosas, metais, moedas e coisas. No caso de coisas, envolviam instrumentos musicais, móveis e brinquedos. Conforme Bertran (2017), na véspera de Natal de 1961, a Caixa Econômica Federal liberou a garantia de todos os brinquedos empenhados, bem como perdoou todas as dívidas que eram garantidas por eles, passando a não aceitar mais brinquedos como bens de penhor.

O fato de brinquedos serem aceitos como objetos de penhor (ainda que brinquedos industrializados não fossem objetos baratos como atualmente) demonstra que muitos empréstimos eram de baixo valor, a ponto de brinquedos serem garantias do valor. Assim como fez Naziazeno em *Os Ratos* com o valor de 53 mil réis, os empréstimos de baixo valor eram, provavelmente, utilizados para emergências ou despesas ordinárias.<sup>48</sup>

A partir da década de 1930 conviviam, junto à caderneta, a agiotagem e ao penhor, ainda que de forma bem incipiente, o crédito imobiliário e o empréstimo consignado restrito a funcionários civis e militares através da Caixa Econômica Federal (Bertran, 2017). Nos anos 1950 e 1960, o comércio varejista se impulsiona, bem como a indústria de bens de consumo, com os carnês de compra a prazo fornecido pelas lojas, que possibilita ao consumidor de baixa renda acesso aos bens de consumo que possuíam valor elevado, como refrigeradores e televisores, e o seu pagamento em várias parcelas. Outra forma de concessão de crédito era o financiamento de veículos, ofertado por bancos e financeiras, bem como o surgimento do Banco Nacional de Habitação (BNH), que possibilitou a ampliação do financiamento habitacional no país.

As ofertas de crédito pessoal (através de financeiras), de financiamento habitacional e de veículos, crediário varejista e de poucos cartões de crédito perdurou até os anos 1980, período de índices inflacionários altos, planos econômicos efêmeros e trocas de moedas. Segundo Bertran (2017), o crédito pessoal para consumo no Brasil só se estruturou como produto financeiro de bancos a partir do Plano Real, em 1994 – período e contexto que marca a chegada do ideário neoliberal no país. Sobre o Plano Real, Neto afirma que:

---

<sup>48</sup> Atualmente, o valor mínimo pago pela Caixa Econômica Federal através de penhor é de R\$ 50,00 e o valor máximo é de R\$ 50.000,00. São aceitos joias, diamantes, pratarias de valor, relógios de valor e canetas de valor. Fonte: <https://www.jornalcontabil.com.br/caixa-economica-libera-emprestimo-imediate-e-sem-consulta> Acesso em 18 de setembro de 2020



Na implantação do plano foram tomadas várias medidas, tais como privatizações de empresas estatais, criação de agências reguladoras, implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal, negociação da maioria dos bancos estaduais, renegociação da dívida pública e maior abertura comercial com o exterior. Essas medidas intensificaram a desregulamentação do mercado local e permitiram a livre circulação dos fluxos financeiros de curto prazo e ampliação da atuação do capital financeiro no país. (NETO, 2019, p. 38)

Conforme Berquó (2013), na década de 1990, as instituições financeiras criaram operações de créditos voltadas à pessoa física, denominadas crédito pessoal, o que representava uma modernização das operações de crédito, que passaram a não visar somente o empresariado e as instituições públicas. A expansão do crédito à pessoa física nos anos 2000 foi impulsionada pela popularização do cartão de crédito e pela ampliação do crédito consignado, através da Lei nº 10.820/2003 (que trataremos adiante), bem como do crédito imobiliário e financiamento de automóveis.

Conforme Souza (2015), o costume de antecipar consumo decorrente da época da hiperinflação ainda imperou no período de pós-estabilidade da moeda e esta cultura foi fortalecida pela chamada, estrategicamente, democratização do crédito, o que levou ao endividamento de forma ativa (com indivíduos e famílias gastando mais do que ganham) e de forma passiva (fenômenos alheios à vontade de quem toma o crédito, como doença na família). O autor alerta para as desvantagens do uso do crédito: custo da antecipação do consumo com uso do crédito, através do pagamento de juros; risco de endividamento excessivo, o que compromete a vida financeira do indivíduo; e limite de consumo futuro, visto que o crédito contraído hoje terá que ser pago no futuro.

Hennigen (2012) afirma que, assim como o crédito pode se configurar como um meio de inclusão social, através da aquisição de bens e contratação de serviços por indivíduos e famílias, possibilitando uma melhora na qualidade de vida, também pode representar uma forma de exclusão social a quem possui dívidas significativas, mas não tem lastro financeiro para quitá-las.

Para Ribeiro e Lara (2016), o endividamento da classe trabalhadora no Brasil, nos anos 2000, é consequência da dinâmica financeira do país na década de 1990, onde a abertura financeira dinamizou o Sistema Financeiro Nacional, possibilitando a criação e expansão de produtos e serviços financeiros que passaram a ser oferecidos à classe trabalhadora. No conjunto, o processo de crescimento exponencial dos créditos no Brasil se deu muito mais para o “capital financeiro” do que para o consumo dos trabalhadores (RIBEIRO e LARA, 2016).

A facilitação de acesso ao crédito, conforme Guttman e Plihon (2008), está associada ao crescente endividamento das famílias. Esta situação não se restringe somente aos países desenvolvidos, sendo reproduzida também nos países emergentes como o Brasil. Neste sentido, relevante pontuar que, dentre as diversas formas de acesso ao crédito existentes em nosso país, destaca-se o crédito consignado, uma modalidade de crédito exclusivamente brasileira, direcionado principalmente aos servidores públicos e pensionistas.<sup>49</sup>

Segundo o Banco Central do Brasil<sup>50</sup>, o crédito consignado é uma modalidade de empréstimo em que o desconto da prestação é feito diretamente na folha de pagamento ou de benefício previdenciário do contratante. Regulamentado pela lei 10820/2003, através do crédito consignado os empregados podem autorizar, de forma irrevogável e irretroatável, o desconto em folha de pagamento ou na sua remuneração disponível os valores referentes ao pagamento de empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e operações de arrendamentos mercantis concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil. O crédito consignado pode comprometer até 35% da renda mensal do empregado, sendo 30% sob a forma de empréstimo e 5% para despesas e saques com cartão de crédito. Estados e municípios podem fixar limites de descontos diferentes para seus servidores públicos.

Para Gutmann e Plihon (2008), nas últimas décadas, em todo o mundo industrializado, pôde-se ver a correlação existente entre salários estagnados ou em declínio e o crescente endividamento do consumidor, onde a facilitação dos gastos, a despeito da renda estagnada ou em declínio, é assegurada de modo mais efetivo pelo acesso ao crédito e, conseqüentemente, ao endividamento, de forma que o gasto possa ser descasado dos limites da renda.

Segundo Lazaratto (2014), tornar-se um sujeito econômico significa gerenciar salários e rendas declinantes do mesmo modo que alguém cuidaria do balanço de uma empresa. O homem endividado, portanto, seria culpado e responsável de seu destino, carregando o fracasso sócio-político-econômico do sistema neoliberal. Por meio do pagamento de juros, a dívida é um aparelho de captura e redistribuição da riqueza social, não para o conjunto social, mas em benefício exclusivo dos rentistas (LAZARATTO, 2017).

Ao analisar o efeito do parcelamento de salários imposto aos servidores estaduais do Rio Grande do Sul, Peixoto (2018) afirma que a principal estratégia para combatê-lo foi o corte de gastos. Ressalta, porém, que em 44% das vezes, essa estratégia foi utilizada juntamente com o empréstimo bancário oferecido pelo Banrisul específico para servidores

---

<sup>49</sup> O crédito consignado também é oferecido aos trabalhadores da iniciativa privada, podendo-se utilizar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) como garantia do pagamento em caso de demissão.

<sup>50</sup> [https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Fpre%2Fbc\\_atende%2Fport%2Fconsignados.asp](https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Fpre%2Fbc_atende%2Fport%2Fconsignados.asp)

com o salário parcelado. Segundo a autora, outros recursos utilizados foram a ajuda de familiares, a renegociação de dívidas e a renda extra através do emprego informal.

Por se tratar do funcionalismo público, em geral com estabilidade profissional por ser concursado, o servidor estadual tem facilidade de acesso ao crédito no Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul), banco de economia mista, na qual o estado do Rio Grande do Sul possui 56% das ações. Servidores contratados, da mesma forma que os concursados, também possuem acesso ao crédito, através de modalidades<sup>51</sup> como:

- Cartão de crédito consignado - cartão exclusivo dos servidores públicos (estaduais e municipais), que oferece crédito rotativo com pagamento mínimo de 15% do valor da fatura consignado em folha, podendo o saldo ser financiado para o próximo mês com taxa de juros (reduzida, segundo o banco), havendo ainda a possibilidade do saque à vista, no qual o servidor poderá sacar dinheiro nos caixas eletrônicos até 100% do limite;

- Crédito pessoal consignado - modalidade de empréstimo pessoal, obtida através dos canais eletrônicos do banco (app e caixa eletrônico) ou da agência bancária, no qual as parcelas são consignadas em folha de pagamento com dispensa de avalista, com prazos de até 96 vezes;

- Crédito 1 Minuto – espécie de crédito pré-aprovado disponível para a conta de pessoa física, com limite de crédito rotativo disponível no cartão eletrônico, com prazo de financiamento de até 24 meses;

- Crédito pessoal – empréstimo pessoal debitado na conta bancária de pessoa física;

- Cheque especial: linha rotativa de crédito pré-aprovada à disposição do cliente no banco em que tem conta corrente;

- Antecipação de décimo-terceiro salário: linha de crédito utilizada para antecipar parte do valor referente ao 13º salário para clientes que recebem folha de pagamento pelo Banrisul;

- Antecipação do Imposto de Renda: linha de crédito para antecipar até 90% do valor da restituição do Imposto de Renda;

- Banrisalário antecipação salarial<sup>52</sup>: linha de crédito disponibilizada a maioria dos servidores públicos estaduais a partir do segundo semestre de 2018, em decorrência do atraso

---

<sup>51</sup> Todas as modalidades foram pesquisadas no site: [www.banrisul.com.br](http://www.banrisul.com.br)

<sup>52</sup> Apesar dessa linha de crédito existir desde 2012, era pouco divulgada entre o funcionalismo. A partir de 31 de julho de 2015, data do primeiro parcelamento do governo de José Ivo Sartori, essa linha foi divulgada através de um SMS ao funcionalismo público. A partir do segundo semestre de 2018, ela passou a constar do app do Banrisul na seção Outros Empréstimos, podendo ser contratada sem a necessidade de se dirigir a uma agência. Fonte: <https://www.sul21.com.br/areazero/2015/08/banrisul-oferece-emprestimos-para-servidores-receberem-salario-na-totalidade/> Acesso em 18 de agosto de 2019 e <https://leouve.com.br/servidores-do-estado-podem-antecipar-saldo-da-folha-de-pagamento> Acesso em 20 de setembro de 2020

de pagamentos do funcionalismo (disponível somente para quem é funcionário do estado do Rio Grande do Sul e recebe pelo Banrisul). É utilizada para receber o valor de seu salário no último dia útil do mês (ou seja, o salário em dia), mediante o pagamento de uma taxa ao banco.

Com o atraso de salários do funcionalismo gaúcho, aliados ao arrocho salarial na maioria das categorias do executivo, a oferta de crédito surgiu como opção para resolver a falta momentânea de recursos financeiros. Ao serem perguntados sobre o que havia contribuído para que estivessem na atual situação financeira, em geral com dívidas e dependente do crédito, os professores explicavam que a estagnação dos salários, aliado ao atraso salarial, fazia com que recorressem aos empréstimos consignados e à modalidade do Crédito Minuto para realizar gastos ordinários. “Aí tu vais no Crédito Minuto, tu vai utilizando, quando tu vê tu já tá no limite do Crédito Minuto também. Não consigo me desvencilhar do Crédito Minuto.” (professora A).

**Figura 13** – Publicidade do Crédito 1 Minuto disponível no site do Banrisul.

Página Inicial » Para Você » Crédito » Crédito Pessoal » Crédito 1 Minuto

**Crédito 1 Minuto** Crédito certo a qualquer hora. É fácil e rápido.



Limite de crédito rotativo para ser utilizado a qualquer momento. Você libera para a sua conta corrente pelo app Banrisul Digital, Internet Banking, Banrifone ou Caixas Eletrônicas. Com o Crédito 1 Minuto você também pode financiar suas compras nos estabelecimentos credenciados VERO.

**Vantagens e Benefícios**

- Crédito rápido com acesso facilitado 24 horas pela Internet;
- **taxas de juros atrativa, sendo diferenciada para financiamento de compras;**
- livre escolha do valor a ser utilizado, até o limite de crédito;
- o cliente escolhe o prazo de financiamento, podendo ser em até 24 meses;
- primeiro pagamento em até 50 dias após a utilização do crédito; e
- maior comodidade para pagamento das parcelas com o débito em conta corrente.

Fonte: [www.banrisul.com.br](http://www.banrisul.com.br)

O Crédito 1 Minuto, em sua publicidade no site do Banrisul, traz a foto de uma pessoa, focando somente da altura da cintura ao joelho, com várias sacolas na mão, com os dizeres:

“limite de crédito rotativo para ser utilizado a qualquer momento” e “taxas de juros atrativas, sendo diferenciada para financiamento de compras”. É uma modalidade de empréstimo que não necessita fiador, com o débito em conta corrente, com possibilidade de pagamento em 24 vezes. As taxas de juros que, de acordo com o portal do Banrisul, em março de 2021, variam de 2,85% a 3,02 ao mês e de 40,10% a 42,91 ao ano (conforme o número de parcelas contratadas), não aparecem na publicidade.

Conforme Alves (2016), na questão de endividamento individual, o consumidor não tem pleno conhecimento sobre os custos, riscos e responsabilidades implícitos nos contratos de crédito, dada a sua grande complexidade. A assimetria nas informações sobre o crédito (elaboradas e compreendidas por quem concede, complexas para quem o recebe), torna o indivíduo mais vulnerável em relações às suas escolhas, podendo comprometer, além de seu patrimônio, sua qualidade de vida. Para Hennigen (2010, p.1187) “o crédito claramente deixou de ser um recurso excepcional; trata-se agora de uma forma de gestão corrente do orçamento pessoal e família”. Para os professores entrevistados, o Crédito 1 Minuto funciona como uma espécie de “salvação” do momento, mesmo que este momento se torne continuamente cíclico. Ele toma a forma de um amparo dentro do orçamento cotidiano, ainda que isto configure viver “pendurado”, sem conseguir se desvencilhar da modalidade de crédito. “*Se tu não és uma pessoa que sabe administrar (o Crédito 1 Minuto), tu gasta*”, afirma a professora D.

O que se enuncia aqui é que a responsabilização pela precariedade de recursos financeiros não recai sobre a lógica neoliberal, que deixa os salários estagnados e reduz direitos sociais, nem no amplo estímulo e acesso do crédito pelas instituições financeiras, bem como nas estratégias de marketing para se contrair a dívida, mas no tomador de crédito, que é culpabilizado (e se culpabiliza) por não conseguir gerenciar os poucos recursos disponíveis. “*É como se tu não fosses te dando conta*”, afirma a professora A, sobre o processo cíclico de endividamento com o Crédito 1 Minuto. A roda-viva do crédito faz com que “se dê uma ajustada”, ou seja, se consiga pagar o crédito devido, mas logo à frente se está endividado novamente, no limite da linha de crédito. O aumento do custo de vida frente à estagnação de salários faz com que o crédito torne-se a salvaguarda regular frente à falta de recursos. O processo de financeirização conduz o indivíduo a tomar a vida a crédito como algo natural, disposto como uma renda cotidiana, em um processo que só beneficia a quem concede o crédito.

Para Lazzarato (2009) a redução de salários e direitos sociais, tendo como contrapartida a ampliação das linhas de crédito ao assalariado e seu consequente

endividamento, são dispositivos estratégicos da governamentalidade neoliberal, onde as políticas neoliberais não defendem aumentos de salários diretos ou indiretos, mas incitam o crescimento do crédito para consumo:

Embora, por um lado, a economia “real” empobreça os governados – seja enquanto assalariados (com a redução do salário, a precarização etc.) ou como detentores de direitos sociais (com a redução das transferências de renda, a diminuição dos serviços públicos, limitação de seguros desemprego, etc.) – por outro, as finanças “virtuais” almejam enriquecê-los através do crédito e das ações (das empresas). (LAZZARATO, 2009, p.83)

O crédito consignado é outro recurso utilizado pelos entrevistados. Assim como o Crédito 1 Minuto, é um crédito imediato e que, em tese, dispensa avalista – pois, de fato, o aval é dado pela própria condição de servidor público, de forma que se torna não só atrativo, mas de fácil contratação. A partir das entrevistas, percebeu-se que o empréstimo consignado era contratado para gastos diversos do cotidiano, como cobrir dívidas relativas ao limite do cheque especial, tratamento dentário, aquisição de medicamentos, compra de uma cama para o filho, conserto do veículo, bem como para renegociação de dívidas anteriores com o banco.

Tais cenários revelam que a recorrência ao crédito se deu por aspectos que envolvem não somente o parcelamento e atraso de salários, mas também a ausência de reposição salarial diante da inflação e aumento do custo de vida dos últimos anos, bem como de eventos não programados do cotidiano. Apesar do conhecimento que os empréstimos consignados implicam em juros e conseqüente redução dos salários, as condições de urgência em sanar as dificuldades financeiras do momento fazem com que os entrevistados “tenham que fazer” o empréstimo. “*Mas acho que tem uma questão que a gente não sabe gerir o dinheiro né*”, aponta a professora E. O endividado se culpa moralmente por não saber administrar seus restritos fundos, mesmo compreendendo que existem movimentos que conduzem para a aquisição de dívidas.

“*Eu tenho hoje contas no Banrisul de empréstimos que eu fui lá negociar, renegociar, eu devo pro Banrisul hoje até 2026. Eu tenho prestações até 2026, porque eles vão te dando.*” (professora D). Alguns dos entrevistados revelaram ter mais de um empréstimo consignado em sua folha de pagamento, o que se torna significativo para o desequilíbrio financeiro, visto que, como apresentado anteriormente, esse tipo de empréstimo é utilizado para contornar eventos não programados nas despesas ordinárias. A limitação dos recursos em decorrência da estagnação dos salários frente à alta inflacionária faz com que os professores busquem contratar novos produtos ou serviços (empréstimos consignados, renegociação de dívidas através de renovação de empréstimos, cartão de crédito, aumento de limites) junto aos bancos

ou financeiras. Esta medida, que momentaneamente parece resolver o problema, revela-se limitadora de consumo no futuro, revelando um efeito cíclico de contratação de dívidas.

Em alguns casos, o empréstimo consignado é negado devido ao servidor público ter alcançado a margem de 30% de valor de débito em seu salário, o que não implica que ele não possa utilizar outras modalidades de crédito (crédito pessoal, Crédito 1 Minuto, cheque especial). *“Fui fazendo consignados (...) e aí começou a ser me negado os empréstimos”* (professor G). No caso do último entrevistado, não somente os empréstimos haviam sido negados, como o banco havia sugerido a diminuição de sua linha de cheque especial, o que levou o entrevistado pedir à gerência do banco que não diminuísse, pois poderia precisar em uma emergência. O entrevistado acabou por vender um bem (seu veículo) para que pudesse pagar o cheque especial e manteve o seu limite. Essa situação revela um lado perverso da situação que é estar endividado: ele quer acabar com a dívida, mas não tem recursos momentaneamente para isto; ao mesmo tempo, não deseja que o crédito seja retirado, pois ele já faz parte de seu “orçamento”, seja de forma cotidiana, seja de forma emergencial.

A modalidade Banrisalário antecipação salarial (que inicialmente era denominada antecipação do saldo referente à folha de pagamento) é contratada mensalmente por todos os entrevistados. Nos relatos, é a única modalidade de empréstimo em que as narrativas não são permeadas de sentimentos como culpa ou vergonha, mas de indignação. Ao contrário do adiantamento salarial previsto no artigo 462 da CLT, em que a empresa antecipa de 40 a 50% do salário a pedido do funcionário, nesse caso, não há uma antecipação, como diz a modalidade. Há um empréstimo do valor solicitado pelo contratante (que varia de 10 a 90% do valor), onde são cobrados juros pelo banco no momento de pagamento do empréstimo (quando o estado deposita o pagamento salarial). *“E eles fazem isso com todo o funcionalismo, adiantam o dinheiro. Então eu acho que isso é uma agiotagem”* (professora B). O nome “antecipação salarial” carrega consigo um jogo discursivo sob a forma de uma escolha que o funcionalismo tem em “antecipar” um pagamento que estaria em sua conta na data prevista, porém a premissa se revela falsa: a antecipação é um empréstimo<sup>53</sup> e o salário não estará na data prevista. *“Então você paga ali para receber o seu próprio salário”* (professora B). *“Tu tem alimentação, tu tem transporte, então não tem como esperar até o dia 15. Então, todo mundo antecipa”* (professora C). A opção de crédito torna-se quase obrigatória ao funcionalismo – um “empréstimo” compulsório – onde essa modalidade, com o passar do tempo, transformou-se de opção em normalidade, tornando a dívida parte do

---

<sup>53</sup> Com taxas de 1,2% ao mês e 15,38% ao ano.

orçamento familiar.

Como afirma Lazaratto (2008), para que os efeitos do poder da moeda sobre a subjetividade funcionem, sai a lógica dos direitos individuais e coletivos (o direito a receber o salário em dia, conforme a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul<sup>54</sup>) e entra a lógica dos empréstimos (as linhas de crédito e a “antecipação salarial”), não somente para investir no capital humano, mas também para gerenciá-lo.

Bauman (2012), que discute a partir da crise o problema do crédito, analisa que dívida contraída pelo crédito é transformada numa permanente fonte de lucro para os bancos e financiadoras. Se o devedor não consegue saldar sua dívida, lhe é oferecido mais crédito para pagar a antiga dívida, bem como recursos financeiros a mais para satisfazer seu consumo, constituindo-se em outra dívida. Nesse contexto, o autor aponta que não é interessante aos bancos credores que os devedores paguem suas dívidas, pois são justamente os débitos, sob a forma de juros cobrados mensalmente, que se transformaram na principal fonte de lucros constantes. Assim, os bancos credores oferecem mais crédito para pagar “velhas dívidas”, criando uma nova dívida. “Então, é uma boa jogada do governo também permitir que a gente tenha essas facilidades todas, facilidade com antecipação salarial, facilidade com o Crédito Minuto, facilidade com o crédito consignado” (professora C).

Conforme as entrevistas, essa facilitação de crédito, atrelada ao atraso de salários e à redução do poder aquisitivo resultante da ausência de reposição salarial desde 2014, foram condições que contribuíram para um endividamento e o empobrecimento da classe do magistério, seja em menor ou maior proporção, o que impacta substancialmente de forma negativa na vida e no trabalho das docentes.

### **3.4 “Como é que eles vão ensinar a gente a vencer na vida?” Experiências e percepções sobre a realidade do professor e o endividamento.**

*Então eu acho que o magistério é uma das profissões mais difíceis que eu já trabalhei. E eu vejo por aí, porque além da desvalorização, que não é só por parte do governo; a sociedade não valoriza o professor. Nós não temos uma cultura de valorização da escola, do professor, da educação né. E nós temos uma estrutura que nos impede de viver com dignidade na sua profissão, e isso, pra mim, é o pior de tudo. (professora C)*

Ao traçar um perfil dos professores entrevistados, percebe-se que quanto à faixa etária

---

<sup>54</sup> A Constituição do estado do Rio Grande do Sul, em seu artigo 35, prevê que “o pagamento da remuneração mensal dos servidores públicos do Estado e das autarquias será realizado até o último dia útil do mês do trabalho prestado”.



e vínculo de trabalho, são profissionais com idades entre 32 e 56 anos, com no mínimo cinco anos de experiência no magistério estadual (a mais antiga foi nomeada em 1989 e a mais nova em 2015) e, em sua maioria, carga horária de quarenta horas semanais, tendo como vínculo 20 horas de nomeação no cargo e 20 horas de convocação para a sala de aula. Ainda que tenham uma jornada de trabalho 9% menor que a os trabalhadores regulados pela CLT (44 horas), existe o trabalho não visível do professor, que é composto de preparação de aulas, correção de avaliações, preenchimento de relatórios e autoformação docente, bem como é comum professores ministrarem conteúdos diversificados que não são de sua formação acadêmica (como Ensino Religioso, Arte e Projeto de Vida) para completar carga horária. Como é um trabalho não visível, o professor é visto como privilegiado em relação às outras profissões.<sup>55</sup>

Com a análise das entrevistas, surgem pontos convergentes na fala dos educadores a respeito do endividamento e de suas vivências no magistério estadual, como o gerenciamento do orçamento familiar afetado pelo parcelamento/atraso de salários, a precarização do trabalho docente, a desvalorização da profissão, a facilidade de contratação de crédito, o desequilíbrio nas finanças pessoais e os efeitos decorrentes do endividamento.

Quanto ao gênero, há a preponderância de mulheres (sete), tendo somente um homem concedido entrevista, o que é compatível com o fato de ser uma profissão predominantemente feminina. Conforme analisado anteriormente, se durante o século XIX o magistério era uma profissão masculina, na figura dos preceptores, a partir do século XX as mulheres tornaram-se maioria na profissão docente, quando os homens deixaram o magistério para trabalhar nos setores urbanos, que ofertavam melhores salários. Assim, as mulheres assumiram a esfera docente, aceitando os baixos salários e as precárias condições de trabalho.

Nas narrativas surge a questão das mulheres estarem mais abertas a falar sobre suas questões financeiras que os homens: *“Talvez porque os homens não falem tanto abertamente desses problemas, porque tem também essa questão da masculinidade, que eu tenho que ‘eu vou gerir a casa’, ‘eu vou dar conta’ e não compartilham dessas ansiedades”* (professora E); *“Eu tenho colegas que o contracheque deles, eles recebem menos de 50% do salário (...) e eles não admitem que eles estejam endividados. E eles claramente estão”* (professora C). A questão do endividamento também pode incorporar as dimensões de uma construção social de gênero, onde as obrigações morais da masculinidade, herdeiras da estrutura patriarcal e sob uma ótica de provedor da família, se constitui numa fronteira/barreira entre a vergonha, o silêncio e o segredo em relação à condição de endividado.

---

<sup>55</sup> <https://veja.abril.com.br/blog/radar/vice-lider-do-governo-inclui-professor-como-privilegiado-da-previdencia/>

A renda familiar do grupo de professores se encontra entre R\$ 1.250,00 a R\$ 3.045,00, sendo que as despesas fixas variam entre 55% a mais de 110% dos ganhos dos professores. Isto representa que o custo médio de seus gastos mensais consome desde mais da metade de sua renda até 10% acima dos ganhos, o que implica em um uso de mecanismos como o crédito e o cheque especial para as despesas ordinárias correntes. Ao observarmos a tabela 2, percebemos que a renda familiar dos professores os enquadra, em sua maioria, na classe D, segundo o IBGE, abrangendo uma renda entre 02 e 03 salários mínimos. A professora B, que possui menos horas de trabalho que os demais (30 horas semanais), se enquadraria na classe E, última classificação do IBGE em relação aos rendimentos. O valor líquido recebido pela professora B (R\$ 1.278,00) representa menos da metade do valor do piso nacional do magistério para o mesmo número de horas (R\$ 2.886,24).

**Quadro 2 – Dados demográficos dos professores entrevistados.**

<b>Professores</b>	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>E</b>	<b>F</b>	<b>G</b>
<b>Idade</b>	49	49	32	56	38	46	35
<b>Estado civil</b>	Solteira	Solteira	Solteira	Separada	Solteira	Divorciada	Separado
<b>Escolaridade</b>	Especializ.	Especializ.	Mestrado	Especializ.	Doutorado	Especializ.	Graduação
<b>Vínculo</b>	<b>40 horas</b> (20 N/ 20 C)	<b>30 horas</b> (20 N/ 10 C)	<b>40 horas</b> (20 N/ 20 C)	<b>40 horas</b> (20 N/ 20 C)	<b>40 horas</b> (20 N/ 20 C)	<b>40 horas</b> (20 N/ 20 C)	<b>40 horas</b> (20 N/ 20 C)
<b>Renda líquida familiar</b>	R\$ 2500,00 + R\$ 1045,00 (pensão da filha)	R\$ 1278,00	R\$ 2200,00	R\$ 2100,00	R\$ 2900,00	R\$ 3000,00	R\$ 1900,00
<b>Equivalente de salários mínimos</b>	3,4	1,2	2,1	2	2,8	2,9	1,8
<b>Nº de dependentes</b>	1	0	0	0	1	0	1
<b>Despesas Fixas</b>	<b>70%</b> <b>R\$ 2480,00</b>	<b>100%</b> <b>R\$ 1278,00</b>	<b>68%</b> <b>R\$ 1500,00</b>	<b>59,5 %</b> <b>R\$ 1250,00</b>	<b>55%</b> <b>R\$ 1600,00</b>	<b>83,3%</b> <b>R\$ 2000 a</b> <b>R\$ 2500</b>	<b>110%</b> <b>R\$ 2000,00</b>
<b>Quanto o empréstimo tira da renda?</b>	30%	30%	14%	30%	Quitou a dívida em 2020	7%	30%

Salário mínimo vigente (2020) – R\$ 1045,00 - N – Nomeação C- Convocação

Piso salarial de professores para a educação básica em 2020: R\$ 2886,24

Quanto à escolaridade, um professor possui graduação, quatro possuem especialização, uma possui mestrado e uma possui doutorado, o que demonstra que 85% dos professores possuem formação acima da exigida para exercerem sua função como docente na

educação básica, representando, aparentemente, uma melhoria na qualidade da educação pública.

*“Eu olho pro meu diploma, não foram só quatro anos de graduação e dois anos de mestrado isso. (...) tudo isso foi muito dinheiro investido (...) é um currículo gigantesco, e nada disso é valorizado.”* (professora C). *“(...) eu acho que, pelo nível, pelo grau de estudo que eu tenho, que é mestrado, doutorado e toda essa questão de ter investido muito, na questão de estudar, eu acho um retorno financeiro muito pequeno né. É muito pequeno.* (professora E). Ao referirem sobre o seu próprio investimento na educação, as professoras trazem o que é enunciado de modo exaustivo na atualidade: estudar mais levará a pessoa a ter uma remuneração maior no futuro. Porém, para estudar mais, é necessário “investir” (o custo passa a ser investimento) em determinado curso, para a que remuneração decorrente desse título acadêmico (ou “investimento”) seja um lucro proporcional à aplicação investida pelo indivíduo. Apesar de trabalharem em escolas públicas, a formação dos professores, que pode ser pública ou privada no âmbito da graduação, acaba por ter um custo quando se investe na pós-graduação, pois até mesmo especializações em instituições públicas possuem um determinado investimento financeiro. Contudo, mesmo com títulos acadêmicos, não existe uma garantia que o investimento no ensino superior propiciará uma remuneração que não será baixa, visto que a precarização das profissões (em todos os níveis) tem sido uma constante na realidade neoliberal.

Ao fazermos a relação entre escolaridade x renda, percebemos que, mesmo possuindo um grau de escolaridade elevado dos entrevistados, a maioria segue recebendo salários abaixo da média que os incluiria nos parâmetros que definem as classe C (entre quatro e 10 salários mínimos), B (entre 10 e 20 salários mínimos) e A (acima de 20 salários mínimos). Mesmo os professores com mestrado e doutorado, trabalhando 40 horas na rede estadual de ensino, não ultrapassam três salários mínimos (equivalente, em 2020, a R\$ 3.135,00) em sua renda familiar, representando um achatamento das faixas salariais do magistério, decorrente da ausência de reposição salarial desde 2014, bem como da falta de investimentos em uma remuneração proporcional à formação do docente.

O discurso que a educação constrói o futuro do país e assegura o futuro daqueles que estudam continuamente, repetido por governantes, professores e sociedade em geral, aqui revela uma situação inusitada: professores com pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* recebem o equivalente a profissões que necessitam somente do nível fundamental e médio. Conforme Barbosa (2012), quem opta por permanecer na docência, contando apenas com o salário de professor para o atendimento de suas necessidades objetivas, acaba por enfrentar a

pobreza material, acentuando a condição de pauperização. A charge do cartunista Gilmar Luiz Tatsch, mais conhecido como Tacho, publicada no Jornal VS, apresenta essa questão:

**Figura 14** – Charge de Tacho sobre os professores.



Fonte: Jornal VS, edição de 01 de dezembro de 2012.

Conforme o artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional, a educação tem por finalidade “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, ou seja, o desenvolvimento de uma formação integral sócio-política do educando para o seu exercício como cidadão, bem como estar qualificado para sua inserção no mercado de trabalho.

Na charge, o “vencer na vida” está associado a ter boa remuneração. A partir desse entendimento, algo constantemente enunciado, temos dois cenários: a educação desloca seu enfoque da formação integral como cidadão para a formação de educandos voltados ao mercado de trabalho, onde o vencer na vida incide na capacidade da educação de dotar o educando de vantagens sobre os outros em uma lógica de concorrência que configura a racionalidade neoliberal, de modo que essa vantagem se traduza em bons salários e acesso ao consumo. Ao mesmo tempo os professores, que conduzem o educando a obter essas vantagens, dentro da lógica de concorrência são vistos como sujeitos que não venceram na vida e não souberam gerenciar seu capital humano, pois não possuem salários atrativos, o que decorre em uma vida pauperizada.

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), instituição do movimento sindical brasileiro voltada à pesquisa e educação sobre temas referentes ao mundo do trabalho, realiza o cálculo do salário mínimo necessário, levando em

conta os preceitos constitucionais definidos no artigo 7º, inciso IV da Constituição Federal:

[...] salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim (BRASIL, 1988).

Segundo o Dieese, o salário mínimo necessário deve dar conta do sustento de uma família de dois adultos e duas crianças, tomando como parâmetro o custo da cesta básica mais cara do país. Esse levantamento mensal é realizado desde 1959, através da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos e engloba o Distrito Federal e 16 capitais brasileiras.

Entre janeiro e dezembro de 2020<sup>56</sup>, conforme o Dieese, o salário mínimo necessário teve uma variação de R\$ 4.347,61 para R\$ 5.304,90 (22,01%). Se analisarmos que o salário mínimo em 2014 era R\$ 724,00, e em 2020, R\$ 1.045,00, após seis anos sem reposição salarial, os professores estaduais passaram de uma média de três salários mínimos para dois salários mínimos. Ao considerarmos os índices de inflação entre 2014 e 2020<sup>57</sup>, percebe-se que houve perda significativa no poder aquisitivo dos professores em seis anos. Todos os professores entrevistados têm vencimentos abaixo do que o Dieese recomenda como salário mínimo necessário. O piso salarial do magistério público também possui um valor abaixo do salário mínimo necessário, mas, se comparável ao vencimento estadual gaúcho, está mais compatível a ter uma qualidade de vida mínima, uma vida de dignidade.

Três professores possuem dependentes. Nesses casos, se apresentam características que não ocorrem com docentes sem dependentes, como a preocupação se o deficitário orçamento familiar dará conta das necessidades dos filhos: *“Eu abro mão das minhas coisas para que ela [a filha] possa aproveitar um pouco”* (professora A). O “abrir mão” torna-se uma estratégia para que o dependente não seja tão afetado pelos rendimentos insuficientes. Frade e Magalhães (2006), ao abordarem o sobre-endividamento e o crédito, explicam que, em geral, os endividados continuam a manutenção dos consumos anteriores em relação aos filhos, à custa de uma redução radical de seus próprios consumos, não os colocando a par da situação orçamentária familiar.

Outra característica é o sentimento de culpa em não poder proporcionar o que gostaria aos filhos. *“Tu trabalhou, tu estuda um monte e tu não consegues dar um presente pra tua filha né. Então, é complexo isso né”* (professora E). Frade e Magalhães (2006) afirmam que, para

<sup>56</sup> Fonte: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>

<sup>57</sup> Índices de inflação segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA): 2014 – 6,41%, 2015 – 10,67%, 2016 – 6,29%, 2017 – 2,95%, 2018 -3,75%, 2019 – 4,31%, 2020 – 4,52% - Fonte:IBGE

o endividado, é muito forte o sentimento de culpa e vergonha em relação aos filhos. O reajustamento nas finanças para se adequar à condição conduzida pela dívida torna-se mais branda em relação às crianças e jovens, pois os endividados criam estratégias para preservarem o bem-estar dos filhos, levando-os ao sacrifício pessoal para representar uma falsa normalidade, tentando manter os filhos alheios às dificuldades financeiras do momento. Lazzarato (2011) afirma que, dentre todos os efeitos de poder da moeda sobre a subjetividade, os mais importantes são exercidos pela dívida:

A origem e fundamento da moeda não é a troca de mercadorias (Marx) mas antes a contração de uma dívida (Nietzsche). O sistema da dívida (financeira e moral, segundo Nietzsche têm idêntica origem) faz circular ao mesmo tempo a culpabilidade e a responsabilidade por entre os governados. (LAZARATTO, 2011, p. 46)

As docentes, que se tornam duplamente educadoras, enquanto professoras e mães, acabam em um dilema: como fazer com que os filhos e os alunos compreendam a necessidade da educação e as transformações que dela advém se, mesmo após anos de estudo e com o ensino superior completo, as professoras não possuem um patamar salarial adequado e compatível com sua formação, que permita uma vida com qualidade material e subjetiva? Se os professores são responsáveis constitucionalmente pela formação de novos cidadãos brasileiros, como demonstrar que uma formação educacional completa é importante se o próprio docente parece simbolizar que a educação, em uma sociedade onde o capital é a divindade que impera, produz um cidadão preocupado em sobreviver, que transparece a imagem da privação mesmo após anos de ensino?

Calligaris (1994), ao analisar a educação das crianças, coloca que na modernidade a educação dificilmente ocorreria sem a dimensão de uma promessa, e que a promessa de um desejo anularia o seu dever; a partir disso, afirma que se culturalmente o valor do dever (estudar para tornar-se sábio) é subordinado pelo gozo prometido (estudar para ter riqueza e não precisar trabalhar), então a autoridade pedagógica (o professor) deve ser sustentada conforme as regras do jogo, transparecendo bem-estar e sucesso material, pois esses são os índices de valor social. Conforme o autor, “importa muito mais que os professores, em quem se espera que as crianças acreditem, não sejam a imagem social da privação” (p. 30).

### 3.5 “Pago, não nego. Vivo quando puder”: precarização da vida ou realidade neoliberal?

*O congelamento do salário em 2015 pra cá é uma defasagem assim que a gente sente concretamente assim, sabe. As coisas aumentam de preço no mercado e tudo mais, e o nosso salário continua ali. (professor G)*

*Minhas roupas e calçados são comprados em brechó. Só compro o estritamente necessário e comida. (professora H)*

Ao analisar as falas dos professores, percebemos que perpassa à questão do endividamento uma noção de precarização da vida, sendo o atual momento sempre comparado ao passado que se tinha. As materialidades essenciais à vida (alimentação, saúde, habitação, transporte, cultura, lazer) não são contempladas através do orçamento familiar ordinário, sendo necessário recorrer ao crédito como forma de sobrevivência.

“*Não só o salário que é baixo, mas toda a nossa rotina que é bastante puxada*” (professora B). A noção de precarização utilizada tem como base as constantes mudanças nos aspectos relativos às relações de emprego, à remuneração e valorização do docente, bem como a pauperização do profissional de ensino, a jornada excessiva do trabalho não-visível realizada nos domicílios e falta de perspectivas em relação à profissão. O docente, que buscou através de uma formação em ensino superior a expectativa de melhoria de vida, acaba por deparar-se com condições extenuantes em um ambiente que o proletariza, recebendo vencimentos que não permitem uma independência financeira digna.

Oliveira (2015), ao tratar da precarização do trabalho docente, destaca que esta se expressa por condições de trabalho materialmente e legalmente orquestradas e impostas, e pelos seus resultados nos sujeitos, na escola e no contexto educacional. A autora coloca que, do ponto de vista da materialidade, a precarização se apresenta no tripé salários-jornadas-contratos, demonstrado através dos baixos vencimentos; jornadas extensas que, por vezes, são realizadas em mais de uma escola (e que, posteriormente, se estendem ao ambiente privado do professor); e contratos de trabalho emergenciais, compreendendo menos direitos aos professores contratados em comparação aos professores efetivos, porém realizando a mesma espécie de trabalho.

Trazendo as contribuições de Luciano Gallino, Carvalho (2016) aponta que a precarização do trabalho ocorre através de uma reorganização que promove a diminuição do valor do tempo trabalhado, o emprego reduzido de trabalhadores para dar conta do estritamente necessário em relação à demanda e redução dos direitos de ordem trabalhista. Como consequência dessa precarização, o autor coloca que ressurgem a figura do trabalhador

pobre, que exerce o trabalho sob condições precárias em troca de uma baixa remuneração, acarretando em um triplo empobrecimento, classificado como nominal, real e relativo:

Nominal, porque o salário que recebe é nominalmente muito inferior ao salário médio do local que habita; real, em função da diminuição de seu poder de compra; relativo, porque aumenta a diferença entre o valor que produz e a remuneração que recebe (CARVALHO, 2016, p.79)

Ao analisarmos a situação dos professores estaduais do RS, podemos afirmar que o vencimento recebido pelo magistério é bastante inferior ao de outras categorias com curso superior, como profissionais da saúde, da administração pública, do direito ou da segurança. Também podemos inferir que o arrocho salarial presente desde 2014 faz com que exista um empobrecimento real com a perda do poder aquisitivo e a falta de perspectiva de reposição salarial. Somando-se a isto, existe também o trabalho invisível do professor, que é o realizado em casa, fora de seu ambiente e período de trabalho, e que não é remunerado. De acordo com Gallino (2014, p.8, apud Carvalho, 2016, p. 81), “a precariedade implica primeiramente na insegurança, objetiva e subjetiva. Insegurança que, a partir das condições de trabalho, produz insegurança das condições de vida”, o que provoca, conforme o autor, “impactos de longo prazo em função do adiamento do projeto de vida” (p.81).

A biopolítica da financeirização, conforme Soler (2016) acaba por constituir os elementos de uma busca incessante não somente pela manutenção do emprego, “mas pelo aceleramento das precárias condições de trabalho através da procura por modos alternativos de se complementar a renda familiar” (p.08). Nesta configuração, surgem os professores que realizam três turnos de trabalho em diferentes localidades (60 horas semanais), que realizam outras atividades referentes ao magistério (aulas particulares, revisão de textos acadêmicos, auxílio pedagógico para a educação infantil, aulas em academias) e que realizam atividades desvinculadas à docência (vendas de cosméticos e roupas, motoristas de aplicativos, trabalho no comércio aos finais de semana, entre outros). “*Vendo bijuterias, produtos alimentícios como nozes e castanhas e pinto telas. Fui obrigada a me reinventar em inúmeras coisas*” (professora H) Como essas formas alternativas de complemento à renda, em geral, são informais e dependem da variabilidade de demanda do mercado, acabam por tornarem-se sazonais ou de curta duração. Diante dessa perspectiva, busca-se o crédito e o endividamento como forma de complemento à renda familiar, o que se revela uma armadilha, pois além de não ser um complemento, faz com que o devedor fique atrelado aos desígnios do capital e das resoluções neoliberais, pois precisa dar conta de suas obrigações com o mercado financeiro.

O dispositivo do endividamento é sustentado por outros mecanismos da racionalidade



neoliberal, como as políticas de austeridade, que se utiliza de estratégias como o arrocho salarial, o parcelamento/atraso de salários e a manutenção de uma estrutura que não permite que o serviço público consiga alcançar seus objetivos, tanto para a população quanto para os servidores, sob a justificativa de uma dívida pública impagável, produzindo a sensação de uma vida precária, uma vida em que não se vive: sobrevive. As falas dos professores são perpassadas por uma narrativa que colocam o magistério reduzido a uma profissão de sobrevivência. “*A minha condição é que eu não posso consumir, né, além da comida e da passagem*”, afirma a professora B. A dívida torna-se um elemento necessário e ambivalente: ao mesmo tempo em que tomá-la traz a sensação de alívio momentâneo, seu pagamento torna-se penoso e impeditivo do consumo. A vida passa a girar em torno da dívida e dos modos que ela passa a constituir.

Vale (2016), ancorado em Deleuze, afirma que a governamentalidade contemporânea encontra na dívida o seu mais importante dispositivo de controle. Para o autor, o neoliberalismo gravita em torno da dívida e não tem interesse em saná-la. Soler (2016) explica que a relação credor-devedor acaba por criar formas de subjetivação relacionadas ao que denomina de *sujeito da dívida*, onde a “dívida se torna o elemento categórico de um dispositivo confessional de adestramento das subjetividades capturando modos de resistência no contexto do mundo contemporâneo” (p.07).

Segundo o artigo 7º, inciso IV da Constituição Federal (1988), são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, **capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada** sua vinculação para qualquer fim (grifos meus).

Quando a professora afirma que o endividamento permite somente o acesso ao básico, resumindo-o em alimentação e transporte para o trabalho, se apresenta o marcador da precarização da vida: o fruto do trabalho resume-se à condição para que se continue a trabalhar e se alimentar, nada além. Ao se referir ao que o trabalhador teria direito, traz a ideia de uma vida miserável, onde a redução do poder aquisitivo do trabalhador impede-o de assumir condições básicas explicitadas pela Constituição Federal: moradia, saúde, lazer, vestuário. “*Se a gente for pensar que lazer, cultura, livros, tudo isso é importante para um professor, a gente não tem condições de bancar esse tipo de coisa*” (professora E). Existe o desejo de usufruir de elementos da cultura, como um livro, um filme ou um espetáculo, mas

esse desejo torna-se reprimido, pois não há como consumir além do básico. O suporte de trabalho do magistério, representado pelos livros e pela cultura, é alijado do trabalhador. Como ensinar algo que vem perpassado pelo caráter da cultura sem poder acessá-la? Exige-se do professor a atualização permanente de seus conteúdos, mas como fazê-lo sem ter acesso a livros ou cursos de aperfeiçoamento?

A Lei de Diretrizes e Base da Educação (Lei 9394/96), em seu artigo 22, semelhante ao artigo 2 mencionado na seção anterior, afirma que a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Isto indica que, durante o ensino fundamental e médio, o aluno deve receber a base para formação do conhecimento científico, cultural, ético e sócio-político. Surge um paradoxo na educação: o profissional que leciona na educação básica, que deveria assegurar a formação indispensável ao educando, de forma que esse educando possa receber a aprendizagem necessária ao seu desenvolvimento integral, não possui condições de consumir os insumos educacionais e culturais necessários para que possa dar continuidade ao seu aperfeiçoamento constante. A lógica neoliberal, que estrutura a conduta dos sujeitos como empresários de si, ao mesmo tempo em que promove a concorrência permanente de indivíduos dentro de um mercado de trabalho, que teria sua base em uma formação educacional e constante aperfeiçoamento, perpetua as desigualdades que alimentam a concorrência. O empresário de si deve dar conta de tudo, inclusive daquilo que lhe foge ao alcance. Conforme Sampaio (2019), “a sociedade é concebida como esse conjunto atomizado de indivíduos, que tal qual empresas em um mercado, devem concorrer perpetuamente entre si”, onde a tarefa do governo é incentivar a concorrência.

Apesar do endividamento e do crédito não serem novidades na vida dos professores, nas entrevistas um elemento surge como diferente das situações anteriormente vividas: a dívida que não pode deixar de ser paga e que não está dentro de sua realidade. “*Hoje, (a dívida) parece que foge das mãos da gente (...) a gente não consegue mais nem controlar o pouco que a gente tem.*” (professora A). A perda do poder de pagamento da dívida e a visão de uma dívida que foge ao seu controle trazem consigo a perda da condução da própria vida. A saída torna-se parcelar a dívida e ir “pagando devagarinho”, pois “não há outra alternativa”, como salientam os professores. Apresenta-se o sentimento de resignação e impotência diante do endividamento, onde não há o que fazer. A dívida que, quando contratada, parecia ser finita, a partir de sua negociação, torna-se a “bola de neve”, assumindo um caráter de indefinição quanto ao seu fim. O devedor que, aparentemente, controlava sua dívida, passa a

ser controlada por ela, dando uma apertada no cinto e diminuindo o que considera “regalias da vida”. Ao se renegociar a dívida, estende-se o prazo de pagamento, pagando-se mais do que o valor contratado anteriormente, transformando-se num jogo de “perde-se muito a curto prazo” ou “perde-se muito mais a longo prazo”, sem alternativa ao endividado. A dívida como biopolítica, através de seus extensos mecanismos de captura e suas formas de exercício, facilita, otimiza e maximiza a dependência financeira, conduzindo o endividado a uma eterna roda-viva. Conforme Melo (2016), a dívida possui uma força subjetiva que modela, organiza, condiciona a capacidade para criarmos a nossa subjetividade.

O endividamento individual reproduz uma lógica de mercado: se empobrece o trabalhador, porém de modo que ele continue a adquirir o restrito e fique atrelado ao trabalho (a estabilidade do funcionalismo permite que o sujeito não integre a classe de desempregados e deixe de consumir), o que possibilita a sobrevivência, de maneira que o consumo de bens considerado “luxos”, como lazer e cultura, sejam permitidos através da produção de uma dívida (empréstimo, cartões de crédito, prestações). *“Passeios, viagens, só com empréstimo. Ou financiando assim, parcelando em várias vezes, que é o que a gente normalmente faz né. Quando quer fazer alguma viagem, alguma coisa, parcela em doze...”* (professora F). A dívida (e o parcelamento da dívida) para o lazer é naturalizada, pois é algo que foge ao campo do restrito da vida cotidiana. Nesse paradoxo, restringe-se as condições cotidianas devido às limitações financeiras causadas pelo endividamento e, ao mesmo tempo, permite-se algumas condições, como lazer e cultura, através do endividamento. A disponibilidade do dinheiro através do crédito assegura aquilo que, incentivado pela publicidade excessiva e agregado ao imaginário popular, se caracterizaria como “viver a vida” (mesmo que este decorra em juros altos e restrições no futuro), enquanto a estabilidade funcional assegura ao banco novas contratações de dívidas, seja a curto, médio ou longo prazo.

Para Soler (2016), a obrigação do endividado em honrar seus compromissos faz com que um número crescente de sujeitos abra mão de um envolvimento com a ética, política e cidadania devido ao controle de desejos e afecções pelo dispositivo do endividamento, acabando por inibir as potências criativas por parte do sujeito. Conforme Soler,

Sendo o capitalismo uma força que atua no sentido de administrar a vida, o processo de endividamento transforma-se num espiral responsável por instituir uma multiplicidade de fluxos: dívida do cartão de crédito, dívida da casa própria, dívida do cheque especial, dívida do plano de saúde... todos elementos pulsantes de um agenciamento maquínico cujo impacto se dá pelo débito como modo de governança” (p.07).

Conforme Lazzarato (2011), a pobreza é inteiramente criada no interior duma

sociedade objetivamente rica através de dispositivos de segmentação, de divisão, de diferenciação. O sujeito endividado é rotulado como culpado de sua dívida, como aquele que não sabe como gerir seus custos, que sobrevive porque sua empresa de si não gera dividendos do viver. Segundo Lazzarato:

A lógica neoliberal não quer nem a redução, nem a extinção das desigualdades porque, de fato, é com elas que joga e a partir delas governa. Ela apenas tenta estabelecer um equilíbrio tolerável, um equilíbrio suportável pela sociedade entre normalidades diferentes: entre a normalidade da pobreza, da precariedade, e a normalidade da riqueza. (2011, p.50)

Pelbart (2003), ao citar Agamben, afirma que “o biopoder contemporâneo já não se incumbem de fazer viver, nem de fazer morrer, mas de fazer sobreviver”. Normaliza-se a sobrevivência e assegura-se o crédito para a “vivência”. O crédito e, em alguns casos, o empréstimo, passa a fazer parte do orçamento ordinário familiar, seja sob a forma do cartão de crédito, cheque especial ou crédito consignado. Acaba-se por naturalizar o empréstimo/crédito como a saída mais comum para que se tenha o acesso às melhores condições.

A dívida como complemento salarial gera um desordenamento das finanças diante do endividamento e a falta de compreensão do quanto se deve ao sistema financeiro. “*Então, hoje se tu perguntar quanto é o meu salário, eu não sei. Não sei*” (professora D). A governamentalidade, através de suas ações pautadas na lógica neoliberal, produz indivíduos que tentam se adaptar à lógica de mercado, mas não conseguem compreendê-la.

O sujeito não é tomado somente pela dívida individual, mas, também, pela dívida pública, que se torna justificativa para que o Estado implante políticas de austeridade para com sociedade e, principalmente, com o funcionalismo público. De acordo com Soler (2016), “crise, endividamento, juros passam a ser palavras que circulam não pelo imaginário, mas pelo cotidiano das práticas sociais” (p.06). Em relação à crise da dívida, Soler afirma que a

[...] crise da dívida opera, portanto, como um dispositivo biopolítico intimamente relacionado aos programas de austeridade como forma não de enfrentamento aos problemas sociais e políticos, mas como estratégia fundamental da perpetuação das desigualdades através do aumento da má distribuição de renda e de uma gestão da vida pautada em uma relação credor-devedor a partir da construção de um processo ético no qual aquele que deve é dotado de uma consciência marcada pela culpa (2016. p.06).

A governamentalidade neoliberal impõe condutas e governa mentalidades em uma determinada direção que, oposta ao bem-estar social, torna precários serviços públicos como educação, saúde, previdência social e privatiza empresas públicas. A sociedade é organizada sob a forma de uma empresa, através de uma autorregulação do mercado, onde a concorrência infinita individual se impõe acima do interesse coletivo. Conforme Hennigen (2019)

E assim, chega-se à torção ou atualização no princípio biopolítico na sociedade da dívida: se você puder pagar, você vive; se não, pode morrer. Nessa, a posição subjetiva endividado atravessa todas as outras: o cidadão-consumidor endividado deve gastar o máximo possível para manter ou alavancar o crescimento econômico do seu país; já o trabalhador-empendedor de si endividado deve engajar-se em uma formação “infinita”, deve aceitar salários mais baixos e/ou trabalho precário/temporário para reduzir o “custo-trabalho” e/ou deve criar oportunidades de negócios para gerar renda; os usuários de serviços sociais endividados devem esforçar-se mais para deixar de sê-lo, sair da condição de “peso” para o Estado e para a economia (2019, p.3961).

Assim, a partir de múltiplas relações, o indivíduo é levado a se pensar como um pequeno empresário, assumindo como tal o risco de sua atividade, sendo responsável pelo que faz, transmutando a vida em ganhos e perdas, lucros e prejuízos, em uma concorrência permanente. A lógica do sobreviver, ao invés do viver, constitui as discursividades, demonstrando o empobrecimento da categoria e a precarização da vida. O ditado “Devo, não nego. Pago quando puder” apresenta uma nova configuração: “Pago, não nego. Vivo quando puder”.

### **3.6 Endividamento, precarização, adoecimento e desvalorização: subjetivações do ser professor**

*Eu ficava pensando nas dívidas. E isso dá angústia, né. Hoje eu não penso mais, penso sim, mas não com a aquela coisa, preocupação. Não adianta né. Você acaba se destruindo, destruindo teu sono, aí eu não durmo, aí no outro dia não sei como é que eu acordo. (professora B)*

*Tenho colega que tá com ansiedade, tenho colega que tá com depressão, eu tenho colegas que estão entrando em um estágio de depressão e que não aceitam que estão entrando em depressão, colegas que tem crises de ansiedade sérias, inclusive dentro da sala de aula, síndrome de burnout, então é muita gente. (professora C)*

Conforme Damásio, Melo e Silva (2013), ser docente do Ensino Fundamental e Médio é uma das profissões formais que apresentam maior desgaste emocional, reiterando uma ideia divulgada pela Organização Mundial do Trabalho (OIT), que apresentava a docência como profissão de alto risco mental e físico. Os autores trazem que essa característica é decorrente de condições adversas no exercício da docência, resultantes de adversidades como grande demanda de trabalho, baixos salários, desprestígio social, lecionar em mais de um posto de trabalho, carga horária excessiva, entre outros. Para Cabral (2019), o exercício da profissão docente envolve complexidades:

[...] requer uma formação que garanta ao professor, além do domínio dos saberes científicos específicos da área, os saberes político-pedagógicos. Requer ainda uma alta capacidade de lidar com o contexto onde a escola está inserida e com os alunos que nela chegam. Para além disso recai sobre a profissão a necessidade, de não raras

as vezes, o professor ter que trabalhar fora do horário estabelecido no contrato com o objetivo de conseguir cumprir com suas atividades. Se faltar ao trabalho, ainda que justifique, a carga horária terá que ser cumprida na íntegra e para isso ele terá que se submeter a repor os tempos de aula nos quais não se fez presente. (p27)

Na racionalidade neoliberal, a escola pública assume o caráter de uma empresa, onde o professor deve dar conta de resultados expressivos de aprovação e aprendizado, sendo cobrado tanto por parte dos governos quanto da sociedade. Ao mesmo tempo, o professor convive com um cenário que não torna favorável tais resultados: ausência de infraestrutura necessária, turmas superlotadas, insuficiência de recursos materiais e didáticos, falta de equipes de apoio pedagógico e violência no ambiente escolar.

O endividamento, associado à precarização do trabalho, também leva ao adoecimento do docente. Apesar de a docência ser uma profissão que pode levar a um processo de sofrimento físico e mental, devido às jornadas excessivas, o endividamento traz a dimensão de uma crise material para o professor, que trabalha muitas horas e não consegue dar conta de uma independência financeira, o que acarreta em desencantamento com a profissão, sofrimento psíquico e adoecimento físico. Conforme Warth (2019), a redução do poder de aquisição e das condições de vida pode resultar no endividamento e proporcionar sentimentos de vergonha, estigmatização e fracasso que podem induzir a altos níveis de estresse.

Insônia, ansiedade, estresse, compulsão alimentar, isolamento social, depressão, síndrome de burnout e síndrome do pânico foram sintomas que os professores entrevistados trouxeram em relação ao adoecimento devido ao endividamento. *“Eu acabo entrando em crise de estresse, eu acabo tendo sintomas de ansiedade em algumas noites. Então às vezes dá disritmia, alguma falta de ar, algo do gênero. Já fiz todos os exames clínicos, não é nada clínico, realmente é psicológico”* (professora C).

O uso de antidepressivos e ansiolíticos são formas de enfrentar os sintomas e continuar trabalhando, sem precisar recorrer a uma licença-médica. *“Mas aí é aquela coisa, de tentar procurar força onde não tem. E tirar e tentar”* (professora A). Apesar do endividamento não ser o responsável direto pelo adoecimento dos professores, visto que as condições adversas da docência e a precarização da vida contribuem significativamente para alteração do estado de saúde, ele é uma fator agravante citado pelos entrevistados que, mesmo se sentindo adoecidos, não vislumbram outra opção senão continuar a trabalhar.

Segundo Pinheiro (2020), atualmente, o trabalhador é responsabilizado pela sua saúde, sendo a doença vinculada "à falta de cuidado, falta de sucesso ou fraqueza" (p.90). Para a autora, a subjetividade docente tem sido produzida pelo afastamento laboral do indivíduo e do presente regime de verdade perpassado pelo "empresariamento de si e pela

autorresponsabilização do professor pela sua saúde e pela sua doença" (p.85), onde o docente se encontra endividado com a sua qualidade de vida, que é de responsabilidade individual. Conforme a autora,

[...] o professor tem a obrigação de estar bem, se aperfeiçoando, melhorando a sua prática, "animado" e motivando os alunos. O professor é autorresponsabilizado individualmente pela sua doença ou qualidade de vida, porque quase não se fala mais em saúde (2020. p.90).

Apesar do adoecimento presente, somente duas professoras entrevistadas reportaram terem recorrido à licença-saúde em função do mal-estar laboral. Não existe um serviço de amparo psicossocial ao professor no âmbito escolar, tampouco da Secretaria Estadual de Educação. Em geral, os professores procuram auxílio psicológico na iniciativa privada, através dos psiquiatras vinculados ao IPE-Saúde<sup>58</sup>. "*Eu sempre segurei para não ter um afastamento*", manifesta a professora C, que afirma que sempre aprendeu com os pais que a escola era um local importante, no qual a doença só poderia afastá-la se fosse algo muito grave. Nessa perspectiva, o professor desenvolve uma interpretação que a escola é o mais importante, não se permitindo adoecer. Conforme a professora C, essa conduta advém de uma memória de infância: "*o meu pai era aquela pessoa que mesmo doente, ele ia trabalhar*". O custo emocional e o sofrimento é ressignificado a partir de um sentimento de responsabilidade, onde o trabalho na escola possui uma importância essencial em que não se é permitido ausentar, mesmo que não se esteja em plenas condições para a realização das atividades laborais.

Nesse sentido, trago a noção de presenteísmo apresentada por Shimabuku, Mendonça e Fidelis (2017), que o definem "como o ato de comparecer ao trabalho mesmo se sentindo doente física ou psicologicamente" (p.66) As autoras explicam que:

Trabalhadores presenteístas comparecem ao trabalho mesmo não gozando de suas plenas capacidades físicas e mentais para tal, principalmente pelo receio de não serem consideradas compromissadas com o trabalho, pelo sentimento de culpa de estarem sobrecarregando os colegas de trabalho caso se ausentem, ou ainda pela preocupação com os atrasos do próprio trabalho. (p.67)

Shimabuku Mendonça e Fidelis (2017) afirmam que a situação financeira do trabalhador também contribui para o presenteísmo, pois o indivíduo comparece ao trabalho mesmo doente "a fim de não perder complementos salariais possivelmente adquiridos quando do comparecimento" (p.67). Os professores estaduais, ao entrarem em licença, perdem complementos salariais como vale-refeição e vale-transporte que, ainda que sejam valores

<sup>58</sup> Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul.

pequenos, contribuem para o parco salário recebido, ainda mais em uma situação de endividamento. No caso de licenças-saúde acima de um mês, os professores podem perder convocações, gratificações e, no caso dos professores contratados, terem seus contratos encerrados antes do prazo estipulado. Conforme as autoras, “as relações estabelecidas com o trabalho ou as condições impostas pela organização e sua chefia atuam como opressores em relação ao trabalhador, que se torna a cada dia mais presenteísta” (2017, p.68).

No caso dos professores, a carga horária de licenças com menos de 30 dias devem ser recuperadas ao longo do ano letivo de forma a não haver perda de conteúdo e aprendizado aos alunos. Essas recuperações são realizadas, em geral, em sábados letivos, ampliando ainda mais a carga de trabalho do professor. Se a licença-saúde for estipulada por um prazo acima de 30 dias, é solicitado um professor substituto à Coordenadoria de Educação. Para os professores, o presenteísmo torna-se uma forma de não ter redução nos vencimentos e não ter aumento em sua carga de trabalho.

Segundo os entrevistados, a sociedade não tem noção da jornada de trabalho dos professores: “[as pessoas] não se dão conta de quanto os professores trabalham, e trabalham em casa, trabalham fora de casa e gastam muito tempo da vida no trabalho, com o trabalho” (professora E). A invisibilidade do trabalho se reflete em processos de esgotamento físico e mental decorrentes da sobrecarga de trabalho e da falta de valorização social e financeira. No caso das professoras que, ao mesmo tempo, são mães, a dupla jornada de trabalho transforma-se em tripla jornada. A situação de parcelamentos e atrasos de salários agrava o adoecimento, conforme a fala da professora C: “eu estou esgotada psicologicamente (...) quando a gente teve os parcelamentos, eu fiquei estressada, eu tive a compulsão alimentar, tive vários problemas, mas eu consegui lidar. [Atualmente] a situação piorou ainda mais (...) e o meu esgotamento psicológico é bem mais visível”.

O esgotamento psicológico é característico na síndrome de *burnout*. De acordo com Lourenço (2016), a síndrome de *burnout* é definida como "um tipo de estresse ocupacional e de um estado de exaustão física e mental causado pelo excesso de trabalho, em sobrecarga e intensidade" (p.44). O termo *burnout* tem origem no inglês *burn* (queimar) e *out* (até o final), podendo ser traduzido livremente como queimado, reduzido às cinzas, queimar até a exaustão. Conforme a autora, a síndrome de *burnout* está associada a três condições: a exaustão emocional, através do esgotamento físico e mental, da frustração e da tensão; a despersonalização, quando o docente se encontra indiferente em relações às pessoas, respondendo às demandas com cinismo, ironia, pouco caso; e a baixa realização, na qual o professor se sente fracassado, desmotivado e insatisfeito com as atividades laborais, em um



num processo lento e silencioso. No caso dos professores estaduais, além da sobrecarga de trabalho, os atrasos salariais e o endividamento são componentes do estresse laboral: *“eu acho que se tu tens uma boa remuneração, acho que muitas doenças, doenças que nos acometem - os professores - talvez elas não fossem tão fortes... não teriam tantos colegas com tantas questões emocionais”* (professora E).

O endividamento também se reflete na condução do trabalho pedagógico na escola. A preocupação com o malabarismo entre o salário, as contas e as dívidas faz com o professor tenha seu desempenho reduzido, ao ser afetado psicologicamente pelos problemas financeiros. *“A gente acaba não tendo um bom desempenho no trabalho por questões de dívidas assim, por questões financeiras”* (professora E). A partir das falas dos entrevistados, pode-se supor que o empobrecimento do trabalhador, decorrente dos baixos salários e do processo de endividamento, acaba por afetar o processo de ensino-aprendizado, sustentado pelas condições de precarização do trabalho estabelecidas pela racionalidade neoliberal: *“Os alunos percebem porque eles falam que as aulas estão diferentes. É complicado”* (professora C).

Ao serem perguntados sobre “quais são suas perspectivas futuras”, os entrevistados manifestaram a vontade de sair da rede estadual de ensino. As perspectivas são diferentes de acordo com o nível de escolaridade dos docentes. Os professores que possuem mestrado e doutorado almejam uma vaga na docência do ensino superior: *“É pensar que o estado não é mais um lugar seguro pra ti trabalhar. Então, eu acho que é trilhar uma carreira acadêmica. Pra isso que eu tô publicando já em revistas, livros e me organizando desse jeito assim, né”* (professora E). A carreira acadêmica se apresenta como uma miragem/fetichismo onde ser professor universitário torna-se uma resolução para os problemas financeiros, bem como um lugar seguro para trabalhar, ainda que a estabilidade só ocorra nas universidades públicas. A produção e publicação de artigos científicos assume a configuração de uma mercadoria acadêmica, um investimento que valoriza o capital humano do docente.

Os professores com graduação e especialização desejam prestar concursos para as redes municipais de educação, já que a estabilidade do serviço público ainda confere certa tranquilidade em relação ao futuro. No caso das professoras com mais de 20 anos de carreira na rede estadual, a aposentadoria torna-se uma via mais segura em relação à vida profissional futura. *“Eu penso em me aposentar e eu olho para esse salário como algo que vou ter pra pagar o básico da minha vida. E tentar buscar outra coisa”* (professora A).

O modelo subjetivo do empreendedor de si caracteriza as expectativas de futuro dos professores, que afirmam buscar uma nova especialização, visando outra habilitação e ampliar o espectro de oportunidades em concursos públicos: *“[...] daí tentar um concurso em outra*

*área, no município, outra cidade*” (professora D); bem como a continuidade de formação para incrementar a qualificação profissional: *“um mestrado é necessário para a gente continuar a formação”* (professora B). O professor, além do endividamento financeiro, se encontra em débito com o incremento em sua formação. A racionalidade neoliberal faz com o docente se encontre subjetivado pelas técnicas de gerenciamento empresarial em sua vida, constituindo-se a partir da lógica do mercado e da concorrência: *“É dar uma reciclada no meu currículo e tentar de novo um colégio particular”*, coloca a professora E. É necessário que o docente pense como uma empresa, se reestruture de acordo com as demandas do mercado e responda às modulações que são estabelecidas através de cálculos de investimento e lucro, potencializando seu capital humano.

No cenário da educação nacional, Pavan e Backes (2016) afirmam que tem se intensificado as políticas de controle da educação nos anos recentes, através de uma política de verificação de resultados, padronizados através de exames nacionais, como Prova Brasil<sup>59</sup>, Provinha Brasil e Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Os resultados são utilizados para indicar os níveis de qualidade da educação brasileira, para o acesso às instituições de Ensino Superior e concessão de bolsas de estudo, bem como organizar uma classificação entre os estabelecimentos de ensino, "sugerindo a excelência de algumas e a deficiência da maioria" (p.36). Refletindo sobre esse processo, os autores colocam que

Na educação básica, esses exames têm sido utilizados pela retórica conservadora para evidenciar a fragilidade da escola pública e a excelência da escola privada. Como consequência dessa constatação, a escola privada passa a ser considerada como um modelo de sucesso a ser seguido pela escola pública, que é vista como modelo de fracasso. (p.36)

Muito mais que um simples diagnóstico da educação brasileira, os exames classificam não somente os alunos, mas também os professores, que são responsabilizados pelas deficiências existentes no âmbito educacional e vistos como promotores do fracasso escolar, eximindo a responsabilidade do poder público: *“Eu estou em uma profissão que gosto, mas que eu não sou bem remunerada. Uma profissão que eu gosto, mas que, socialmente, não é bem aceita, não é vista como algo... como uma profissão como um médico, um advogado, como uma profissão de elite. É uma profissão da classe operária, não é uma profissão das elites”* (professora C). A perspectiva que o ensino superior conduza a uma profissão de elite,

---

<sup>59</sup> A Provinha Brasil é uma avaliação diagnóstica sobre o nível de alfabetização das crianças matriculadas no segundo ano do Ensino Fundamental das escolas públicas brasileiras, ocorrendo no início e no término do ano letivo. A Prova Brasil avalia o conhecimento sobre Língua Portuguesa (com foco em leitura) e Matemática (com foco na resolução de problemas) dos alunos do quinto e nono anos do Ensino Fundamental. Fonte: portal do Ministério da Educação.

em contraposição às profissões estabelecidas pela educação básica e pelo ensino técnico, não encontra ressonância no exercício da docência: há o desejo de pertencer à elite no âmbito profissional, mas a remuneração te classifica como operário e te subjetiva como uma profissão socialmente “menor” que as outras. O investimento no capital humano, através um curso superior, acaba por não apresentar o lucro desejado, sendo necessário um constante aperfeiçoamento, se reestruturando como uma empresa. O imperativo do sucesso financeiro como sinônimo de “vencer na vida” captura o indivíduo, endividando-o moral e subjetivamente. Nessa perspectiva, Soler (2016) afirma que

Em uma sociedade na qual as práticas sociais não são mais do que um mero serviço de consumo, as subjetividades tornam-se orquestradas pela visão de mundo em que é preciso sempre intensificar a comercialização de tudo e, nesse contexto, o valor de uma pessoa não está mais ligado às concepções éticas ou políticas, e sim na capacidade desse indivíduo converter suas ações e projetos em indicadores de um possível potencial financeiro através da capacidade de administração e de pagamento das suas contas (2016, p.08)

O progressivo empobrecimento docente e a falta de valorização do educador por parte dos governos são as principais motivações para a saída do sistema estadual de educação gaúcho. Na visão dos entrevistados, não há perspectiva de melhora financeira e laboral na estrutura que rege o ensino estadual no Rio Grande do Sul. “Eu fico num pessimismo assim, numa sensação de que as coisas só vão piorar nos próximos anos” (professor G).

A desvalorização financeira e o desprestígio social são fatores citados pelos professores: “*Se essa profissão fosse um pouco mais valorizada no sentido financeiro, porque é uma humilhação tu ser professor hoje, eu com certeza eu não largaria*” (professora D); “*Nós não temos uma cultura de valorização da escola, do professor, da educação né. E nós temos uma estrutura que nos impede de viver com dignidade na sua profissão, e isso, pra mim, é o pior de tudo*” (professora B). Conforme Carvalho (2020), o “neoliberalismo é uma arte contemporânea de produzir e de governar subjetividades precárias”, onde a escola (e, conseqüentemente, o docente) precisa ser precarizada, “pois ela passa a funcionar como laboratório condicionante à própria precarização” (p.936). Para o autor

[...] o cúmulo do capital humano é a precarização, no sentido em que os sujeitos do neoliberalismo se veem abandonados sobre si mesmos, dependentes por completo das condições de seus territórios existenciais. Desse ponto de vista, o capital humano é a primeira exploração que o neoliberalismo introduz no dispositivo de segurança. No limite, o entendimento do fracasso econômico de cada sujeito é jogado na autorresponsabilização do sujeito, por não ter investido o suficiente em sua autoformação subjetiva, logo, transformando-se em um sujeito desatualizado para si mesmo (CARVALHO, 2020, p.941)

Pavan e Backes (2016) afirmam que o panorama educacional marcado pela

racionalidade neoliberal dificulta o processo de reflexão crítica dos docentes. Conforme os autores

as políticas educacionais neoliberais, de forma sutil, levam os professores a refletir sem questionar a sua subserviência. Nessa lógica, eles são incentivados a refletir sobre seus fracassos individuais sem pensar sobre as estruturas e condições de trabalho em que atuam, que efetivamente são a causa dos problemas da educação (p.54)

A proletarianização do docente se intensifica em decorrência da racionalidade neoliberal, onde a reflexão sobre a prática docente e a luta por melhores condições de trabalho é substituída pela execução de tarefas e pela manutenção do emprego e das condições de sobrevivência ainda existentes. Em um cenário de precarização financeira e laboral, o modelo de cooperação, solidariedade e representação da classe docente é substituído pelo modelo de individualismo e da condução dos sujeitos como empresários de si, de forma a buscar, através do seu capital humano, uma forma de (re)gerenciar a vida. “*A minha perspectiva é me aposentar com dignidade e não ficar sofrendo no magistério público estadual*” (professora B). No panorama da racionalidade neoliberal, o sonho de se aposentar com dignidade torna-se cada vez mais distante e, ao mesmo tempo, subjetiva o indivíduo que tem a esperança de um dia, deixar de ser endividado em um mundo onde é impossível quitar a dívida.

### ***Formas de resistência ou re(existência)?***

Resistir, em tempos neoliberais, significar (re)criar formas de resistências a um período caracterizado pela flexibilização dos direitos e das relações de trabalho, pela terceirização e pelo empobrecimento do trabalhador,

Para os sindicatos, resistir em tempos neoliberais perpassa buscar novas formas de organização para garantir a manutenção de direitos adquiridos através de décadas de lutas sindicais, bem como de seus sindicalizados. Se durante os anos 1980 e 1990 o sindicato possuía uma participação massiva dos trabalhadores em educação, atualmente as entidades sindicais procuram não perder filiados e conscientizar sobre a importância da organização dos trabalhadores. Em uma época em que o objetivo do trabalhador é “vencer” frente à concorrência do mercado de trabalho, a preocupação com o coletivo, base da sindicalização, é substituída pela preocupação com a “empresa de si mesmo”. A frase “a gente paga e o sindicato não faz nada por nós”, ouvida algumas vezes na sala dos professores, assume a configuração do sindicato como um produto terceirizado da consciência de classe: paga-se o sindicato para que ele lute pelo docente. Para alguns docentes, o sindicato se encontra “em dívida” com o sindicalizado, pois se têm a percepção que a entidade não lutou o suficiente

para a melhoria de sua condição de vida, ainda que os embates sindicais com os governos em busca de melhorias persistam.

Diante do cenário caracterizado pelo neoliberalismo e a financeirização da sociedade, os professores entrevistados apresentaram como uma das formas de resistência ao endividamento a diminuição do uso do cartão de crédito: “*Eu resolvi ficar no máximo com o [cartão do] Banricompras e esse cartão de crédito [consignado] que é do Banrisul também (...) uso no máximo a metade [do limite do cartão]*” (professora A); “*eu só uso um dos meus cartões hoje, que é um cartão que eu consigo abater a dívida*” (professora C). A prática de parcelar a dívida do cartão de crédito é outra opção que os docentes utilizam e, em alguns casos, o cancelamento da maioria dos cartões: “*Eu parcelei em dez vezes a fatura e cancelei o cartão. E agora eu tô só com o Banri[compras] mesmo né?*” (professora B); “*eu não tenho cartão de crédito nenhum assim*” (professor G).

Mesmo com a diminuição do uso do cartão de crédito, todos os entrevistados afirmaram utilizar o cartão do Banrisul, seja na forma de débito, seja na forma de crédito (Banricompras), o que representa que não conseguiram se desvencilhar do uso do crédito. Somente uma professora citou a iniciativa de realizar uma poupança: “*Não posso contrair mais dívidas, eu preciso quitar, eu preciso, depois de quitar as dívidas, tentar uma forma de fazer um fundo de reserva*” (professora C), enquanto outra citou a aquisição de um veículo ou imóvel como forma de investimento: “*Qualquer coisa tu vende o carro, né, não se aperta*” (professora F).

As estratégias e formas de resistências percebidas nas entrevistas se apresentam como uma continuidade das relações credor-devedor, visto que, mesmo com o cancelamento ou redução do uso do cartão de crédito, os indivíduos ainda utilizam o sistema do cartão do Banrisul como forma de pagamento, bem como trazem a necessidade de poupar ou realizar um investimento. A resistência torna-se uma “re-existência”, na forma do homem endividado que tenta resistir à ampliação a sua dívida individual, em uma ilusão que o término a dívida fará com que deixe de ser endividado, trazendo a sensação de alívio e uma “nova existência”, não percebendo que a dívida pública e financeirização continuam a fazer parte de sua vida, traçando suas condutas e relações na sociedade.

Outra forma apresentada como resistência ao endividamento é o aprendizado da educação financeira, sendo a sua ausência no conteúdo escolar citada como um fator para a aquisição de dívidas: “*A gente não tem uma educação financeira (...) acho que tem uma questão que a gente não sabe gerir o dinheiro né. Eu acho que toda essa lógica financeira é muito difícil pra gente*” (professora E). O comportamento financeiro individual se apresenta

como significativo para os entrevistados em relação às suas dívidas e colocam a importância de existir uma educação financeira dentro da escola: *“Da escola eu não me lembro de nem uma vez ter estudado alguma coisa que me fizesse pensar em como administrar, me administrar financeiramente”* (professora D). É relevante apontar que, mesmo com questões como atraso salarial e atraso dos vencimentos, os endividados se culpabilizam moralmente pelas dívidas, alçando a si a responsabilidade pelo gerenciamento das finanças devido à ausência de uma educação financeira: *“(...) talvez seja o fato de não ter sido educada pra isso né, [para] esse controle financeiro”* (professora D). Novamente o contexto da biopolítica da dívida não é considerado, levando não somente os professores, mas a sociedade em geral, a um entendimento da dívida como algo da ordem do mau gerenciamento das finanças. O desconhecimento da financeirização da sociedade, bem como de suas ferramentas para o endividamento da sociedade, faz com que os indivíduos não percebam que são governados e conduzidos a uma vida pautada no crédito e na dívida.

De acordo com Saraiva (2017), existe um movimento internacional de fortalecimento em torno do tema Educação Financeira, destacando o papel da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), no sentido de conduzir os comportamentos financeiros dos indivíduos. Ao analisar as propostas de sites de Educação Financeira de três países (EUA, França e Brasil)<sup>60</sup>, a autora coloca que existem dois modelos diferentes: enquanto no site francês a educação financeira é apresentada de forma a criar condições para a compreensão das finanças, seus funcionamentos e efeitos (ainda que tenha orientações individuais), nos sites norte-americano e brasileiro é apresentado o modelo que orienta para uma condução de condutas dos indivíduos ao capitalismo financeiro, com uma educação financeira direcionada para a individualização de responsabilidades. Esta diferença se dá devido à participação do Ministério da Educação francês na elaboração do conteúdo do portal, o que não ocorre nos modelos norte-americano e brasileiro. Conforme a autora

Acredito que a Educação Financeira pertença a um conjunto de estratégias características das sociedades de controle que visam minimizar a força política e maximizar a conformação dos sujeitos às condições sociais sem apelar para os rígidos regulamentos disciplinares. As estratégias atuais são mais sofisticadas do que aquelas da disciplina, sendo mais difíceis de serem percebidas e de suscitarem resistência (SARAIVA, 2017, p.160)

Para Saraiva (2017), “é necessário que Educação Financeira no Brasil passe a ser reapropriada pelo campo educacional, deslocando o protagonismo das instituições financeiras” (p.171), de forma que se promova uma educação em economia da dívida, com

---

<sup>60</sup> My Money (EUA), La finance pour tous (França) e Vida e Dinheiro (Brasil).

um senso crítico em relação às finanças, se obtendo respostas individuais e coletivas para a crise financeira.

Hennigen (2018) propõe uma educação quanto ao consumo e ao crédito-dívida, onde considera que a escola “pode se configurar como um potente locus de discussão, produção de saberes e engendramento de experiências outras quanto ao consumo e crédito-dívida” (p.3962). Conforme a autora, suscitar o pensar sobre consumo e crédito-dívida é “lançar luz sobre as diferentes dimensões do atual governo biopolítico pela dívida”, desconstruindo a máxima *vidaédinheiro*, de maneira “a criar espaços em que se possa produzir uma vida mais singular e potente, uma vida (em) comum” (2018, p.3963).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do percurso do mestrado e da elaboração da presente dissertação, percebi que a dívida e o sistema financeiro são questões que me passavam despercebidas, como se fossem realidades distantes em relação ao cotidiano. A percepção que eu tinha era que, se eu não tomasse empréstimo, não estaria endividado; se eu não aplicasse em ações ou realizasse investimentos, não pertenceria à engrenagem financeira que nos toma por inteiro. Adentrando no processo de pesquisa e escrita da dissertação, fui tomado por um pensamento constante: não há como pertencer ao contemporâneo sem estar inserido no mundo da dívida.

Busquei, então, nessa dissertação, localizar algumas especificidades de um grupo a que pertencço, o do magistério público, e perceber como a dívida perpassava este cotidiano, nos subjetivando como endividados, e como a racionalidade neoliberal conduz nossas condutas em direção ao que Lazzarato conceitua como “biopolítica da dívida”. Para responder a principal indagação desse trabalho, quais efeitos subjetivos o endividamento gera na categoria do magistério público estadual, procurei desenvolver as diferentes concepções de dívida, de forma que se compreendesse como ela captura, condiciona e modula a nossa subjetividade no contemporâneo. Se, em um primeiro momento, eu concebia que a dívida ficava circunscrita ao endividamento individual e familiar e às particularidades dos docentes em relação aos seus processos de endividamento, posteriormente percebi que não devia me restringir somente a esse entendimento, visto que outras condições de emergência referentes ao endividamento do magistério surgiram, como a racionalidade neoliberal, a financeirização da sociedade e a política da dívida. Para isto busquei, com inspiração no que se caracteriza como análise arqueogenealógica, examinar as circunstâncias que modularam o endividamento do magistério, como a remuneração, constituição e feminização da categoria, movimentos sindicais e investimentos em educação.

A partir das análises, foi possível perceber que o fenômeno do endividamento não era resultante somente do parcelamento e atraso dos vencimentos ou do arrocho salarial que atingiam os docentes, mas sim de uma governamentalidade neoliberal que conduziu a uma financeirização da sociedade, que no Brasil teve seu princípio na década de 1990, atingindo sua propagação e implantação nas décadas de 2000 e 2010, durante governos de características progressistas. Nesse sentido, o neoliberalismo não deve ser compreendido somente no campo econômico, mas como um modo vida, se inscrevendo em todos os âmbitos da sociedade. O indivíduo, no caso o professor, passa a ser um capital humano, o *homo*



*economicus*, investindo em si e fazendo da sua subjetividade a matéria-prima para a sua “empresa de si mesmo”, através de suas habilidades, conhecimentos e competências, pois assim é conduzido como um sujeito empreendedor de si e indivíduo competitivo.

A facilidade de acesso ao crédito permitiu que o *homo economicus*, antes homem das trocas, se tornasse o *homo economicus* neoliberal, o homem endividado, visto que a dívida torna-se parte de seu cotidiano e de suas relações, seja através da dívida pessoal contraída e das movimentações de crédito, seja através da dívida pública, que o faz devedor desde o nascimento. A dívida pública reflete em políticas de austeridade que perpetuam as desigualdades através da má distribuição de renda e de uma vida pautada na relação credor-devedor. Assim, como referido anteriormente, a governamentalidade neoliberal impõe condutas e governa mentalidades em uma direção oposta ao bem-estar social, tornando precários serviços públicos como educação, saúde, previdência social e privatiza empresas públicas.

Diante disso, apresenta-se uma classe do magistério que se encontra em uma vida precarizada, recorrendo ao crédito como forma de sobrevivência. O alívio momentâneo proporcionado pela tomada de crédito transforma-se em um longo e penoso processo de pagamento da dívida, tornando-se um impedimento ao consumo. O professor, que buscou através do ensino superior uma vida mais confortável, se depara com a precarização no âmbito do trabalho, da remuneração e da sua valorização como profissional, acarretando em um empobrecimento nominal, real e relativo. Conforme a fala de uma docente: o professor não vive, ele sobrevive. Normaliza-se a sobrevivência e assegura-se o crédito para a “vivência”: o professor não consegue compreender o processo total da dívida e desconhece como sair dessa roda-viva.

O endividamento também leva ao adoecimento do docente, trazendo a dimensão de uma crise material para o professor, que trabalha muitas horas e não consegue dar conta de uma independência financeira. Buscando uma saída, o professor vê como perspectiva deixar o magistério estadual, através de concursos nas redes municipais de educação e, no caso de professores com mestrado e doutorado, a busca de uma vida acadêmica.

É importante pensarmos a necessidade de estudos que abordem a temática do endividamento de professores e das classes trabalhadoras em geral, e que busquem uma análise que não individualize o endividado, culpabilizando-o por sua dívida. Neste aspecto, é relevante que temática da Educação Financeira com enfoque na política da dívida seja reapropriada pelo campo educacional, como afirmam Saraiva (2017) e Hennigen (2018), e inserida no âmbito do ensino escolar, de forma que os indivíduos compreendam o processo de

financeirização da sociedade, seus funcionamentos e efeitos e possam criar estratégias de resistência para uma reorganização sociopolítica que escape às armadilhas da sociedade da dívida.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Hélio Heron da Silveira. **O endividamento do servidor público no Brasil: o caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Economia), 76 f. Porto Alegre: UFRGS, 2016.
- ANDRADE, Vinicius A. G. F. Dos tipos fundamentais de dívida (schuld) para uma genealogia da moral. In: **Cadernos da Graduação**. Campinas: Unicamp, nº8, p. 285-292, 2010.
- ÁVILA, Rodrigo Vieira de. O que é dívida pública? In: **Revista IHU Online**. São Leopoldo: Unisinos, 2014. Nº 440. Disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao440.pdf> Acesso em 07 jan. 2021.
- AZEVEDO, Rodrigo. A história da Educação no Brasil: uma longa jornada rumo à universalização. In: **Gazeta do Povo**, Curitiba, 11 de março de 2018. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/a-historia-da-educacao-no-brasil-uma-longa-jornada-rumo-a-universalizacao-84npcihyra8yzs2j8nnqn8d91> Acesso em 19 jan. 2021.
- BATISTA, Bruno Nunes. Foucault e a genealogia do neoliberalismo. In: **Movimento - Revista de Educação**. Niterói: UFF. Ano 6, n.11, p. 137-159. Jul/dez 2019.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida a crédito**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- BERQUÓ, Anna Taddei Alves Pereira Pinto. **O crédito na sociedade de consumo**. Tese (Doutorado em Sociologia), 201 f - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.
- BERTRAN, Maria Paula. Diferentes racionalidades da oferta de crédito: para uma genealogia do dever brasileiro. In: **Revista do Direito do Consumidor**. São Paulo: Ed. RT, Vol. 109, ano 26, p. 445-472. jan/fev. 2017.
- BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)
- BRASIL. **Lei n.º 284 de 28 de outubro de 1936**. Reajusta os quadros e os vencimentos do funcionalismo público civil da União e estabelece diversas providências. Rio de Janeiro, 1936. Disponível em <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=204&ano=1936&ato=2f10zZE1kMVpXT658>
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil – 1988**: promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BROWN, Wendy. O Frankenstein do neoliberalismo: liberdade autoritária nas “democracias” do século XXI. In: RAGO, Margareth. PELEGRINI, Maurício. (Org.). **Neoliberalismo, feminismos e contracondutas: perspectivas foucaultianas**. São Paulo: Intermeios, 2019.
- CABRAL, Grace Gotelip. Condições de trabalho, saúde e adoecimento docente: presenteísmo e absenteísmo em escolas de Ensino Médio na região central de Rio Branco/AC. In: **Tecnia - Revista de educação, ciência e tecnologia do IFG**. Goiânia: IFG, Vol.04, nº 02. pág. 24-42. jul./dez. 2019.

CAETANO, Edson. NEVES, Camila E.P. Feminização do Magistério: Algumas Questões. In: **VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”**. São Paulo: UNICAMP, 2009. p.01-17

CAETANO, Edson. NEVES, Camila E.P. Relações de Gênero e Precarização do Trabalho Docente. In: **Revista HISTEDBR On-Line**. Campinas: UNICAMP, v. 9, n. 33e, p. 251–263, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639539>

CALLIGARIS, Contardo et alli. **Educa-se uma criança?** Porto Alegre: Artes&Ofícios, 1994.

CAMARGO, Ana Nadiesca Delam. **Endividamento dos funcionários de Ijuí/RS, associados aos Sinteep/Ijuí, com empréstimos consignados (estudo de caso)**. Trabalho de conclusão de curso. Ijuí: Unijui, 2017. Disponível em <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/4863/Aline%20Nadiesca%20Delam%20Camargo.pdf?sequence=1>

CARVALHO, Alexandre Filordi de. Foucault e o neoliberalismo de subjetividades precárias: incidências na escola pública brasileira. In: **Revista Interinstitucional Artes de Educar**. Rio de Janeiro: UERJ, v. 6, n. 3, p. 935-956, 2020. Disponível em <https://doi.org/10.12957/riae.2020.54579>

CARVALHO, J. M. Da financeirização da economia à precarização do trabalho: considerações a partir da obra tardia de Luciano Gallino. In: **Perspectivas**, São Paulo, v. 48, p. 69-86, jul./dez. 2016.

CORREA, João Jorge. A história do CPERS/Sindicato e a construção da sua presença no debate das políticas educacionais. In: **VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, 20 Anos de HISTEDBR**, Anais Eletrônicos. Campinas: UNICAMP, 2006.

CPERS/Sindicato - <https://cpers.com.br/>

CUNHA, Anete Regina da. **Memórias inventadas do endividamento: o governmentado da pobreza**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional), 113 f. Porto Alegre: UFRGS, 2017.

DAVIES, Will. MONTGOMERIE, Johnna. WALLIN, Sara. **Financial Melancholia: Mental Health and Indebtedness**. Goldsmith University of London: Londres, 2015

DOLL, Johannes; CAVALLAZZI, Rosangela Lunardelli. **Crédito consignado e o superendividamento dos idosos**. In: Revista de Direito do Consumidor Porto Alegre: Editora Revista dos Tribunais, v.107. Set–Out 2016. Disponível em: [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/bibli\\_boletim/bibli\\_bol\\_2006/RDCons\\_n.107.11.PDF](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RDCons_n.107.11.PDF)

FERREIRA, Andréa Tereza Brito. A mulher e o magistério: razões da supremacia feminina (a profissão docente em uma perspectiva histórica). In: **Tópicos Educacionais**. Recife: UFPE, v.16, nº 1-3, p.43-61, 1998.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Foucault e a análise do discurso em educação.** In: Cadernos de Pesquisa. Campinas: Autores Associados, n. 114, p. 197-223, nov./2001.

FLORES, S.A.M.; VIEIRA, K.M.; CORONEL, D.A. Influência de Fatores Comportamentais na Propensão ao Endividamento. In: **Revista de Administração FACES Journal.** Belo Horizonte: Universidade FUMEC, vol. 12, n. 2, abr./jun. 2013. Disponível em <https://doi.org/10.21714/1984-6975FACES2013V12N2ART808>

FLORES, Taís Pereira. **A (Des)Valorização do Magistério: Uma análise sobre a profissionalização e a valorização do magistério a partir do Estatuto do Magistério Público do Rio Grande do Sul de 1954 e da experiência da Deputada Suely de Oliveira.** Dissertação (Mestrado em Educação), 165 f. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

FORTES, Miriam de Oliveira. **Empréstimo consignado e superendividamento: breve análise das consignações em folha para servidores públicos.** Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Direito do Consumidor e Direitos Fundamentais). 52 f. Porto Alegre: UFRGS, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso dado no Collège de France (1975-1976).** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978).** São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979).** São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GARSELAZ, Paulo da Silva. **Dívida pública: uma abordagem teórica, um relato histórico e o caso do Rio Grande do Sul.** Dissertação (Mestrado em Administração Pública). 132 f. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GONÇALVES, Adriano de Freitas. **A evolução histórica do financiamento educacional brasileiro e a importância do Fundef/Fundeb para a educação básica de Mairiporã.** Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas em Educação). 89 f. São Paulo, UNICID, 2013.

GUIMARÃES, Sinara; GONÇALVES, Rosiane Maria Lima; MIRANDA, Ingrid de Andrade. Propensão ao risco de endividamento excessivo dos servidores federais: um estudo na Universidade Federal de Viçosa - Campus Rio Paranaíba. In: **Revista Brasileira de Gestão e Engenharia.** São Gotardo: CESG, p. 24-49, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia/article/view/228>

GUTTMAN, Robert. PLIHON, Dominique. O endividamento do consumidor no cerne conduzido pelas finanças. In: **Econ. soc.,** Campinas, v. 17, n. spe, p. 575-610, dez. 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-06182008000400004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182008000400004&lng=en&nrm=iso)>

HENNIGEN, Inês. Superendividamento dos consumidores: uma abordagem a partir da Psicologia Social. In: **Revista Mal-Estar e Subjetividade**. Fortaleza: UNIFOR, p.1173-1202, dez 2010. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-61482010000400006&lng=pt&nr m=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482010000400006&lng=pt&nr m=iso)>

HENNIGEN, Inês. O lado avesso do sistema consumo-crédito: (super)endividamento do consumidor. In: **VI Encontro Nacional de estudos do consumo, II Encontro Lusobrasileiro de Estudos do Consumo**. Rio de Janeiro, 2012

HENNIGEN, Inês; BORGES, João Paulo. Estigma moral e sofrimento psi: problematizando a individualização do superendividamento do consumidor. In: **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro, UERJ, v.14, n.1, 2014. p. 214-238. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/10465/8239>

HENNIGEN, Inês. Endividado, devo: Governo da vida pelas finanças. In: **Fórum linguístico**. Florianópolis: UFSC, v.16, n.3, p.3953-3965, 2019.

JUNGES, Márcia; CHAVES, Leslie. O “homem endividado” e o “deus” capital: uma dependência do nascimento à morte. Entrevista especial com Maurizio Lazzarato. **Revista IHU-On-line**, 28 jun. 2015. Disponível: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/543983-o-homem-endividado-e-o-deus-capital-uma-dependencia-do-nascimento-a-morte-entrevista-especial-com-maurizio-lazzarato>

LAVINAS, Lena; ARAÚJO, Eliane; BRUNO, Miguel. “**Brasil: vanguarda da financeirização entre os emergentes? Uma análise exploratória**”. Texto para Discussão, n.32, 2017. Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2017/tdie-0322017lavinasaraujo-bruno.pdf>.

LAVINAS, Lena; GENTIL, Denise L. Brasil anos 2000 - A política social sob regência da financeirização. In: **Novos Estudos**. São Paulo: CEBRAP, vol. 37, nº 02, p.191-211, 2018.

LAZARATTO, Maurizio. Sobre a crise: finanças e direitos sociais (ou de propriedade!). In: **Lugar Comum – Estudos de Mídia, Cultura e Democracia**. Rio de Janeiro: UFRJ, N. 27, p. 83-90, 2009. Disponível em: [http://uninomade.net/wp-content/files\\_mf/112203120918Lugar%20Comum\\_27\\_completa.pdf](http://uninomade.net/wp-content/files_mf/112203120918Lugar%20Comum_27_completa.pdf).

LAZARATTO, Maurizio. A era do homem endividado. In: **Le Monde Diplomatique Brasil**. Revista 55, de 06 de fevereiro de 2012.

LAZZARATO, Maurizio. **La fábrica del hombre endeudado: Ensayo sobre la condición neoliberal**. Buenos Aires-Madrid: Amorrortu Editores, 2013.

LAZARATTO, Maurizio. **Signos, máquinas, subjetividades**. São Paulo: edições SESC, 2014.

LAZARATTO, Maurizio. **Governing by debt**. South Pasadena: Semiotext(e), 2015.

LAZARATTO, Maurizio. **O governo do homem endividado**. São Paulo: M-1 Edições,

2017a.

LAZARATTO, Maurizio. A política da dívida é a “verdadeira” biopolítica. [Entrevista concedida a Ricardo Machado] In: **Revista IHU Online**. 12 de outubro de 2017b. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/572574-a-politica-de-guerra-da-divida-entrevista-especial-com-maurizio-lazzarato>.

LEÃO, A. P. C., FERNANDES, R. de A. U., & MARTINS, M. M. (2016). Empréstimos consignados e endividamento familiar: estudo junto a servidores/as públicos/as federais em Pernambuco. In: **Oikos: família e sociedade em debate**. Viçosa, UFV, v. 27(2), 152-174, 2016. Disponível em <https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/3747>

LEMOS, Flávia Cristina Silveira. et al. Notas sobre a genealogia e a pesquisa cartográfica. **ECOS - Estudos Contemporâneos da Subjetividade**. Rio de Janeiro: UFF, v. 5, n. 2, p. 209-218, 2015. Disponível em <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/1474/1207>

LIRA, Caetano Correia. **Crédito consignado: cenários no Brasil e diagnóstico na UFPE (2010 a 2012)**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública Para o Desenvolvimento do Nordeste), 114 f. Recife: UFPE, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del. BASSANEZI, Carla (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

LUFT, Celito Urbano. **Reformas educacionais em tempos de globalização neoliberal e o desencanto do magistério gaúcho**. Dissertação (Mestrado em Educação), 164 f. São Leopoldo: Unisinos, 2006.

MARISCO, Franciele Moreira; FERNANDES, Rayanne M.P. A responsabilidade civil na concessão do empréstimo consignado: uma análise do superendividamento do servidor público no estado de Rondônia. In: **Revista de direito público**. Londrina: UEL, v.7, n.2, p. 157-180, 2012.

MARQUES, Maxhemylano. **De funcionário a servidor, nas tramas dos saberes: práticas discursivas na fabricação do funcionário público estadual maranhense**. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem), 142 f. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2018.

MARTINS, Ana Maria. "O primeiro século do português escrito". A. B. Agrelo (ed): Na Nosa Lyngoage Galega. **A Emerxencia do Galego como Lingua Escrita na Idade Media**. Santiago de Compostela: CCG & ILG. 161-184. 2007.

MOREIRA, Romilson; CARVALHO, Henrique Levi Freitas Sena de. As finanças pessoais dos professores da rede municipal de ensino de Campo Formoso-Bahia: um estudo na escola José de Anchieta. In: **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, Salvador: UNEB, v. 3, n. 1, p. 122-137, jan./abr., 2013. Disponível em <https://www.revistas.uneb.br/index.php/financ/article/view/225>

MORETTI, Bruno. O lugar do Estado na crise brasileira: ou como combinar hiperatividade estatal e liberalismo. In: **Anais da IV Conferência Internacional Greves e Conflitos**

**Sociais.** São Paulo: FFLCH-USP, 2018.

NOVA, Cristiane Amorim Vila et alli. **Breve histórico do financiamento da educação pública no Brasil.** Associação dos Professores do Estado do Ceará/ Sindicato. 2019. Disponível em <https://apeoc.org.br/breve-historico-do-financiamento-da-educacao-publica-no-brasil>

NEGRI, Antônio. HARDT, Michael. **Declaração – Isto não é um manifesto.** São Paulo: n-1 edições, 2014, pp. 21-26.

NETO, João Genaro Finamor. **A precarização do trabalho docente na rede estadual de educação do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a situação das professoras com contrato de trabalho temporário na zona norte de Porto Alegre.** Dissertação (Mestrado em Educação), 188 f. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da Moral. Uma Polêmica.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NILO, Tiago. Alguns apontamentos sobre a governamentalidade liberal e/ou neoliberal a partir de Michel Foucault. In: **Kínesis.** Marília: UNESP, Vol. II, nº 03, p. 345-358, abr/2010

PASSOS, Eduardo. KASTRUP, Virgínia. ESCÓSSIA, Liliana. (orgs). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.** Porto Alegre: Sulina, 2015.

PAVANI, Ruth; BACKES, José Licínio. O processo de (des)proletarização do professor da educação básica. In: **Revista Portuguesa de Educação.** Braga: Universidade do Minho, nº 29, p.35-58, 2016.

PEIXOTO, Carolina Oliveira. **Planejamento financeiro pessoal frente ao parcelamento de salários: um estudo com os funcionários públicos do estado do Rio Grande do Sul.** Trabalho de conclusão de curso (Ciências Contábeis), 24 f. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

PENTEADO, Regina Zanella; SOUZA NETO, Samuel de. Mal-estar, sofrimento e adoecimento do professor: de narrativas do trabalho e da cultura docente à docência como profissão. **Saúde soc.,** São Paulo, v. 28, n. 1, p. 135-153, Mar. 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902019000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902019000100010&lng=en&nrm=iso).

PEREIRA, Lisiane Beltrão. **Práticas de resistência e atuação política do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul - CPERS no período final da Ditadura Civil-Militar (1979 a 1984).** Dissertação (Mestrado em História), 149 f. Pelotas: UFPEL, 2020.

PETERS, Michael A. Economias biopolíticas da dívida. In: **Cadernos IHU Ideias.** São Leopoldo: Unisinos, v.14, nº 236, 2016.

RABELO, Amanda O. A remuneração do professor é baixa ou alta? uma contraposição de diferentes referenciais. In: **Educação em Revista.** Belo Horizonte: UFMG, vol.26, n.1, pp.57-87, 2010.



REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

RIBEIRO, Raquel; FRADE, Catarina; COELHO, Lina; FERREIRA-VALENTE, Alexandra. Crise Económica em Portugal: Alterações nas práticas quotidianas e nas relações familiares. In: **Livro de Atas do 1º Congresso da Associação Internacional de Ciências Humanas em Língua Portuguesa**. Lisboa: Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa, 2015. Disponível em: <http://repositorio.uportu.pt:8080/bitstream/11328/1613/1/Crise%20Econ%20C3%B3mica%20em%20Portugal.pdf>

RIBEIRO, Rodrigo Fernandes. O endividamento da classe trabalhadora do Brasil nos anos 2000. Tese (Doutorado em Serviço Social) 249 f. Florianópolis: UFSC, 2018.

RIBEIRO, Rodrigo Fernandes; LARA, Ricardo. O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 126, p. 340-359, jun. 2016. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282016000200340&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282016000200340&lng=en&nrm=iso)

SAMPAIO, Pedro Ivan Moreira. Indivíduo: começo, meio e fim do neoliberalismo. In: RAGO, Margareth. PELEGRINI, Maurício. (Org.). **Neoliberalismo, feminismos e contracondutas: perspectivas foucaultianas**. São Paulo: Intermeios, 2019.

SANTOS, Elizabeth Ângela dos. Profissão docente: uma questão de gênero? Florianópolis, 2008. Disponível em: [http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST8/Elizabeth\\_Angela\\_dos\\_Santos08.pdf](http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST8/Elizabeth_Angela_dos_Santos08.pdf).

SARAIVA, Kátia Schuck. Os sujeitos endividados e a Educação Financeira. In: **Educar em Revista**. Curitiba: UFPR, n.º. 66, p. 157-173. out/dez 2017.

SBICCA, Adriana; FLORIANI, Vinicius; JUK, Yohanna. Expansão do crédito no Brasil e a vulnerabilidade do consumidor. **Revista Economia e Tecnologia**, Curitiba, v. 8, n. 4, 2012.

SILVA, Jucyara Gomes da; NETO, Odilon Saturnino Silva; ARAÚJO, Rebeca Cordeiro da Cunha. Educação financeira de servidores públicos: hábitos de consumo, investimento e percepção de risco. In: **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**. João Pessoa, v. 5, n. 2, p. 104-120, mai./ago. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/recfin/article/view/32082/17427>

SILVA, Rebeca Nascimento Marinho da; RIBEIRO, José Mendes. Welfare state e transferências de renda no Brasil, México, Colômbia e Honduras. In: **Acta Scientiarum: Human and Social Sciences**. Maringá: UEM. v. 41, 2019

SILVA, Ricardo Gonçalves da. **Do welfare ao workfare ou da política social keynesiana/fordista à política social schumpeteriana/pós-fordista**. Tese (Doutorado em Serviço Social), 207 f. Brasília: UnB, 2011.

SILVA, Rogério da; TEIXEIRA, Arilda; BEIRUTH, Aziz Xavier. Finanças pessoais e educação financeira: o perfil dos servidores públicos de um município do Centro-Oeste brasileiro. In: **Revista UNEMAT de Contabilidade**. Cáceres: UNEMAT, v. 5, n.10, jul./dez 2016. Disponível em <https://doi.org/10.30681/ruc.v5i10.1382>

SILVA, Rosane Neves da. Ética e paradigmas na psicologia social: desafios da psicologia social contemporânea. In: PLONER, K.S., *et al.*, org. **Ética e paradigmas na psicologia social**. [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p.39-45, 2008. Disponível em <https://static.scielo.org/scielobooks/qfx4x/pdf/ploner-9788599662854.pdf>

SOARES, Júnia R. CAVALHEIRO, Alexandre. TREVISAN, Rafaela. Pesquisa de diagnóstico: o endividamento de servidores públicos estaduais com empréstimos consignados e seus efeitos para o programa de cidadania financeira de Santa Catarina. In: **X Congresso Consad de Gestão Pública**. Brasília: 2017. Disponível em: [http://consad.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Painel-07\\_03.pdf](http://consad.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Painel-07_03.pdf).

SOLER, Rodrigo Diaz de Vivar y. O que é uma ontologia do endividamento? Biopolítica e financeirização da vida. In: **Clínica & Cultura**. São Cristóvão: UFS, v.2, n.1, p.03-10, jul./dez 2016.

SOUTO SEVERO, V. A perversidade da terceirização em serviços públicos. In: **Revista da Escola Judicial do TRT4**, v. 1, n. 02, p.185-220, nov. 2019.

SOUZA, Dinuarí da Rocha. **Endividamento do servidor público: uma análise econômica da situação na UnB**. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia), 86 f. Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SOUZA, Marcelo Pereira et alli. Perfil de educação financeira de funcionários e servidores de banco público federal em agência de Jaboatão dos Guararapes - Pernambuco. In: **Revista Eletrônica Estácio Papirus**. São José: Centro Universitário Estácio de Sá Santa Catarina, v.5, n.1, p. 24-39, jan./jun. 2018. Disponível em <http://periodicos.estacio.br/index.php/papirusantacatarina/article/viewArticle/4620>

SHIMABUKU, R. H.; MENDONÇA H.; FIDELIS, Ariana. Presenteísmo: contribuições do modelo demanda-controle para a compreensão do fenômeno. In: **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo: USP, vol. 20, n. 1, p.65-78, 2017.

TAMBARA, Elomar. Profissionalização, escola normal e feminilização: magistério sul-riograndense de instrução pública no século 19. In: **História da Educação**, Pelotas, v. 2, n. 3, p.35-57, 1998.

VALE, Hugo de Melo Velho do. **Para uma Antropologia Política da Dívida: Entre a biopolítica e a sociedade de controle**. Lisboa: Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Tese de Mestrado. 2016

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

VIEGAS, Thales de Oliveira Costa; FILHO, Carlos Gilbert Conte; CARVALHO, Vinícius Spirandelli. Dinâmica da dívida pública do Estado do Rio Grande do Sul. In: LODONHA, M.P.C; SOARES, M.C.R.; GULLO, S.L.G.V.(coord.). **Encontro sobre os Aspectos Econômicos e Sociais da Região Nordeste do RS - A economia e o turismo construindo paradigmas para os novos tempos**. Caxias do Sul: Educs, p.85-103, 2019.

WARTH, Jacqueline et alli. Over-indebtedness and its association with sleep and sleep

medication use. In: **BMC Public Health**, Londres, 2019. Disponível em <https://bmcpublikealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12889-019-7231-1>

ZAMBENEDETTI, Gustavo; SILVA, Rosane Azevedo Neves da. Cartografia e genealogia: aproximações possíveis para a pesquisa em psicologia social. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 23, n.3, p.454-463, Dez 2011. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822011000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000300002&lng=en&nrm=iso)

## ANEXO I

### Dados demográficos e questões norteadoras para o desenvolvimento da entrevista

Dados demográficos:

- Idade
- Gênero
- Estado civil
- Número de dependentes
- Escolaridade
- Vínculo com o Estado (se nomeado ou contratado)

Questões norteadoras:

- Quais memórias você tem sobre como lidar com dinheiro, contas e crédito e/ou empréstimos?
- Além da docência estadual, tem outro emprego formal ou trabalho informal; se sim, em que área, por que o buscou, quando?
- Qual é a renda líquida familiar (quem a compõe e quantas pessoas dependem dela)? Quanto do salário/renda pessoal/familiar é comprometido com despesas fixas (moradia, alimentação, transporte, etc.)?
- Como você percebe sua condição financeira atual? Como você chegou a tal situação financeira – o que contribuiu para seu estado atual; já havia vivenciado isso antes?
- Você sente sua situação financeira afetar sua vida – tanto pessoal quanto profissionalmente; se sim, em que sentidos e/ou âmbitos?
- Quais são suas perspectivas futuras?

**ANEXO II**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, concordo em participar da pesquisa “Os efeitos subjetivos do endividamento de professores estaduais no município de Porto Alegre”, desenvolvida pelo mestrando Evandro Sérgio Pacheco Martins e orientada pela Professora Dra. Inês Hennigen, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da UFRGS. Estou ciente que tal pesquisa visa investigar como se dá o endividamento e que efeitos subjetivos esse gera para pessoas que integram a categoria do magistério público estadual do Rio Grande do Sul. Para tanto, participarei, com adesão voluntária, de uma entrevista, com duração aproximada de 60 minutos, que visará justamente conhecer as minhas vivências nesse âmbito. Sei que a adesão à pesquisa se dará por livre e espontânea vontade e de forma gratuita, e que o horário e local da entrevista serão previamente acordados com o pesquisador. Entendi que a participação na pesquisa não envolve riscos significativos, mas que, em função do tema, eventualmente posso me sentir desconfortável. Se isto ocorrer, posso recorrer ao pesquisador que buscará o melhor encaminhamento para a situação, podendo, inclusive, me indicar algum serviço de acolhimento psicológico, se eu considerar adequado. Compreendo que participar dessa pesquisa possibilitará conhecimentos que podem ser úteis para a saúde, principalmente mental, do trabalhador em educação. Fui informado que, com o meu consentimento explícito, serão feitos registros em áudio e que esses serão utilizados somente para fins de pesquisa. Fui informado também que no processo de análise dos dados e posteriores apresentações dos achados da pesquisa em produções científicas como artigos, a identidade de todos os participantes será mantida em absoluto sigilo. Estou ciente que os participantes poderão solicitar esclarecimentos sobre quaisquer dúvidas que aparecerem, podendo interromper sua participação a qualquer momento sem qualquer prejuízo, bastando externar essa vontade. Sei que os participantes não receberão nenhum pagamento ou benefício financeiro por aderir a este estudo e declaro que tenho ciência de não poder reivindicar direitos autorais para mim ou meus descendentes em função da participação nesta pesquisa. Declaro que o presente termo de consentimento livre e esclarecido me foi lido e que recebi uma cópia. Firmo o presente sabendo que quaisquer dúvidas em relação à pesquisa podem ser esclarecidas pelo pesquisador pelos telefones (51) 999143944 (celular), (51) 998419288 (orientadora), ou através do Comitê de Ética em Pesquisa (51) 3308-3629.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do pesquisador: Evandro Sergio Pacheco Martins RG 3056409026

Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.